


**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

LUCINÉIA ALVES DOS SANTOS

**A NATURALIZAÇÃO DO RACISMO NOS  
ROMANCES DE JOSÉ LINS DO REGO:** uma  
análise crítico-interpretativa das obras *Menino de  
Engenho, Doidinho e Banguê*



ARARAQUARA – S.P.

2022

LUCINÉIA ALVES DOS SANTOS

**A NATURALIZAÇÃO DO RACISMO NOS  
ROMANCES DE JOSÉ LINS DO REGO: uma  
análise crítico-interpretativa das obras Menino de  
Engenho, Doidinho e Banguê**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Literários.

**Linha de pesquisa:** Teorias e Crítica da Narrativa.

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo César Andrade da Silva

**Bolsa:** CAPES

ARARAQUARA – S.P.  
2022

S237n

Santos, Lucinéia Alves dos

A NATURALIZAÇÃO DO RACISMO NOS ROMANCES DE  
JOSÉ LINS DO REGO: : uma análise crítico-interpretativa das obras  
Menino de Engenho, Doidinho e Banguê / Lucinéia Alves dos Santos.

-- Araraquara, 2022

174 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Paulo César Andrade da Silva

1. José Lins do Rego. 2. Personagens negras. 3. Racismo. 4.  
Literatura Brasileira. 5. Modernismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LUCINÉIA ALVES DOS SANTOS

**A NATURALIZAÇÃO DO RACISMO NOS  
ROMANCES DE JOSÉ LINS DO REGO: uma  
análise crítico-interpretativa das obras *Menino de  
Engenho, Doidinho e Banguê***

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Literários.

**Linha de pesquisa:** Teorias e Crítica da Narrativa.  
**Orientador:** Prof. Dr. Paulo César Andrade da Silva

**Bolsa:** CAPES

Data da defesa: 21/11/2022

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. Paulo César Andrade da Silva**

Departamento de Estudos Linguísticos e Literários / UNESP Campus de Araraquara

---

**Membro Titular: Profa. Dra. Renata Ribeiro de Moraes**

Departamento de Educação a Distância / Santillana Educação

---

**Membro Titular: Profa. Dra. Rosangela Sarteschi**

Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas / Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas – USP

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Acauam Silvério de Oliveira**

Departamento de Letras / Universidade de Pernambuco

---

**Membro Titular: Profa. Dra. Natalí Fabiana da Costa E Silva**

Departamento de Letras e Artes / Universidade Federal do Amapá

---

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Em memória de:

Dugendris Alvarez Palacios, artista cubano de coração imenso.

Lílian Latties, mulher negra, professora e doutoranda.

Ambos estão entre as 680 mil vítimas da COVID- 19. Vidas interrompidas pela má condução das autoridades brasileiras durante a pandemia.

Ambos não realizaram seus sonhos... Dugendris, voltar para sua terra. Lílian, doutorar-se, faltava pouco...

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais Saturnino e Maria de Lourdes, responsáveis pela minha jornada. Se sou professora e doutoranda hoje, devo muito a eles pela dedicação e esforço concedidos a mim.

Ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Cesar Andrade da Silva pela paciência, encaminhamento da pesquisa, ajudas burocráticas, e principalmente por acreditar no meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Acauam Silvério de Oliveira e Profa. Dra. Rosangela Sarteschi pelas observações e pareceres feitos no momento do exame de qualificação, além das orientações para continuidade do trabalho e sugestões de leitura.

À Profa. Dra. Renata Ribeiro de Moraes, por aceitar fazer parte da banca de avaliação da tese.

À Profa. Dra. Natali Fabiana da Costa e Silva, pela coordenação do Dinter- UNESP/ UNIFAP, e por compor a banca de avaliação da tese.

Aos colegas e funcionários da UNIFAP- Campus de Oiapoque, que me ajudaram com envio de documentos, otimização de espaço da instituição para apresentações relacionadas ao doutorado, inclusive possibilitando a realização de minha qualificação.

Às minhas irmãs Luciana e Lucimeire, e à minha sobrinha Maria Isabela, por torcerem e acreditarem em mim.

Aos sobrinhos Iori, Marina e Ícaro, pela inspiração.

Por fim, ao meu companheiro Luís Carlos, por estar ao meu lado em todo o período de estudos, pela compreensão e leituras de meus escritos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural.”

Lélia Gonzales (1984, p. 225)

## RESUMO

A presente tese traz uma análise crítico-interpretativa dos romances *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê*, do escritor paraibano José Lins do Rego. Tal abordagem traz à luz aspectos discursivos, ignorados pela crítica, sobre as personagens negras dessas narrativas. Também se evidencia neste trabalho a naturalização do discurso racista presente em vários momentos das narrativas de José Lins do Rego. O racismo é normalizado pelos críticos e historiadores literários, pois estes não apontam a problemática quando fazem análise da obra do autor, ao contrário, destacam tão somente a memória e o regionalismo sem qualquer observação em relação à representação das personagens negras. Quando se faz a verificação, é de forma a normalizar a situação apresentada. Destarte, as análises dos romances partem das leituras dos teóricos que fundamentam o estudo da literatura sob a ótica da sociologia como Gregory Rabassa, David Brookshaw e Cuti. Além disso, para um aprofundamento de base literária, foram consultados os historiadores e críticos Alfredo Bosi, Massaud Moisés, Antonio Candido, João Luiz Lafetá, Aderaldo Castello e Luís Bueno. Já para a fundamentação teórica do racismo, e para uma leitura crítica das obras do escritor paraibano, percorreram-se os estudos de Sílvio Almeida, Francisco Bethencourt, Clóvis Moura, Adilson Moreira, Lilia Schwarcz, Lélia Gonzales, Gevanilda Santos e Martiniano J. Silva. Ao trabalho acrescentaram-se alguns ensaios de Gilberto Freyre, os quais foram discutidos e analisados de forma a confrontá-los com os romances de José Lins do Rego.

**Palavras – chave:** José Lins do Rego. Personagens negras. Racismo. Literatura Brasileira.



## RÉSUMÉ

Cette thèse présente une analyse critique-interprétative des romans *Menino de Engenho*, *Doidinho* et *Banguê*, de José Lins do Rego de Paraíba. Une telle approche met en lumière des aspects discursifs, ignorés par la critique, des personnages noirs de ces récits. La naturalisation du discours raciste présent à plusieurs moments des récits de José Lins do Rego est également évidente dans ce travail. Le racisme est normalisé par les critiques littéraires et les historiens, car ils ne pointent pas le problème lorsqu'ils analysent l'œuvre de l'auteur, au contraire, ils ne font que souligner la mémoire et le régionalisme sans aucune observation concernant la représentation des personnages noirs. Lorsque la vérification est effectuée, c'est dans le but de normaliser la situation présentée. Ainsi, l'analyse des romans part des lectures de théoriciens qui fondent l'étude de la littérature du point de vue de la sociologie tels que Gregory Rabassa, David Brookshaw et Cuti. De plus, pour une compréhension plus approfondie de la base littéraire, les historiens et critiques Alfredo Bosi, Massaud Moisés, Antonio Candido, João Luiz Lafetá, Aderaldo Castello et Luís Bueno ont été consultés. Quant au fondement théorique du racisme, et pour une lecture critique des œuvres de l'écrivain de Paraíba, les études de Sílvio Almeida, Francisco Bethencourt, Clóvis Moura, Adilson Moreira, Lilia Schwarcz, Lélia Gonzales, Gevanilda Santos et Martiniano J. Silva étaient couverts. . Quelques essais de Gilberto Freyre ont été ajoutés à l'ouvrage, qui ont été discutés et analysés afin de les comparer aux romans de José Lins do Rego.

**Mots clés:** José Lins do Rego. Personnages noirs. Racisme. Littérature Brésilienne

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>RACISMO</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>Racismo através dos tempos</b>	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>Racismo Científico</b>	<b>25</b>
2.2.1	Racismo Científico no Brasil	30
<b>2.3</b>	<b>Raça e Racialização</b>	<b>38</b>
<b>2.4</b>	<b>Democracia Racial</b>	<b>40</b>
2.4.1	Convívio nada amistoso: O Racismo no Brasil de Freyre	43
2.4.2	A farsa da benevolência da escravidão Brasileira	47
2.4.3	A guinada freyriana	52
<b>3</b>	<b>DIÁLOGOS ENTRE ROMANCISTA E SOCIÓLOGO</b>	<b>55</b>
<b>3.1</b>	<b>José Lins do Rego</b>	<b>70</b>
<b>3.2</b>	<b>Gilberto Freyre</b>	<b>77</b>
<b>4</b>	<b>MOVIMENTO MODERNISTA</b>	<b>85</b>
<b>4.1</b>	<b>Modernismo de 30</b>	<b>87</b>
<b>4.2</b>	<b>Modernismo Nordestino</b>	<b>88</b>
4.2.1	Dois movimentos	89
4.2.2	Regionalismo, Tradicionalismo e Modernismo	93
4.2.3	Congresso Regionalista	94
4.2.4	Congresso Afro-Brasileiro	95
4.2.5	Conferências nos Estados Unidos	96
4.2.6	Posição Modernista e Regionalista na Obra de José Lins do Rego	104
<b>5</b>	<b>RACISMO OU APENAS O ZEITGEIST NOS ROMANCES DE JOSÉ LINS DO REGO?</b>	<b>111</b>
<b>5.1</b>	<b>Racismo Normalizado no Romance <i>Menino de Engenho</i></b>	<b>112</b>
<b>5.2</b>	<b>Continuidade do Racismo no Romance <i>Doidinho</i></b>	<b>128</b>
<b>5.3</b>	<b>A Prática do Racismo e o Diálogo com Gilberto Freyre em <i>Banguê</i></b>	<b>136</b>
<b>5.4</b>	<b>Personagens Femininas na Obra de José Lins do Rego</b>	<b>150</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>161</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>165</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Antes de entrar na universidade, eu já havia lido muitas obras literárias do século XIX e XX. Não me sentia incomodada com o fato das negras e negros sempre estarem em posições subalternas, em serem maliciosos, rudes ou burros. Eu normalizava, até porque, na televisão, cinema e teatro, as representações não eram muito diferentes, quando existiam personagens negras.

Após entrar no Curso de Letras, na UNESP, situada no interior paulista, comecei a reconhecer o racismo, pois o que era velado no meu dia a dia de mulher negra da periferia da Grande São Paulo, escancarou-se. Havia muitas pessoas brancas orgulhosas de seus antepassados imigrantes ou não. Em Assis, fui frequentemente confundida com empregada doméstica, não que seja um trabalho indigno, mas sabemos que em nosso país essa atividade é pouco reconhecida e está altamente atrelada ao nosso passado de escravização.

Quando eu respondia que era estudante de uma universidade pública, surgiam os espantos e as indagações de como conseguira ir tão longe. Demorei para entender que estava ocupando um lugar que muitos acreditavam que não poderia ser meu.

No período da graduação, comecei a me interessar sobre as personagens negras na literatura brasileira, entretanto, não tive oportunidade de fazer uma pesquisa sobre o assunto. Desta maneira, quando fiz o mestrado, seis anos depois do fim da minha graduação, decidi pesquisar um romancista negro, José do Patrocínio, mais conhecido por seu envolvimento com o processo da Abolição da Escravatura, do que por sua produção romanesca. No entanto, o foco da pesquisa não era representatividade e sim literatura e imprensa. De qualquer maneira, escrevi um subcapítulo de duas páginas sobre estereótipos das personagens do romance analisado de José do Patrocínio, pois, apesar de ser negro, seu *zeitgeist* o fez reproduzir personagens negras dentro do espectro naturalista.

Após o mestrado, meu esposo e eu mudamos para o extremo norte do Brasil, onde consegui passar em um concurso público e me tornei professora em uma universidade federal. Desta forma, comecei a lecionar literatura brasileira, o que me fez reler vários romances, sobretudo, os do século XIX e início do XX. Com a leitura mais crítica, comecei a observar como eram apresentadas as personagens de José Lins do Rego. A fortuna crítica não abordava nada sobre os aspectos raciais na construção de suas personagens. Assim, decidi pesquisar a influência das teorias raciais em sua obra, e essa pesquisa coincidiu com o processo seletivo de

doutoramento no programa DINTER, ofertado pela UNESP, em convênio com a UNIFAP (instituição na qual leciono).

Já como doutoranda, após outras leituras, e sob a orientação do professor Dr. Paulo Andrade, percebi que a construção das personagens não era baseada nas teorias raciais, até porque José Lins pertencia a um outro período da história do Brasil, no qual começava a nascer a democracia racial, que pregava o fim das teorias, embora, como veremos mais adiante, fizeram parte da construção do ideal da “democracia racial”.

Desta forma, a pesquisa transformou-se em uma análise crítico-interpretativa dos romances *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê* do escritor paraibano José Lins do Rego e fazem parte do chamado Ciclo da cana-de-açúcar<sup>1</sup>.

O objetivo deste estudo foi evidenciar o mecanismo do racismo nos três romances, para tanto, utilizei como base teóricos que fundamentam o estudo da literatura sob a ótica da sociologia como Gregory Rabassa, David Brookshaw e Cuti. Além disso, para um aprofundamento de base literária, foram consultados os historiadores e críticos literários Alfredo Bosi, Massaud Moisés, Antonio Candido, João Luiz Lafetá, Aderaldo Castello e Luís Bueno. Já para a fundamentação teórica do racismo, e para uma leitura crítica das obras do escritor paraibano, percorri estudos de Sílvio Almeida, Francisco Bethencourt, Clóvis Moura, Adilson Moreira, Lilia Schwarcz, Lélia Gonzales, Gevanilda Santos e Martiniano J. Silva.

E não poderia deixar de compor como base teórica alguns ensaios de Gilberto Freyre, os quais foram discutidos e analisados de forma a confrontá-los com os romances de José Lins do Rego.

Desta maneira, tentei focalizar o discurso racista na produção escrita do autor, baseando-me no âmbito social de sua literatura. O discurso racista é perceptível, sobretudo, na representação das personagens negras a partir do ponto de vista do autor, principalmente no *zeitgeist* ou espírito de época no qual estava inserido, o que produzirá um diálogo direto com o sociólogo Gilberto Freyre.

Em relação ao *zeitgeist* de José Lins do Rego é necessário levar em consideração que o escritor fez parte de uma família com passado aristocrático e patriarcal. Em suas obras misturam-se as memórias e as ficções. As personagens do primeiro romance foram construídas, segundo a tia, em uma entrevista concedida a um padre, a partir de pessoas reais. Tia Maria cita

---

<sup>1</sup> Os romances pertencentes a este ciclo são: *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Banguê*, *Moleque Ricardo* e *Usina*, conforme registra José Lins do Rego na apresentação *Ciclo da Cana-de-Açúcar*, do romance *Usina*, em 1936. (REGO, 1956, p. 13).

alguns nomes como Ricardo, Joana Gorda e muitas primas de José Lins do Rego. (Martins, 1980).

Dentro desta pesquisa é possível pensar na proposta de Candido em seu livro *Literatura e Sociedade*, no qual a intenção é “focalizar aspectos sociais que envolvem a vida artística e literária nos seus diferentes momentos.” (CANDIDO, 2000, p. 17). Com a diferença de que minha abordagem não será feita a partir de diferentes momentos, mas sim num recorte de tempo, principalmente, do período da produção das obras de José Lins do Rego: *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê*. O ciclo, como já mencionado, é composto por 5 romances e finaliza, para Rego, com o livro *Usina*. A escolha foi motivada devido ao narrador autodiegético presente nas obras. O conjunto é classificado como trilogia, pois nos três romances o narrador e protagonista é Carlos de Melo. Percebe-se, nestes romances, um tom memorialístico.

Para entender melhor esse mecanismo, dividi o trabalho em quatro capítulos: 2. Racismo, 3. Diálogos entre romancista e sociólogo, 4. Modernismo e seus desdobramentos e 5. Racismo ou apenas o *zeitgeist* nos romances de José Lins do Rego?

No capítulo dois, apresento os vários conceitos do racismo, e será observado que ele é sistêmico e vem se estruturando desde a antiguidade do mundo ocidental, todavia, sua consolidação ocorrerá no período das grandes navegações através dos falsos discursos de superioridade europeia e de inferioridade dos povos não brancos. No século XIX, com o advento das teorias raciais, o racismo transformou-se em matéria científica, e tentou-se provar, através de alguns estudos e análises, que os povos europeus eram superiores aos povos não europeus. Esses ideais influenciaram por muitos anos várias sociedades e suas culturas, dessa forma, fortalecendo e estimulando o racismo no mundo ocidental e no Brasil. Aqui, o discurso racista despontará em três momentos: primeiro, com a chegada dos europeus em solo brasileiro, tendo como consequência a exploração dos povos indígenas e negros africanos. Segundo, quando chegam em terras brasileiras as teorias raciais coincidindo com o fim da escravatura e, por fim, quando ocorre a chamada democracia racial, fortalecida com os escritos de Gilberto Freyre.

O racismo mantém-se durante a democracia racial, entretanto, de forma diferente, pois a raça é tratada como um aspecto cultural. A obra que representou o período foi *Casa-grande & senzala* (1933). Gilberto Freyre trouxe o passado brasileiro, principalmente o nordestino, de forma fantasiosa, no qual brancos, negros e indígenas possuíam um contato amistoso, formando, portanto, uma sociedade mestiça. Assim, existia uma falsa visão de relação tolerante. Na realidade, o que o sociólogo pretendia com sua obra era forjar uma miscigenação com

valorização dos brancos, e a eliminação e a negação dos povos oprimidos, pois em poucos momentos a obra os valorizou. Geralmente, eram apresentados como subalternos e sem ação. Já os brancos, os portugueses colonos, foram expostos como resistentes e abertos às relações inter-raciais. Apesar de se colocar como um intelectual que valorizava todas as culturas formadoras do Brasil, Freyre, na verdade, priorizava a aristocracia e o patriarcado.

No capítulo três, abordei os diálogos entre o romancista José Lins do Rego e o sociólogo Gilberto Freyre. E, como foi observado, tiveram uma relação estreita de amizade que repercutiu não só em suas vidas sociais, mas também na produção intelectual de um e de outro. Neste capítulo, encontro as influências na ficção de Lins do Rego, meu objeto de pesquisa. Através das trocas de cartas entre os autores e suas produções, observo uma certa normalização de alguns acontecimentos históricos brasileiros, principalmente no que diz respeito ao período da escravidão. Gilberto Freyre, por exemplo, normalizava as violências sofridas pelos trabalhadores forçados. Justificava ações violentas dos senhores de engenho como hábitos da convivência entre os povos formadores do Brasil.

O diálogo entre os estudiosos está presente também quando ambos apontam a educação do menino de engenho, baseada geralmente pelos contatos com os “moleques” e as mulheres negras que, além de amas na infância, eram suas amantes na adolescência. O sociólogo em seus ensaios registra esses contatos, e o romancista traz a mesma abordagem em sua produção literária. Tanto nos escritos de Freyre quanto nos de Lins do Rego, o negro encontra-se numa posição de subalternidade e no caso das mulheres estão em destaque na obra de ambos. Geralmente, as negras são tratadas por meio de estereótipos: sexualizadas, com odor forte (bodum, pituim). Já as brancas ganham um ar angelical e de inteligência, tanto nos ensaios de Freyre, como nos romances de Rego, como será analisado no decorrer desta tese.

Outros aspectos se assemelham na obra de Rego e Freyre: os trabalhadores. Enquanto o sociólogo traz a abordagem da escravidão, o romancista apresenta a semisservidão. Esta observação está presente em quase todos os capítulos da pesquisa.

Há também um apontamento sobre a confraternização de classes e raças, em Lins do Rego e em Gilberto Freyre, mas tal aspecto acaba desembocando na hierarquia, seja racial ou social, como será visto no capítulo Diálogo entre romancista e sociólogo.

No que diz respeito aos subcapítulos sobre as biografias do romancista e do sociólogo, a pretensão foi a de expor suas origens, mas ao mesmo tempo refletir em como esses aspectos influenciaram na obra de ambos.

No capítulo quatro, apresento um breve panorama do Movimento Modernista, no qual são elencados alguns aspectos históricos e estéticos daquele momento. Além disso, trato da importância da Semana de Arte Moderna para a legitimação do movimento modernista nacional. Há, também, uma explanação sobre o Modernismo de 30 com foco no movimento nordestino e seus desdobramentos através do Manifesto de 26, o Congresso Regionalista (1926) e o Afro-Brasileiro (1934). As Conferências dos Estados Unidos proferidas por Gilberto Freyre também ganham análises. Com elas, o sociólogo tenta explicar a cultura, a literatura e a história brasileiras. Os textos dos eventos transformaram-se no livro *Interpretação do Brasil*.

Na obra, há espaço para o elogio à mestiçagem, que é valorizada principalmente quando o autor retrata os bandeirantes, que possuíam predomínio branco. Existiam, tanto nas conferências, como no livro, produto do evento, a valorização do branqueamento e a proposta de assimilação das culturas negras e indígenas. Assim, essas deveriam incorporar a cultura europeia. Freyre festeja a miscigenação chamando a atenção do leitor sobre as várias personalidades mestiças brasileiras. Nas conferências, Freyre suaviza a vida de terror e violência sofrida pelos escravizados. Relata que os trabalhadores forçados tinham mais direitos do que os trabalhadores livres europeus, inclusive, gozando de férias. (Freyre, 2001).

O sociólogo ameniza o racismo no Brasil, comparando as relações entre brancos e negros com os Estados Unidos, que possuíam um sistema explícito de preconceitos. Freyre desejava provar em suas conferências e em sua obra que o Brasil é o país que deu certo graças à mistura de raças. Logo, serviria de exemplo para outras nações.

Por fim, há um subcapítulo sobre a posição modernista e regionalista de José Lins do Rego, no qual apresento o forte diálogo entre Freyre e Rego, e como a literatura do paraibano mostra afinidades com o estudo ensaístico do pernambucano. Ambos trazem a força do latifúndio e o seu fim. Além da nostalgia do patriarcado escravista presente, tanto na ficção como na sociologia.

Finalizo minhas análises caminhando para o capítulo cinco, por meio de estudos e reflexões sobre os romances de José Lins do Rego a partir das discussões feitas nos capítulos anteriores, como o racismo, o diálogo entre Lins e Freyre e as influências do movimento modernista em suas produções.

A partir do conteúdo apresentado no capítulo dois, quero discutir as manifestações de racismo na obra do autor paraibano e como estas foram e são ignoradas pelos críticos e historiadores literários e, sobretudo, pelo grande público.

Por isso a proposta deste trabalho é a de fazer uma análise crítico-interpretativa das obras, observando como o racismo se manifesta nos romances e quais são suas inspirações, pois uma obra, como será visto, possui vários processos para ser construída, no caso dos romances de José Lins do Rego, vemos que o *zeitgeist*, ou o espírito de época, ambientação na qual o autor estava inserido, foi primordial para a realização de seu fazer literário, mas, além disso, por suas influências, por isso levanto discussões de ordem sociológica, bibliográfica e abordagem literária.

Através da pesquisa é possível inferir que o discurso racista na obra de Lins do Rego está na construção das personagens negras através de sua cosmovisão. As personagens de Lins estão imbuídas no racismo, pois sua construção se dá a partir de um olhar que as inferioriza racial e socialmente em relação às personagens brancas, sejam elas trabalhadores do eito ou familiares do senhor de engenho. Esta sistemática faz parte dos três romances estudados neste trabalho.

A racialização é um dos traços do racismo e está presente na construção das personagens negras e acaba por manter o prestígio de alguns grupos através do prejuízo de outros. A raça, neste caso, funciona como uma marca determinante nas relações de poder na sociedade. As relações são baseadas na classificação dos indivíduos através de sua branquitude ou negritude. Essa visão vem desde tempos remotos, toma *corpus* nas primeiras colonizações e tentam justificá-la através das ciências no século XIX, mas é atuante até o presente momento.

Neste trabalho, entendo que o discurso racista está inserido na obra de José Lins do Rego, através da construção de suas personagens com base na visão de descendente de senhor de escravo, que dá voz ao narrador autodiegético. Esses aspectos são evidentes, sobretudo, pelos diálogos mantidos com Gilberto Freyre e que se destacam tanto na produção literária do romancista paraibano, quanto nos ensaios do sociólogo. Isto é perceptível porque Freyre também é influenciado pelo mesmo *zeitgeist* de Lins do Rego, afinal, ambos pertencem à mesma geração e classe social. Destarte, possuem a mesma mundividência.

Por fim, apresento em subcapítulo específico o estudo das personagens femininas. A análise deu-se através de suas representações pautadas pela dicotomia: inocência x pecado. As personagens brancas geralmente estão revestidas de bondade, pureza e inteligência, enquanto que as negras serão identificadas pelo pecado, lubricidade e irracionalidade. Por exemplo, em *Banguê*, apesar da profissão, a prostituta é considerada como uma personagem pura pelo fato de ser branca. Quanto ao sexo, mulheres brancas são feitas para o amor, enquanto as negras para o alívio fisiológico, lembrando a literatura naturalista, cujo sexo está relacionado ao



instinto. Mulheres negras são classificadas como corpos. Quando jovens, são feitas para o sexo, quando idosas são feitas para o trabalho. As mulheres negras também são tratadas da mesma forma nos ensaios de Freyre, entretanto, o sociólogo recorre ao período da escravidão.

Utilizei neste trabalho uma análise da personagem feminina através do estudo de Brookshaws, que traz uma abordagem sobre as personagens femininas no Naturalismo. É perceptível a influência desta manifestação em Lins do Rego. Também trouxe os estudos de Lélia Gonzales que descrevem que as mulheres negras são classificadas como mulatas, domésticas e mães pretas.

Desta forma, demonstro na presente tese que o discurso racista está nos romances do escritor paraibano e também existe uma normalidade para essa manifestação. Isso é perceptível na forma de se apresentar cada personagem. Por exemplo, negros subalternos e acostumados à escravidão. Mulheres negras que não são conhecidas por seus nomes são tratadas como escravizadas. Há abusos e estupros normalizados registrados nos romances, entretanto, os atos são apresentados como normais, pois são cometidos contra as mulheres não brancas. O que observo é que a visão de mundo do romancista e suas relações estão pululantes em sua ficção.

## 2 RACISMO

O conceito de racismo assumiu diversas configurações ao longo da história. Uma delas é a de atribuir a vários grupos étnicos traços físicos ou mentais, reais ou imaginários, considerando-os inferiores em relação aos grupos de referência (Bethencourt, 2018). Esse aspecto leva a um objetivo: “preservar e legitimar um sistema de privilégios raciais, que depende da circulação contínua de estereótipos que representam minorias como pessoas incapazes de atuar de forma competente na esfera pública.” (MOREIRA, 2019, p. 32). Assim, os privilégios de determinadas coletividades, geralmente brancos pertencentes à elite, são mantidos em detrimento das minorias marginalizadas.

Segundo Moore (2007), o racismo é permanente na sociedade, pois vem de uma longa elaboração histórica e atravessou todos os segmentos da sociedade ocidental, bem como toda sua organização social, tais como partidos políticos, religiões e ideologias. Até hoje se encontra enraizado nas esferas políticas, econômicas, culturais e sociais. Apesar dos esforços para combatê-lo, o racismo ainda é perpetuado graças aos benefícios que traz aos racistas, os quais vivem de forma superior em razão daqueles que são oprimidos.

O racismo garante um controle monopolista de recursos básicos de uma sociedade, e esse controle se mantém através do fenótipo. Consequentemente, a raça dominante beneficia-se do prejuízo da subalternizada, como descreve Moore (2007, p. 285):

Nas sociedades multirraciais, é por intermédio do fenótipo que se organiza a gestão dos recursos. Na medida em que o racismo visa ejetar esse “Outro Total” do circuito de usufruto dos recursos de um espaço definido, garantindo a sua marginalização completa, ele almeja a substituição do Outro, a sua erradicação mediante a assimilação ou qualquer outra forma mais radical. Na sua origem, o racismo constituiu-se e consolidou-se por intermédio do exercício da agressão, da conquista, da dominação ou do extermínio de qualquer agrupamento humano existente fora dessas redes. Assim, o racismo passa a ser nada menos que uma visão coletiva totalizante, que garante a gestão monopolista e racializada dos recursos, sendo a população-alvo considerada como parte integrante destes recursos.

Pode-se afirmar que o racismo fez parte da reprodução das desigualdades sociais, contribuindo com o abismo social entre as camadas da sociedade segundo a cor da pele. Essa afirmação vem ao encontro dos estudos de Almeida (2019), que o conceitua como maneira sistemática discriminatória fundamentada na raça, manifestando-se em práticas conscientes e inconscientes. Estas resultam em benefícios para uns e desvantagens para outros,

dependendo do grupo racial a que pertençam. Isso confirma que “a tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade.” (ALMEIDA, 2019, p. 20).

Apesar de o racismo estar inserido na estrutura social brasileira e de se tornar responsável para sua legitimação desde os primórdios da história do país, ele é pouco oficial, ou burocratizado, como aponta Lilia Schwarcz (2001). Para esta estudiosa, outras nações burocratizam a discriminação, e o Brasil, desde a Proclamação da República, traz um racismo velado através da suposta universalidade dos direitos.

Na sociedade brasileira o racismo é omitido, como se o fato de não se falar dele faça com que ele não exista, mas como bem escreveu Schwarcz (2001, p. 52):

como silêncio não é sinônimo de ausência, o racismo também foi sendo repostado – primeiro, de forma científica, como o beneplácito da biologia, e depois pela própria ordem do senso comum.

Mesmo velado, o racismo deixou as populações negras expostas à miséria e à pobreza, sem acesso a saneamento básico, sofrendo distribuição desigual de renda e às altas taxas de mortalidade infantil. Esses aspectos evidenciam ser um fenômeno social, e seu caráter é justificado por fundamentos biológicos. Moore afirma que o racismo não recuou diante da educação e da ciência, ao contrário, ele adentrou nesses dois aspectos e ressurgiu “como um racismo mais ‘científico’, mais ‘refinado’ e, crescentemente, mais ‘cordial’ e ‘educado’.” (MOORE, 2007, p. 289). O autor evidencia que o racismo recuou em alguns momentos, mas quando a oposição ficava fraca, este ganhava novos espaços, assim, ele foi evoluindo com o tempo.

No início do século XX, havia como objetivo o branqueamento da população. Desta forma, um outro tipo de racismo apresenta-se: o racismo “à brasileira”. Esse processo mostra uma falsa harmonia da população brasileira, diferente do que ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul, que dividiam suas populações nos ambientes de trabalho, de estudo e de moradia. Entretanto, este racismo tenta se esconder na imagem da democracia racial, que segundo Munanga (2007, p. 15-16) muitas vezes é ressuscitada para se negar direitos dos povos não brancos:

Alguns estudiosos insistem em dizer que a ação afirmativa vai racializar o Brasil, dividindo-o entre negros e brancos; vai reduzir nossas diversidades numa sociedade bipolar, ou seja, vai fazer desaparecer índios, ciganos, judeus, árabes, mestiços, etc., em nome de brancos e não brancos.

O pesquisador indaga sobre o comportamento dos acadêmicos e jornalistas que não assumem o racismo na sociedade brasileira. A mesma que se divide em pobres, ricos e médios, que discrimina sua população com base no fenótipo; quanto mais escuro e com traços negros mais racismo sofrerá. Moore (2007, p. 23) compartilha do parecer de Munanga e cita o “mito-ideologia de autoengano”. Segundo o estudioso, esse mito foi eficaz contra o avanço social da África do Sul e do Brasil. Naquele, esse aspecto atuava no “desenvolvimento separado”, já no Brasil se configura no mito da democracia racial, que como apontou Munanga, atrapalhou significativamente o desenvolvimento social e econômico dos não-brancos. Entretanto, hoje, graças aos movimentos negros, “uma parte crescente da sociedade tem identificado a “democracia racial” como uma perigosa falsa visão.” (MOORE, 2007, p. 24).

## **2.1 Racismo através dos tempos**

Segundo Wiewiorka (2007), é difícil abordar a história do racismo sem temer o anacronismo. Esse assunto é tratado desde os tempos dos antigos gregos que consideravam bárbaros aqueles que não eram eles próprios ou os romanos. O historiador Heródoto (séc. V a.C.) escrevia textos sobre os não-gregos chamando-os de “bárbaros” e não civilizados, ou seja, eram opostos aos dois povos. Eis o contraste binário, o negativo e o positivo; o negativo seriam os estrangeiros, e o positivo seriam gregos e romanos. Essa visão de superioridade grega estava ligada à teoria ambiental. Assim, o caráter, a inteligência, a força e a forma do corpo estavam associados ao clima e à geografia como descreve Bethencourt (2018, p. 37):

Os diferentes povos deveriam refletir as condições da terra onde haviam nascido. A posição geográfica da Grécia e de Roma – na zona temperada, entre o Norte frio e o Sul quente, e, no caso dos gregos, entre Oriente e Ocidente (uma importante separação da Ásia “arrogante”, “corrupta” e “servil”) – permitia que os seus povos se outorgassem as virtudes necessárias para projetos imperiais. A essa visão acrescentava-se a ideia de oposição entre os habitantes das montanhas (considerados grosseiros e antissociais) e os das planícies (urbanos e sofisticados) uma abordagem que introduziu a manifestação de comportamentos conflituosos mesmo entre vizinhos.

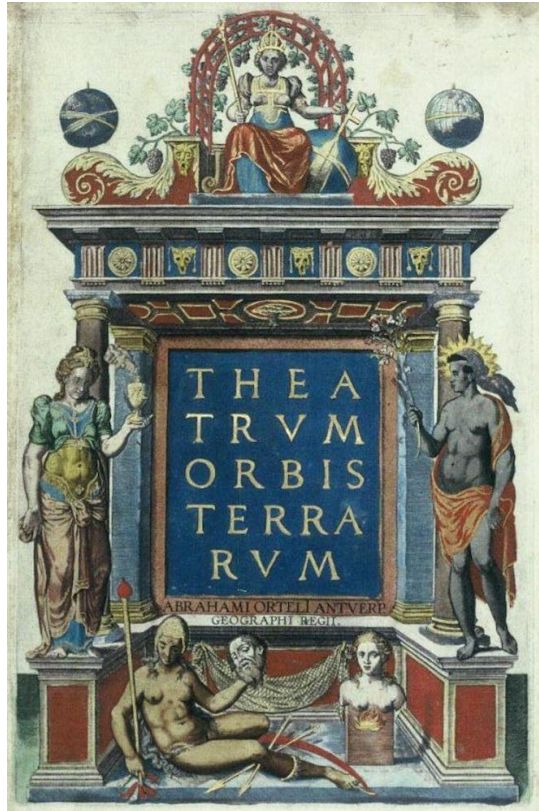
Além da teoria ambiental, havia a noção de características hereditárias. Para os romanos e os gregos, a ascendência pura estava ligada ao lugar, reforçando a percepção da identidade baseada na aparência, na língua e nos costumes e, de acordo com Bethencourt (2018, p. 38):

o preconceito romano contra a maior parte dos povos orientais, considerados escravos naturais, era dirigido não só a esses indivíduos quando no seu ambiente natural, mas também aos migrantes que viviam em outras províncias ou no centro do império, em Roma.

Entretanto, é no início das navegações europeias que o racismo começa a se formar. Nesse período, a visão de superioridade ganha *corpus*, e como exemplo há a publicação do frontispício de Abraão Ortélio, no livro *Teatrum Orbis Terrarum*, no ano de 1570. Sua representação visual possui um grande significado, pois os continentes estão personificados através de alegorias.

A Europa é caracterizada por uma mulher bem vestida e calçada, ao seu lado há dois globos terrestres, como se o continente representasse o centro. Abaixo dessa figura alegórica, encontra-se a Ásia, figura feminina em trajes transparentes e descalça, retratando a sensualidade e a indolência. Em oposição há uma mulher negra, seminua, simbolizando a África. Abaixo da Ásia, há outra figura feminina totalmente nua exibindo uma cabeça decepada de um homem branco. Essa é a América, representando uma terra habitada por pessoas selvagens. E, por fim, um busto de mulher retratando a então desconhecida Oceania.

Há vários estereótipos nessas representações: encontram-se os quatro elementos que continuam a mostrar a superioridade da Europa, pois esse continente é caracterizado pela terra através das videiras, com raízes firmes e equilibrado. Já a Ásia está traduzida pelo elemento ar, destacado pelo incenso, o que pode significar uma sociedade volúvel, etérea e evanescente, logo, imprecisa e desonesta. A África está justaposta à imagem do fogo, lembrando o nome etíope, de origem grega que significa “rosto queimado pelo sol”. A figura da América reproduz a “selvageria” de seus habitantes através da nudez e da antropofagia representada pela cabeça decepada.



**Figura 1.** Abraão Ortélio (1570), *Teatrum Orbis Terrarum*. Fonte: Revista *Online Hypeness*. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/03/abraham-ortelius-a-historia-do-inventor-do-primeiro-atlas-mundial/>, Acesso em: 01/03/2021

Como sugere Bethencourt (2018, p. 118-119), a reprodução dos continentes através das imagens permaneceu por muito tempo e aponta que:

A personificação dos continentes teve uma longa vida, desde o século XVI ao XX, enquadrando a ideia de supremacia europeia e de uma hierarquia dos povos do mundo de uma forma extremamente simplificada e estereotipada. Segundo uma perspectiva europeia, a vantagem dessas alegorias era óbvia: elas sintetizaram os principais preconceitos contra os outros povos.

Não só nas representações dos continentes os povos não-brancos eram ridicularizados, mas também em outras manifestações iconográficas. Por exemplo, em obras de artes como o quadro “Marcha Triunfal de Maximiliano” (1517–18), de Burgkmair, os não-europeus são representados quase nus e estão rodeados por animais. Os pintores da Europa do século XVIII, principalmente os da Alemanha e Itália, retratavam a população negra com imagens que se referiam à malícia, à lascívia, à troça, à crueldade, à imbecilidade e à grosseria.

Quanto ao americano, era tratado de forma negativa pela narrativa europeia. Américo Vespúcio descreveu os nativos como despidos, indolentes, e que não possuíam nem fé e nem lei<sup>2</sup>. Alfredo Bosi (2001, p. 331), em *Dialética da Colonização*, expõe que conhecidos cronistas como Gabriel Soares de Sousa, Gândavo, “ou algum jesuíta” afirmavam que “a língua dos tupis carecia de três letras – F, R, L – e, por isso, eles não podiam ter nem Fé, nem Rei, nem Lei”. Ou seja, o mesmo olhar equivocado de Vespúcio estava presente em seus contemporâneos. Bosi (1994, p. 17), em *História Concisa da Literatura Brasileira*, transcreve uma passagem de Gândavo que comprova esse parecer:

Esta é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos: carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disso conta, nem peso, nem medido (cap. X).

Já em escritos de outros cronistas, a prática da antropofagia era sempre destacada, como em Staden (2009, p. 15):

HISTÓRIA VERÍDICA e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homeberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com esta impressão.

Bethencourt (2018) acredita que a antropofagia descrita pelos europeus serviu como base para o preconceito contra os nativos americanos, e essa visão durou até o século XX. As personificações dos continentes, presentes no Frontispício de Abraão Ortélio, só reforçam esses estereótipos criados pelos exploradores europeus brancos. Isso é evidente na alegoria que simboliza a América, como descrito anteriormente.

A ideia de superioridade dos europeus brancos em relação a outros povos manteve-se durante a exploração dos oceanos, além disso, houve uma centralização da cartografia europeia. O centro do mundo não era mais Jerusalém, como sucedia no período medieval e assim ocorreu

---

<sup>2</sup> Carta enviada em 1502 a Pier Francesco di Medici, descrevendo a população e o ambiente americanos. VESPÚCIO, Américo (1454-1512). *Novo Mundo. Cartas de Viagens e Descobertas*. Tradução de Luiz Renato Martins. Porto Alegre: L&PM, 1984, p. 71.

uma reestruturação da hierarquia dos povos, seguindo os critérios culturais europeus.

Segundo Bethencourt, a Europa Medieval já apresentava preconceitos de ascendência racial, cor da pele etc., entretanto, foi no período das Grandes Navegações que o preconceito contra tons de pele mais escuros se acentuou.

Joel Rufino dos Santos, em seu livro *O que é Racismo* (1981), afirma que foi a partir dos anos 1400 que o racismo ocidental tomou forma, baseado principalmente na cor da pele. E sua explicação é de que isso ocorreu pelo aspecto político daquele momento: exploração de açúcar, tabaco, algodão e minérios nos continentes recém-contactados e que ocorria em nome do lucro. Com este contexto a escravidão foi justificada por muitos anos e existia em nome do capitalismo. Nesse mesmo período, os europeus fundamentavam tal exploração e se isentavam do sofrimento que causavam aos povos com quem se deparavam. Afirmavam que eram incapazes e servis: “E nós não estamos maltratando, mas civilizando.” (SANTOS, 1981, p. 24).

Para Mbembe (2018), houve mais do que um pensamento de classe, a raça sempre esteve presente nas políticas do Ocidente “especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles.” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Sobre esse ponto apresenta-se a reflexão de Aimé Césaire (2020), que considera “as sociedades indígenas harmoniosas, organizadas, com um bom desenvolvimento alimentar, entretanto, ao serem contactadas pelo homem branco suas economias foram desorganizadas, as culturas alimentares foram destruídas, a “subnutrição instalada, desenvolvimento agrícola orientado para o benefício único das metrópoles, roubo de produtos, roubo de matérias-primas.” (CÉSAIRE, 2020, p. 25).

De acordo com Santos (1981), foi no período das Grandes Navegações que o Racismo deixou de ser cultural e passou a ser biológico. Essa abordagem retoma a prática do biopoder. Sobre isso, Mbembe (2018) cita a estudiosa Hannah Arendt que aborda a política da raça como relacionada à política da morte. Mbembe justifica esse pensamento, pois defende o ponto de vista foucaultiano que aborda o racismo como uma tecnologia do biopoder, “esse velho direito soberano de matar. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado.” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Zilá Bernd (1994) também descreve o racismo como possuidor de objetivos práticos, o qual ocorre desde seus primórdios, quando espanhóis e portugueses poderiam justificar a



escravidão e morte dos indígenas. Impunham, a princípio, estigmas aos grupos atacados. No caso dos indígenas, perguntava-se se esses tinham alma, já em relação aos negros, eram classificados como povos inferiores, legitimando a escravidão dessas populações.

Para Wieviorka (2007), o racismo consolidava-se no período das Grandes Navegações, momento em que ocorria o início da relação entre Europa Ocidental e os recém-contactados continentes. Desta maneira, o racismo também está ligado aos movimentos migratórios, e sobretudo à expansão do capitalismo, à industrialização e à urbanização. (WIEVIORKA, 2007, p. 41).

Diante das explanações feitas neste subcapítulo, percebe-se que o racismo fez a economia europeia crescer através da exploração dos povos recém-encontrados, por isso os estudiosos aqui arrolados são categóricos ao afirmarem que o racismo se fortaleceu nos séculos XV e XVI.

## 2.2 Racismo Científico

O racismo científico desenvolveu-se dentro dos estudos relacionados à raça, iniciados a partir do século XVIII. Neste período, surgiu a história natural que culminou na transformação de alguns estudos em disciplinas. Essa mudança ocorreu no século XIX e as disciplinas surgidas foram a química, a biologia, a anatomia comparativa, a fisiologia, a geologia e a etnologia, importantes para a modificação de pensamentos e maneiras do homem ocidental relacionar-se com o mundo.

A maioria dos estudos citados, entre eles, a etnologia, criada a partir dos desenvolvimentos da história natural, contribuiu para a criação de estereótipos de determinados grupos, com base em uma hierarquia das variedades humanas. Essas eram analisadas através de seus fenótipos, de seus supostos graus de inteligência e medidas de crânios, assim, como escreve Bethencourt (2018, p. 343):

Nesse contexto, o termo “raça” adquiriu um *status* científico que contribuiu para resumir as diferenças: acredita-se que as características fenotípicas desafiavam a influência das circunstâncias externas ao passo que as capacidades morais e intelectuais estavam inextricavelmente ligadas à aparência física.

Com raízes no século XVIII, o racismo científico desenvolveu-se no século XIX,

quando os ideais positivistas transformaram as indagações humanas em perguntas científicas e, assim, de objeto filosófico, o homem tornou-se objeto científico. E a esses ideais se juntaram os estudos biológicos, físicos e geográficos que abordavam as diferenças morais, psicológicas e intelectuais humanas. Dessa maneira, acreditava-se que o clima tropical favorecia o comportamento imoral e lascivo, além de servir como marca de pouca inteligência. Esses aspectos eram atribuídos aos homens não-brancos, como sugere Almeida (2019, p. 29):

Esse tipo de pensamento, identificado como racismo científico, obteve enorme repercussão e prestígio nos meios acadêmicos e políticos do século XIX, como demonstram, além das de Arthur de Gobineau, as obras de Cesare Lombroso, Enrico Ferri e, no Brasil, Sílvio Romero e Raimundo Nina Rodrigues.

Diante do exposto, será desenhado um panorama de nomes que contribuíram para a fundamentação do racismo científico, desde seus primórdios no século XVIII como Carlos Lineu, Buffon, Pauw, Kant e Camper, para assim iniciar a abordagem no século XIX, através de nomes como Cuvier, Virey, Gobineau, Morton e Agassiz.

Carlos Lineu, botânico sueco, classificava os humanos em quatro raças, abordando conceitos relacionados aos aspectos físicos e psicológicos. Descrevia os africanos e os asiáticos como divertidos, descuidados, gananciosos e autoritários; os europeus eram classificados como inventivos, perspicazes e musculosos. Segundo Bethencourt (2018, p. 345-346):

O quadro ficava assim completo com os estereótipos políticos: os americanos eram regulados pelos costumes, os europeus eram controlados pela lei, os asiáticos eram orientados pela opinião e os africanos eram regidos pelo capricho.

Georges-Louis Leclerc, naturalista e conde de Buffon, classificava os seres humanos através dos continentes, estudando a influência do clima, a alimentação e seus hábitos de acordo com o seu ambiente. Para Buffon, os negros africanos eram fétidos, mas alegres; os chineses indolentes; os japoneses fortes, mas vaidosos, e os indígenas inferiores, promíscuos e supersticiosos. Já os brancos europeus, por viverem em uma região temperada, eram considerados mais equilibrados e inteligentes. Buffon colabora com o olhar negativo em relação às populações não-brancas em seus volumes da *Histoire Naturelle*, publicado em 1749. Neste estudo, ele destaca a “debilidade ou imaturidade” do continente americano.

Junta-se a esse ideal o abade Corneille de Pauw, que publicou em Berlim, em 1768, as *Recherches Philosophiques sur les américains, ou Memoires interessants pour servir à l'histoire de l'espèce humaine*, também trata o continente americano como um lugar com pessoas e natureza degeneradas. Para o abade, os americanos eram preguiçosos e fracos, por isso chamados de “bestas decaídas”, afastadas da civilização.

O filósofo alemão Hegel também partilhava do pensamento do Abade Corneille de Pauw, considerando as populações americanas e africanas inferiores aos europeus, até mesmo classificando-as como bestiais e envoltas em superstição. (ALMEIDA, 2019, p. 28).

Ainda no século XVIII, Kant contribuiu para a discussão das teorias raciais. Para ele, a qualidade da alimentação e do solo cultivado eram fundamentais para as diferenças entre as populações, que poderiam até desaparecer em algumas gerações de acordo com as alterações ambientais. O autor classificava os seres humanos em quatro raças: “brancos, negros, hunos (mongóis ou calmuços) e hindus (ou hindustani)”. (BETHENCOURT, 2018, p. 351). Entretanto, afirmava que os negros e os brancos eram as raças básicas.

No mesmo período, Petrus Camper, antropólogo holandês, comparava crânios de macacos aos de africanos, mongóis e europeus pressupondo diferenças físicas entre as raças e as espécies: “Os tipos identificados dessa forma não se baseavam numa amostragem séria, mas sim numa coleta aleatória de crânios com idades, gêneros e históricos nutricionais distintos.” (BETHENCOURT, 2018, p. 355).

George Cuvier, naturalista francês, teve um grande destaque no início do século XIX. Considerava que os homens eram compostos por raças diferentes; no entanto, as basilares eram a branca (ou caucasiana), a amarela (ou mongol) e a negra (ou etíope). A caucasiana, segundo Cuvier, era a mais bonita e civilizada, a amarela era capaz de comandar impérios, mas ao mesmo tempo deixava seus governos estagnarem, a etíope era definida pela cor negra e considerada próxima dos símios.

Outro cientista no início do século XIX, que se destacava nas ciências raciais, era Julien-Joseph Virey. O naturalista e antropólogo compartilhava da visão de Cuvier ao relatar que o homem negro se assemelhava aos símios, inclusive, acreditava que a pélvis humana negra era próxima a do orangotango.

Um nome significativo do racionalismo científico foi Robert Knox, cujo livro *Race of Man* destaca que a história humana era baseada nas raças, e que essas eram permeadas pela

hereditariedade, pelo lugar e pelo clima. Para Knox, os indivíduos mestiços eram fracos, incapazes e inúteis, e que “devido à lei da especialização, à lei da descendência hereditária” (BETHENCOURT, 2018, p. 377), não chegariam à terceira ou quarta geração.

Outro estudioso do racismo científico foi Arthur de Gobineau (1816-82), que entre 1853 e 1855 escreveu o livro *Essai sur l'inégalité des races humaines (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas)*. No título do livro fica evidente a intenção do autor de provar que há uma desigualdade profunda na própria natureza humana. Assim como Robert Knox, ele exaltou os arianos, classificando-os como “raça branca da Ásia que supostamente deixara a sua marca em todas as grandes civilizações.” (BETHENCOURT, 2018, p. 382). Para Gobineau, os indígenas, negros e australianos eram inferiores, pois, segundo seu ponto de vista não houve um progresso entre as raças não europeias, ou seja, estas estariam fadadas à bestialidade, visto que de acordo com o cientista, possuíam uma inteligência inferior. Gobineau associava o progresso aos brancos de origem europeia, e a degeneração aos negros, indígenas e mestiços.

Acrescenta-se a este capítulo mais um pesquisador ativo do racismo científico, o médico e cientista natural Samuel George Morton. Ele usou a medição de crânios para estudar a variedade humana. Em seu livro *Crania Americana* (1839), classificou os humanos em cinco tipos: caucasianos, mongóis, malaios, americanos e etíopes. Cada categoria recebia algumas características: os mongóis eram engenhosos e propensos ao desenvolvimento, os indígenas eram considerados impossibilitados de desenvolverem-se, pois eram tidos como inquietos, vingativos e incapazes de adquirir conhecimento. Já os etíopes eram vistos como os menos capazes ao desenvolvimento, sendo classificados como o “mais baixo nível da humanidade.” (BETHENCOURT, 2018, p. 386).

Em seu segundo livro *Crania Aegyptiaca* (1844), Morton considerava que os egípcios que construíram as pirâmides eram brancos. A afirmação foi feita através das medições de crânio e análise facial. Apesar de entusiasta da Abolição da Escravatura, acreditava na hierarquia das raças<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Morton não era o único a apresentar tal paradoxo, como a filósofa norte-americana Susan Buck-Morss relata: a escravidão conotava tudo o que havia de mal na sociedade ocidental do século XVIII, e isso era evidenciado pelos filósofos iluministas. Entretanto, este aspecto era paradoxal, pois a escravidão era a antítese da liberdade pregada pelos iluministas, mas era a escravidão que movimentava a economia. Isto culminava no favorecimento da divulgação do ideal iluminista por todo o ocidente: “a sistemática e altamente sofisticada escravização capitalista do não europeu como mão de obra nas colônias – se expandia quantitativamente e se intensificava qualitativamente, ao ponto de, em meados do século XVIII, ter chegado a sustentar o sistema econômico do Ocidente como um todo, facilitando, paradoxalmente, a expansão global dos próprios ideais do iluminismo que tão frontalmente a contradiziam.” (BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. Trad. Sebastião Nascimento. *Novos Estudos* 90, Jul/2011. p. 131). Esse paradoxo permaneceu comum em toda modernidade europeia, inclusive espalhando-se pelas colônias, reforçando o racismo para colocar o não branco como não humano. /O próprio Hegel

Jean Louis Rodolphe Agassiz, geólogo e zoólogo suíço, seguia os ideais de Morton. Veio ao Brasil entre fevereiro de 1865 a agosto de 1866 para estudar e desenhar várias espécies da flora e da fauna locais, publicando seus estudos geológicos e zoológicos sobre o Brasil. Também divulgou suas impressões a respeito da sociedade mestiça brasileira, considerada pelo pesquisador como inferior. Inclusive usou o país como modelo de sociedade mista a não ser seguido, sendo um exemplo para a imposição da segregação contra os negros nos Estados Unidos da América. Schwarcz (2012) aponta que, antecipando Agassiz, o zoólogo J. Baptiste von Spix e o botânico Carl Friedrich P. Von Martius fizeram uma viagem pelo Brasil entre os anos de 1817 a 1820, percorrendo 10 mil quilômetros, o que resultou na obra *Viagem ao Brasil* (1834), dividida em três volumes. Nesses escritos havia elogios à natureza brasileira, mas não discorreram sobre nenhum ponto de destaque em relação aos povos encontrados.

Apesar do cientificismo racial começar a despontar no século XVIII, foi a partir do ano de 1840 que ganhou ares políticos e ideológicos, pois foi nesse período que o esforço científico sobre a variedade dos seres humanos, segundo Bethencourt, se tornou mais ideologicamente agressivo e politicamente empenhado. Esse processo foi chamado por Bethencourt de “racionalismo científico”. Este aspecto servia para justificar as divisões e hierarquias das raças “que supostamente seriam inatas, imutáveis e perpétuas.” (BETHENCOURT, 2018, p. 368).

Para entender essa visão é importante lembrar que no século dezenove ocorreram as revoluções de 1848, conhecidas como “A primavera dos povos”. O movimento espalhou-se “rápida e amplamente, alastrando-se como fogo na palha por sobre as fronteiras, países e mesmo oceanos. Na França, o centro natural e detonador das revoluções europeias, a república, foi proclamada em 24 de fevereiro.” (HOBSBAWM, 2015, p. 32).

A primavera dos povos ameaçava os governos conservadores de toda a Europa. As revoluções cresciam a partir dos conflitos gerados pelo processo de industrialização, de migração em massa, pelo desejo de reconhecimento político da classe média e através das exigências da classe operária. Criava-se nesta atmosfera o projeto de unificação de muitos territórios, como da Alemanha, Itália, Hungria entre outras nações que nasciam neste momento. Desta maneira, estavam em jogo questões sociais, como o sofrimento da classe operária, a miséria de populações do campo, assim se criavam as ideologias igualitárias que iam contra os ideais da propriedade privada. Apesar de se espalharem rapidamente, as revoluções de 1848

---

acaba corroborando com esta visão ao concordar com a Abolição gradual da escravidão ao invés de apoiar sua supressão súbita. (BUCK-MORSS, 2011, p.149).

não tiveram muito sucesso. A vitória do conservadorismo ocorreu entre os anos de 1849 a 1851, mas muito havia mudado, como a eliminação da servidão e dos direitos feudais. Desta forma, manteve-se “a luta da igualdade contra a desigualdade (conceitos naturalmente baseados em múltiplos pontos de vista) tornou-se uma questão importante no que diz respeito à separação conceitual entre a nova e a antiga ordem social.” (BETHENCOURT, 2018, p. 371).

Essas reivindicações populares, que clamavam por direitos e igualdade social, suscitaram manifestações contrárias. Com isso houve o aumento das reflexões sobre as raças, por sua vez influenciando nos estudos científicos das origens e da variedade humana, destarte havendo a procura de provas para as “supostas origens inerentes da desigualdade”. Na Europa, como observou-se, o racismo científico cresceu no século XIX para mostrar uma suposta desigualdade entre as populações humanas, na tentativa de descartar qualquer pensamento de igualdade defendido pelas revoluções de 1848. Nesse sentido, o arianismo foi um grande aliado desse movimento, pois apresentava a ideia de uma origem branca das civilizações julgadas como mais desenvolvidas, justificando as invasões e a imposição da cultura europeia em outros continentes.

Através destas perspectivas, o racismo científico passou por fases para finalmente formar um *corpus* no século XIX. E essas fases foram permeadas, sobretudo, pelas reivindicações sociais. Por exemplo, Gobineau associava o progresso e a inovação às raças brancas com ideais nobres e feudais, enquanto o atraso era associado à visão comunitária, geralmente relacionada à mistura de raças mais escuras.

### 2.2.1 Racismo Científico no Brasil

As Teorias racistas oriundas da Europa desembarcaram no Brasil a partir da década de 70 do século XIX e seguiram até 1930. (SCHWARCZ, 1993). A maioria delas condenava a miscigenação, como se observa nos escritos de Nina Rodrigues (1862-1906) e Oliveira Viana (1883-1951). Estes divulgavam as novas teorias através dos estudos de medicina legal ligados à antropologia. As teorias evolucionistas colocavam a humanidade como desenvolvida por etapas diferentes. O darwinismo social afirmava que os brancos eram resultados da seleção natural das raças humanas (SANTOS, 2009), pois possuíam pureza, civilidade e eram superiores. Os negros e indígenas, segundo essa corrente, estavam condenados à extinção, visto que resistiram à seleção natural e social e, desta forma, começou-se a aceitar a mestiçagem como maneira de branquear a população brasileira, aspecto considerado sinal do progresso.

Em meados do século XIX começa o desmantelamento da escravidão com a publicação da Lei do Ventre Livre (1871). O mundo das ideias e das ciências também está em voga neste momento, pois as teorias raciais, juntamente com o ideário positivo-evolucionista, estão presentes no Brasil como já descrito. Isso coincide com o surgimento de novos centros de estudos e pesquisas, como os museus etnográficos, faculdades de direito e medicina, institutos históricos e geográficos. Neste período, existe um paradoxo, segundo Schwarcz (1993, p. 14):

[O] liberalismo e [o] racismo corporificaram, nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular.

Ou seja, no liberalismo o que se destaca é o esforço individual. O sujeito terá qualidades a partir de seus esforços e bens adquiridos. Já o racismo se pautará num determinado grupo. As pessoas são o que são devido ao seu aspecto racial. Um grupo não terá direito a nada, visto suas características biológicas. Essas interpretações são cercadas de interesses, conforme explica Schwarcz (1993, p. 17-18):

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação o complicado jogo de interesses que se montava.

Desta forma, para a estudiosa, as teorias raciais servem como argumento para o estabelecimento das diferenças sociais. Entretanto, essas teorias tentavam justificar cientificamente as hierarquias e organizações das classes através do aspecto racial, já que havia acabado a escravidão e as instituições e governo brasileiros não se mobilizaram para organizar a vida dos egressos do sistema de trabalho forçado. E as teorias acabaram justificando a falta de ações mais efetivas para a inserção dessa população na economia brasileira. Por outro lado, já se pregava que o Brasil era um país mestiço, e essa ideia fazia parte de um projeto nacional que se iniciava em finais do século XIX. Neste momento, há uma espécie de adaptação das teorias raciais à realidade brasileira, conforme se observa através da explanação de Lilia Schwarcz (1993, p. 18):

É na brecha desse paradoxo – no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento – que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematisassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era una. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso.

Para a autora, houve originalidade do pensamento racial brasileiro no momento em que se adaptaram as teorias raciais. Com isso foi atualizado o que “beneficiava” a ideia de construção de raça no Brasil e “desprezado” o que seria problemático para esse ideário.

Na metade do século XIX, iniciou-se uma onda de imigração europeia para o Brasil, incentivada pelo próprio Estado, que naquele momento apostava no cruzamento de raças para resultar numa população brasileira mais branca e europeizada, conforme apresenta Schwarcz (2001, p. 43):

Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo à imigração europeia, ainda nos últimos anos do Império, marcada por uma intenção também evidente de “tornar o país mais claro”.

Após a Abolição da escravatura, o branqueamento da população brasileira foi incentivado pelos ideais racistas, pois a imigração dos europeus foi intensa entre os anos de 1880 a 1920. “No interno processo de miscigenação, a preocupação maior era o branqueamento populacional de origem africana, fator preponderante a ser enfrentado na construção da nacionalidade brasileira.” (SANTOS, 2009, p. 43).

Em suma, deslumbrava-se o fim dos povos indígenas e negros no Brasil através da mestiçagem. Esse ideal surgiu no final do século XIX e foi influenciado, sobretudo, pelos pensamentos eugenistas que pregavam a “melhoria da raça humana”. A isso aliaram-se processos sanitaristas para o controle de epidemias, que no final do século XIX e início do XX eram muito comuns pela falta de saneamento básico nas cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro. Doenças como febre amarela, varíola, tuberculose entre outras alastraram-se rapidamente pelo país. Desta maneira, as campanhas sanitaristas eram impostas à população mestiça e pobre, considerada culpada por aumentar o número de doentes devido aos seus “hábitos poucos higiênicos”.



O antropólogo João Batista Lacerda, entusiasta da ideologia do branqueamento, apresentou a tese *Sur les Metis (Sobre os Mestiços)*, no Primeiro Congresso Internacional das Raças, em 1911<sup>4</sup>. No trabalho, constavam o processo de miscigenação presente no Brasil e o seu resultado, segundo o professor, seria a formação de uma nação branca: “Na visão desse cientista estava expressa a teoria do branqueamento, modelo que implicava crença num clareamento geral.” (SCHWARCZ, 2001, p. 27). Segundo o trabalho de Lacerda, a “solução” para a sociedade brasileira seria a miscigenação. Esse branqueamento estava também representado na obra de Modesto Brocos, com *A Redenção de Cam*, pintura que recebeu a medalha de ouro no Salão Nacional de Belas Artes de 1895.<sup>5</sup>

Para tanto, houve também restrições na Lei de Terras (1850)<sup>6</sup>, que dificultavam a aquisição de propriedades a negros, principalmente ex-escravos, já que exigiam uma carta de recomendação e certidão de casamento. Enquanto isso, os imigrantes estrangeiros possuíam muitas facilidades, como alguns artigos da lei registrando que os estrangeiros brancos compradores de terras poderiam ser naturalizados. Esse ideal se estende pela República Velha, protagonista do liberalismo crescente. Os representantes desse liberalismo eram as elites e a classe média urbana embranquecida com o processo de imigração iniciada no século XIX. Assim, os negros da República Velha não possuíam trabalho assalariado no Brasil que começava a se urbanizar e a se industrializar. Esta articulação fez com que restasse às populações negras apenas os trabalhos subalternos e as atividades domésticas.

---

<sup>4</sup> O Primeiro Congresso Universal das Raças (*First Universal Races Congress*) foi realizado em Londres, entre 26 e 29 de julho de 1911. Segundo Souza e Santos, o evento foi amplamente divulgado no meio científico internacional, além de contar com a participação de políticos, antropólogos, ativistas sociais e estudiosos dos aspectos raciais e relações entre Ocidente e Oriente. No Congresso, havia representantes de mais de 50 países da Europa, América, África e Ásia. No período, ocorria a expansão da política imperialista. O Brasil foi representado por dois antropólogos: João Baptista de Lacerda e Edgard Roquette-Pinto, ambos enviados ao Congresso pelo governo de Hermes da Fonseca, com a intenção de ampliar a propaganda cultural e científica do Brasil na Europa. (SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.).

<sup>5</sup> Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em 05 jul. 2022.

<sup>6</sup> Antes desta lei, o Estado era proprietário das terras no Brasil, portanto, só era possível alguém adquirir uma propriedade caso o Estado a doasse. Em 1850, foi promulgada a Lei de número 601, a qual o Estado colocava as terras à venda para quem tivesse condições de adquiri-las. Pessoas negras, recém-libertas, ou seja, pobres, não fariam parte do grupo seletor da sociedade com condições de comprar glebas: “Dado o seu grau de descapitalização (quase absoluto, por sinal) no momento em que fossem libertados, as terras lhes seriam mercadoria de aquisição impossível. Com este mecanismo jurídico, a terra entrou no mercado tendo o Estado como vendedor. Aqueles que possuíam possibilidades monetárias ou de crédito privilegiado para adquiri-la seriam os novos proprietários.” (MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 3 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020, p. 106).

Mas na década de 30, a visão da mestiçagem ganhou força principalmente após os estudos de Gilberto Freyre, transformando-se num evento mais cultural e menos biológico. Havia o incentivo do Estado Novo que expunha uma nova representação da nação: sua valorização pela mistura de raças, como será visto no tópico Guinada Freyriana.

É importante destacar que a miscigenação no Brasil foi iniciada por meio da violência, já nos primeiros anos de colonização, visto que mulheres negras e indígenas eram estupradas por homens brancos. Os proprietários rurais impunham seu poder através de atos de violência de toda ordem. À violência física juntava-se à verbal, pois as mulheres negras eram atacadas e humilhadas pelo uso de expressões pejorativas, que até hoje são utilizadas em nosso país: “a cor do pecado”, “melhorar a raça”, ou ainda por visões e estereótipos que colocam a mulher negra como altamente sexualizada, irresponsável, libidinosa, ou no outro extremo: não serve para se relacionar, só para trabalhar. (GONZALES, 1984). Situações estas muito representadas na literatura brasileira como no romance *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, cujas personagens Rita Baiana e Bertoleza eram apresentadas com estereótipos. A primeira é extremamente sexualizada, a ponto de destruir lares; enquanto a segunda, além de trabalhar até a exaustão, é tratada como uma pessoa assexuada.

As teorias raciais chegam no Brasil a partir de meados do século XIX. Conforme Schwarcz (2012), era um momento irreversível para a Abolição da Escravatura. A escravidão teve relevante contribuição para a visão negativa em relação à população negra, entretanto, essa visão se aguça com a chegada das teorias raciais, que transformam as desigualdades sociais em biológicas, através de medições de cérebros e análises de características físicas, criando-se uma suposta diferença entre os grupos humanos. Schwarcz (2012, p. 38) ainda acrescenta que:

A “raça” era introduzida, assim, com base nos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos segundo seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e no próprio exercício da cidadania e do arbítrio. Dessa maneira, em vista da promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi “comprovação científica” da desigualdade biológica entre os homens, ao lado da manutenção peremptória do liberalismo, tal como exaltado pela nova República de 1889.

É possível observar que de um lado, os homens, independentemente da cor, estavam tornando-se iguais através das leis, pois a partir de 1888, legalmente, todos deveriam ser livres. Por outro lado, chegavam as teorias raciais para marcarem uma cisão na sociedade brasileira. Dessa forma, homens seriam classificados por sua cor, fenótipo, e com base biológica e científica. Houve a contribuição de estudiosos brasileiros para tal evento, como Nina Rodrigues,

Oliveira Viana e Sílvio Romero que se inspiraram nos postulados do inglês Spencer. Através da leitura da obra *Os Africanos no Brasil*, (1935), de Nina Rodrigues, podemos verificar como o escritor maranhense considerava os negros: “Para a ciência, não é essa inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual de desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções.” (RODRIGUES, 2008, p. 22).

Nina demonstrou que os negros seriam inferiores, e isto era explicado com uma visão de desenvolvimento diferenciada, ou seja, todos os homens são iguais, porém, estão em etapas diferentes da humanidade, enquanto o homem europeu avançou uma etapa da civilização, o homem negro encontrava-se num período mais atrasado. Além disso, o estudioso maranhense acreditava que a raça negra contribuiria para a inferioridade do povo brasileiro. (RODRIGUES, 2008, p. 24).

Em seu livro *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (1938), o catedrático traz a possibilidade da extinção do povo negro em solo brasileiro: “A primeira é da persistência da imigração europeia para o norte; a segunda é a da futura extinção da raça negra nesta zona.” (RODRIGUES, 2008, p. 36). Na mesma obra, Rodrigues escreve sobre a predisposição dos negros e mestiços à criminalidade, ademais, mostra a importância de haver códigos penais diferenciados para as raças distintas.

Por outro lado, o antropólogo Oliveira Viana aborda, em seu livro *Populações Meridionais do Brasil* (1973), o desenvolvimento do Sul e Sudeste do país através da influência dos senhores de engenhos, tratados como magnatas rurais que se posicionavam como chefes de uma legião de trabalhadores, mucamas, negros de engenho, feitores, etc. Esses senhores possuem “herança do sangue peninsular”. (VIANA, 1973, p. 58-59). O escritor ainda acrescenta que os senhores de engenho foram: “Criados na plena liberdade dos campos acostumados a mandar e a ser obedecidos, esses grandes senhores não se podem fazer do servilismo.” (VIANA, 1973, p. 58-59). Nesta passagem do texto, o homem branco europeu é apresentado como líder, entretanto, o índio e o negro, em outro momento da obra, são apresentados como seres menores. O primeiro é indolente e indomesticável, executando as atividades guerreiras do latifúndio, será o guarda, já o negro é considerado dócil e resistente, assim é feito para o trabalho rural. (VIANA, 1973, p. 73).

Viana segue com sua postura cientificista do século XIX de que o homem é modificado pelo meio, pois o português no hemisfério sul torna-se um homem cheio de desejos sexuais, graças ao sol e ao esplendor da natureza. Para essa potência aumentar, este europeu encontrará

a senzala cheia de mulheres negras, meigas e ardentes. A fusão resultará no elemento mestiço. O autor escreve sobre o papel fundamental do domínio rural na formação da nacionalidade brasileira, porque graças ao mundo do latifúndio as três raças juntaram-se e formaram os mestiços: “Os mestiços são, pois, um produto histórico dos latifúndios. Servir de campo de cruzamento, de centro integralizador de três raças distintíssimas.” (VIANA, 1973, p. 77).

Ainda sobre a junção das três raças, o autor registra: “O mestiço na sociedade colonial é um desclassificado permanente. O branco superior, da alta classe, o repele. Como, por seu turno, ele foge das classes inferiores, a sua situação social é indefinida.” (VIANA, 1973, p. 77).

A obra de Viana tem como objetivo mostrar a ocupação latifundiária no Sul e Sudeste do Brasil, mas além disso, traça um panorama social baseado nas teorias raciais vindas da Europa, no século XIX e início do século XX, como ocorre com Sílvio Romero, numa perspectiva literária. Este, em *História da Literatura do Brasil* (1902), apresenta algumas visões científicas referentes aos aspectos raciais. O crítico literário baseia-se em Spencer e isso é justificado quando defende a ideia de que as raças passam por estágios diferentes de inteligência. Para ele o europeu estaria na fase da indústria e da ciência, enquanto os outros povos estariam na idade da pedra lascada. (ROMERO, 1902, p. 24). O negro para Romero (1902, p. 28) estaria no último estágio, como se verifica na seguinte citação:

Resta-me falar dos povos negros que entraram em nossa população. Em quase todos do grupo banto. São gentes ainda no período do fetichismo, brutais, submissos e robustos, os mais próprios para os árduos trabalhos de nossa lavoura rudimentar.

Ademais, existe na obra de Romero a visão da permanência do mais forte, visto que essa é a máxima de Spencer. O crítico acredita que o elemento branco predominará na população brasileira, havendo um desaparecimento progressivo dos indígenas e dos negros, que ocorreria pela extinção do tráfico de africanos, e a imigração europeia ajudaria neste processo. (ROMERO, 1902, p. 28). Este autor ainda atribuía maior mérito da produção literária aos europeus (1902, p. 32):

Os portugueses vinham de um país culto, possuidor de uma literatura feita, vinham como donos da terra implantar aqui uma organização social ao seu modelo. [...] A pobre raça escravizada não teve nunca direito de entrar na história; seu trabalho intelectual foi anônimo, bem como o seu trabalho físico.

Por fim, analisa-se a obra de Spencer, *Do Progresso, sua lei e sua causa* (1939), na qual foi possível entender que os “cientistas” brasileiros inspiraram-se nos ideais do filósofo inglês. Em seu livro, Spencer discorre sobre o progresso em todos os sentidos, desde os aspectos biológicos dos seres em geral, até os sociais. E é este último que interessa à presente pesquisa. Por exemplo, ele escreve que o desenvolvimento do europeu e do não-europeu é perceptível no físico de ambos, enquanto o primeiro possui pernas longas, o segundo pernas curtas, assemelhando-se assim aos quadrúmanos. (SPENCER, 2002, p. 27). Já no aspecto intelectual, Spencer compara a inteligência de um homem não europeu a de uma criança europeia. (SPENCER, 2002, p. 28).

No Brasil, como se observou neste trabalho, houve uma junção dos modelos evolucionistas, que pregavam que a humanidade passava por etapas diferentes de desenvolvimento e não consideravam a miscigenação racial como algo benéfico. Desta forma, as teorias explicavam a inferioridade dos povos não-brancos, e ao mesmo tempo havia o incentivo à miscigenação a fim de se obter como resultado o branqueamento da população nacional. Até que nos anos 30, segundo Almeida (2019), o racismo científico foi substituído pela democracia racial, que consistia na afirmação de que a miscigenação era uma das características básicas da identidade nacional. Destarte, aparentemente, era aceito por toda a sociedade brasileira, inclusive pela classe dominante. A democracia racial estava alinhada à adaptação da sociedade brasileira e o Estado ao capitalismo industrial dos anos 30. Mas isso não quer dizer que o racismo havia desaparecido, pelo contrário, como se observa nas palavras de Almeida (2019, p. 181):

Nessa vereda, a ideologia da democracia racial produz um discurso racista e legitimador da violência e da desigualdade racial diante das especificidades do capitalismo brasileiro. Portanto, não é o racismo estranho à formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fator estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas.

O racismo deixa de ser científico, porém, continua presente, entranhado na sociedade brasileira. Desta forma, atuante na “domesticação dos corpos entregues indistintamente ao trabalho abstrato.” (ALMEIDA, 2019, p. 181). No passado, justificava-se a posição da população negra na sociedade com tentativas de provar sua inferioridade através de estudos “científicos”. Hoje, é através do capitalismo, com a normalidade do fato de a maioria das pessoas negras ganharem menos, de efetuarem atividades consideradas desvalorizadas, e de

estarem em menor número nas universidades e em postos de gestão em empresas e departamentos públicos.

### 2.3 Raça e Racialização

Como apresentado nos subcapítulos anteriores, o racismo não é assumido pela sociedade em suas estratégias de dominação, ao invés disso, muitas vezes é justificado pelas características de grupos minoritários. Ele faz parte de uma dominação de poder econômico, cultural e social.

A fim de manter o *status* de determinados grupos dominantes no âmbito social e econômico, o racismo utiliza-se da racialização, uma forma de diferenciar indivíduos, tendo como objetivo abordar a raça como uma marca que representa as relações de poder na sociedade. Moreira (2019) informa que não há brancos e negros e sim atribuição de traços fenóticos para se dominar um grupo. “Assim, devemos entender a raça como uma construção social que procura validar projetos de dominação baseados na hierarquização entre grupos com características físicas distintas.” (MOREIRA, 2019, p. 41).

Para a abordagem sobre raça, Moreira discute os termos branquitude e negritude. Ambos foram produzidos ao longo da história. O primeiro apresenta a hegemonia da cultura europeia, principalmente a partir do projeto colonial. A branquitude permitiu que os valores religiosos, o sistema econômico, a estrutura política e a tradição cultural dos países europeus se tornassem exemplos universais. Já a negritude se relaciona aos traços fenotípicos das populações africanas. Surge num momento histórico, no qual a raça é objeto de reflexão, estudos políticos e narrativas científicas que justifiquem a exploração das pessoas negras. “O racismo cumpre então um papel central nesse processo, pois cria e propaga imagens culturais destinadas a justificar hierarquias sociais entre negros e brancos.” (MOREIRA, 2019, p. 42-43).

A partir destes paradigmas, é possível identificar a raça como aspecto cultural estruturante das relações de poder em uma sociedade. Sua representação pode ser explícita para o tratamento de alguns indivíduos, mas pode estar ligada às “hierarquias entre negros e brancos.”

Assim, raça deve ser tratada, segundo Moreira, como uma construção social, porque ela estrutura relações de poder, determinando o lugar de um indivíduo em várias hierarquias presentes na sociedade. A racialização das pessoas traz vários tipos de identidades com valores diferentes na sociedade. Por exemplo, a racialização de pessoas de origem africana geralmente apresenta um lugar de subalternidade para esses indivíduos, já a racialização de pessoas brancas

as coloca num lugar de privilégios, associando-se a negritude com elementos negativos e a branquitude com positivos.

A branquitude é um lugar de poder social, desta forma, contribui para a manutenção dos privilégios dos brancos. Esse aspecto é reforçado pelas instituições públicas e privadas que dão mais oportunidades para pessoas brancas e, desta maneira, a identidade social e cultural são da branquitude, que acaba por subjugar os outros grupos étnicos. A identidade racial branquitude não está associada a fatores biológicos, mas sim a aspectos sociais, pois atende aos interesses materiais das pessoas brancas. Além disso, essa identidade ajuda na propagação de estereótipos negativos contra pessoas negras, que são consideradas inferiores. Sem falar que, muitas vezes, as pessoas brancas não são racializadas, “são apenas humanas”, já pessoas negras possuem raça, pois pertencem a um grupo racial. Por fim, como bem escreve Cuti: “a branquitude (silenciosa sempre) compõe o poder patriarcal.” (CUTI, 2009, p. 41). Isto justifica sua manifestação até os dias de hoje nas instâncias públicas e privadas, e na preservação da visão europeizante na cultura ocidental, principalmente no Brasil.

Logo após a Abolição, começou-se a pregar no país a miscigenação como solução para seu progresso. Acreditava-se que quanto mais branca, mais sucesso no desenvolvimento da nação haveria. Seria um país etnicamente superior. Assim sendo, os segmentos sociais que estavam no poder naquele final de século XIX, a oligarquia agrária e a burguesia, enxergavam os ex-escravizados como um risco para esse desenvolvimento econômico, social e político. Os próprios governantes encetaram uma campanha contra a população não-branca. Pode-se dizer que já se apontava naquele final de século XIX e início do século XX o que tratamos como Racismo Institucional.

O Rio de Janeiro é exemplo desse ato, pois a partir do último decênio do século XIX principiou-se ali o processo de destruição de cortiços. Para Cuti (2009, p. 71) essa destruição se deu, sobretudo, pelo ideal de embranquecimento:

O fim daquelas moradias populares também atuaria no sentido de proteger os imigrantes contra as epidemias que mais os atingiam, em detrimento das que atingiam os ex-cativos, resultado de um direcionamento racial das políticas públicas.

Para os governantes da época, influenciados pelas teorias raciais, havia a necessidade de proteger da febre amarela os imigrantes brancos que chegavam naquele momento ao Brasil. A população negra, que era atingida por outras doenças, deixava de ser assistida pelo Estado. Para Challhoub (1996, p. 94-95 *apud* CUTI, 2009, p. 71-72):

Conforme nos aproximamos do fim do século XIX, torna-se cada vez mais óbvio que o pensamento médico e as políticas de saúde pública no Brasil estavam profundamente informados por uma ideologia racial bastante precisa: ao menos no Rio de Janeiro e em São Paulo, tratava-se de promover o ideal de embranquecimento da população. Todos os esforços e recursos foram dirigidos à febre amarela, enquanto doenças como a tuberculose e a varíola, ambas associadas a mestiços e pobreza, eram quase completamente negligenciados.

Tais medidas sanitárias faziam parte do projeto de embranquecimento da população brasileira. A ideia era a de que através da miscigenação, a população ficaria mais clara com o passar dos anos, apagando as marcas da escravidão e da população negra de forma geral. Lilia Schwarcz também aborda essa perspectiva em sua obra *Nem Branco Nem Preto, muito pelo contrário* (2012), confirmando que a chegada de famílias italianas e alemãs ao Brasil fazia parte da estratégia de torná-lo mais claro. Esse processo começou ainda no período do movimento abolicionista, como aborda Schwarcz (2012, p. 39-40):

Portanto o processo de abolição brasileiro carregava consigo algumas singularidades. Em primeiro lugar, a crença enraizada de que o futuro levaria a uma nação branca. Em segundo, o alívio decorrente de uma libertação que se fez sem lutas nem conflitos e sobretudo evitou distinções legais baseadas na raça.

Essa visão de Abolição ocorrida não pela luta, mas como uma dádiva da Monarquia, permeará por muitos anos a história brasileira, inclusive, no período republicano, que pregava a imagem de uma democracia racial e de um passado de escravidão benigna.

## **2.4 Democracia Racial**

A questão racial virou preocupação no Brasil após a chegada das teorias raciais vindas da Europa, a partir de 1870, momento em que se aproximava o fim da escravidão. Essas teorias impuseram diferenças raciais que culminaram com a suposta inferioridade da massa mestiça, negra e indígena.

Nas teorias raciais estavam presentes as ciências evolucionistas, que colocavam a humanidade em etapas diferentes de desenvolvimento e o darwinismo social, que desencorajava a mestiçagem. Como abordado anteriormente, essas teorias traziam o ideal de inferioridade de determinadas raças e superioridade de outras. Mas, no Brasil, essa visão foi alterada e as



mesmas teorias acabaram contribuindo com uma nova proposta, a miscigenação positiva, que transformaria a população brasileira em mais clara. E essa ideia se fortaleceu com a vinda dos imigrantes europeus ainda no século XIX, conforme descrito neste trabalho, em *Racismo Científico no Brasil*.

No começo do século XX, o Brasil passou por uma transformação social e econômica; sua população urbana crescia e, junto, um processo lento de industrialização. Todavia, essa nova realidade convivia com um Brasil agrário, formado por famílias tradicionais, e isso, segundo Paixão (2014, p. 80), fazia com que houvesse uma crise, pois ocorria uma disputa entre o segmento recém-formado com o tradicional:

Na leitura de Gilberto Freyre essa crise, no fundo, demonstrava a persistência dos valores da tradição do país. [...] a crise seria derivada do fato de estar ocorrendo uma modernização no país, sem que os parâmetros sociais e culturais do passado estivessem sendo devidamente incorporados. [...] O Brasil, simplesmente, não teria como avançar rumo ao desenvolvimento sem que se fizesse acompanhar dos indelévels valores de tradição do antigo mundo dos aristocratas donos de escravizados.

Esta citação explica bem os escritos e posicionamentos de Freyre e que desenvolve sua obra sob a ótica do patriarcado, a partir do ponto de vista da aristocracia latifundiária, sobretudo do Nordeste, como será visto no decorrer deste trabalho.

No período de 1930, despontou a representação oficial do Brasil: a cultura mestiça. Como a tendência era o movimento nacionalista, naturalmente criaram-se símbolos nacionais e estes eram inspirados no povo e no passado, ou melhor, na “tradição”, conforme já destacado por Paixão. Elaborava-se, portanto, uma nacionalidade imaginada. (SCHWARCZ, 2012). Esses ideais não aparecem de maneira aleatória, tendo em vista que há vários intelectuais que propõem políticas culturais para fomentar a “identidade brasileira”.

É no Estado Novo que a mestiçagem torna-se mais reconhecida como a verdadeira identidade nacional. São Paulo, com a economia em destaque, buscou no passado uma marca cultural, trazendo a figura do bandeirante como um “herói de uma raça”. Aquele que era visto como assassino e caçador de indígenas e de negros escravos, molda-se em um símbolo de “garra” do cidadão paulista. Minas Gerais também tentará apagar seu passado imperial e escravocrata, reinventando-se em “berço da nossa cultura”, exaltando o encontro de várias sociedades e a mestiçagem. Para completar, é neste momento em que Gilberto Freyre aborda o passado nordestino onírico em *Casa Grande & Senzala* (1933), reconstruindo uma história com

relações amistosas entre brancos, negros e indígenas, aqueles que formaram a sociedade mestiça brasileira.

Freyre suaviza o genocídio indígena e a violência da escravidão sofrida pelos negros. Era assim que a vida privada das elites nordestinas era pintada e transformada em exemplo de identidade brasileira, neste momento explicava-se a escravidão como necessária, diante de uma colonização tão hostil (SCHWARCZ, 2012; PAIXÃO 2014), de acordo com o que será apresentado em *A farsa dada benevolência da escravidão brasileira*. Atenta-se à ideia de “democracia racial” que ganhou forças de acordo com escritos de Gilberto Freyre, sobretudo em *Casa Grande & Senzala*, que tratará da convivência entre as “três raças”. Esta obra traz uma nova “análise e interpretação da historiografia brasileira” (SILVA, 1995, p. 58), entretanto, Freyre não contribuiu com a agenda democrática do Brasil, principalmente no que diz respeito às desigualdades sociorraciais.

Primeiro, porque não é possível considerar uma sociedade democrática quando esta se pauta numa aparência branca ou mestiça clara. Nos escritos de Freyre, os indivíduos estão hierarquizados de acordo com a cor de sua pele.

Os não-brancos, de forma geral, os mais escuros, não possuem seus direitos reconhecidos, sempre cumprem papéis subalternos, e só deixariam esses postos se transformando em não-negros através de seus descendentes: “a democracia racial, fundada na perspectiva hierarquizadora, acaba sendo uma antítese de democracia, seja no plano sociológico, seja no plano político.” (PAIXÃO, 2014, p. 89).

Segundo o projeto de branqueamento é uma contradição freyriana, pois, como informa Paixão (2014), o sociólogo pernambucano é um autor que tentou conciliar a modernidade com a tradição em seus escritos. Entretanto, o branqueamento não faz parte da tradição, já que foi por meio dela que o país se tornou mais negro. Foi esta mesma tradição que possibilitou a escravidão. Por sua vez, o branqueamento é fruto da elite brasileira no Pós-Abolição, que acreditava que o progresso ocorreria com o fim dos negros, indígenas e mestiços escuros. De fato, no período colonial, havia uma hierarquização de raças, em que negros e mestiços desempenhavam papéis determinados. No entanto, não se pregava o fim dessas pessoas, como após 1888, e assim enfatiza Paixão (2014, p. 91):

Enfim, o branqueamento (ou desenegrecimento) fere de morte o organicismo holístico proposto por Gilberto Freyre, posto não prever espaço para um determinado contingente da população. Esta proposta é filha e fruto das teorias racistas, que viam a existência dos tipos humanos como um problema (por que

um problema?). O branqueamento (ou desenegrecimento) não busca um equilíbrio de antagonismos. Apenas busca a eliminação de um de seus termos.

Freyre inovou na forma em que apresentou a mistura de raças, entendida como o surgimento da nação brasileira, fruto de uma relação tolerante. O que se encontra em *Casa Grande & Senzala* é o processo de integração do negro e do indígena por via da miscigenação e aculturação, produzindo-se a “mistura de raças”, sem a valorização de seu universo cultural. Pelo contrário, são sempre representados como marginalizados; assim, a intenção de eliminação e de negação desses povos oprimidos é evidente, como já descrito por Paixão.

Esta intenção faz parte do racismo presente na “democracia racial”, que está inserido no desejo e no projeto de branqueamento da população brasileira disfarçado de “mistura de raças”. Não só Freyre traz essa abordagem, mas outros intelectuais e até o Estado tratavam essa tolerância como fruto de um processo de desafricanização, ou seja, de embranquecimento. Para Martiniano J. Silva (1995), esta ideologia foi e ainda é um “embuste”, pois esconde e mascara o “processo de elaboração histórica do racismo”. (SILVA, 1995, p. 28). Trata-se da guinada freyriana, que não reconhece as teorias raciais, mas mantém o racismo através do desenegrecimento da população brasileira.

#### 2.4.1 Convívio nada amistoso: O Racismo no Brasil de Freyre

A elite brasileira sempre aplicou estratégias discriminatórias contra a população negra e indígena, e isso se deu de forma diferenciada contra os dois povos, embora a intenção de destruição da consciência étnica e cultural fosse a mesma. Em relação aos indígenas, primeiro houve a fase do genocídio através da ocupação de suas terras (MOURA, 2020). Houve também o momento da evangelização, que destruiu as religiões e culturas indígenas. As invasões às terras continuaram, mas desta vez de forma mais lenta, pois foram feitas regulamentações por parte do governo, através da criação do SPI – Serviço de Proteção aos Índios<sup>7</sup>. Apesar de todas as adversidades, a resistência dos povos da floresta foi possível e assim muitas etnias

---

<sup>7</sup> O serviço foi criado através do decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). O órgão era responsável pela pacificação e proteção dos grupos indígenas, e pelo estabelecimento de núcleos de colonização com base na mão de obra sertaneja. As instituições foram separadas em 6 de janeiro de 1918 pelo decreto Lei nº 3 454, e a instituição passou a ser denominada SPI.

Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SERVI%C3%87O%20DE%20PROTE%C3%87%C3%83O%20AOS%20%C3%8DNDIOS.pdf>

conseguiram manter parte de sua identidade, ancestralidade e territorialidade a partir das demarcações.

Já com os negros, o processo deu-se de forma diferente, segundo Moura, bem mais sofisticado e eficiente, porque o negro foi sequestrado na África e trazido como escravo, desta forma, sua cultura, terra, família e religião foram retiradas de forma abrupta, impossibilitando-lhe recuperar sua ancestralidade e territorialidade com o passar do tempo. Foi considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos brancos, após a Abolição da Escravatura. Entretanto, lançaram-no em um sistema de marginalização social e econômica. “O Negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas.” (MOURA, 2020, p. 215).

Pode-se analisar que o racismo brasileiro vem se desenhando há muito tempo, desde o período colonial, entretanto, ganhou força no século XIX, com o advento das teorias raciais e continuou no século XX, quando a elite abraça o projeto de embranquecimento disfarçado de “democracia racial”. Gilberto Freyre fortaleceu o racismo no Brasil, pois ele é criador e divulgador desta noção. O pernambucano utiliza um conteúdo acadêmico, sobretudo, sua visão de descendente de senhor de engenho. Assim, tenta disfarçar o racismo contra negros e outras populações oprimidas, conforme continua Silva (1995, p. 164):

escondendo um já comprovado engodo: o de que a miscigenação de raças teria promovido o chamado “igualitarismo brasileiro”, mas que, em pura verdade, apenas renovou e reforçou a tese do embranquecimento, tirando do negro, como de outros segmentos oprimidos, a indispensável oportunidade de articular politicamente, tornando assim, ainda mais sutil o nosso caricato e amaneirado racismo.

Quando Gilberto Freyre aborda a sociedade brasileira construída pela “miscigenação de raças”, traz ares saudosistas de um passado de escravismo negro, genocídio indígena e dominação branca. Conforme Silva, o sociólogo não contribuiu com o enriquecimento racial e cultural que apregoava, pelo contrário, em *Casa Grande & Senzala*, encontram-se abordagens de viés patriarcal. Traça o ponto de vista do dito “vencedor”, já que em seus escritos se vê fontes tradicionais, e não a mistura de raças como um fator de enriquecimento cultural, contribuinte de várias formações de povos, gerando civilizações.

Embora a escrita de Gilberto Freyre se dê em um contexto em que as teorias raciais ainda inspiravam muitos estudiosos, não é possível fechar os olhos para as características impostas às populações não europeias, que são tratadas como não-civilizadas e que devem se inclinar para a população dita civilizada, formada pelos brancos europeus e seus descendentes. Freyre manifesta-se contra as teorias raciais, entretanto, apresenta em sua obra uma falsa harmonia entre a população branca e não-branca. Apesar da escravidão, castigos, exploração e estupros, negros e indígenas parecem não lutarem, de acordo com os escritos de Freyre. O autor omite qualquer tipo de insurreição desses povos. Como visto anteriormente, e conforme verifica-se em Silva (1995, p. 170), a obra de Freyre é construída com fundamentação da elite burguesa:

Apesar do expressivo prestígio de *Casa Grande & Senzala*, dentro e fora do país, diríamos, repetindo argumentos que se trata, politicamente, de uma estratégia ideológica de onde emerge uma pseudo-democracia, que mostra os índios e os negros aparentemente satisfeitos, admitindo que ambos, porém, a despeito de não fazê-lo claramente, seriam elementos desfibrados, excessivamente passivos, revelando o ser humano negro, por exemplo, como uma simples máquina de trabalho ou mero agente masoquista da exploração sexual do branco.

É evidente que textos como os de Gilberto Freyre, que ensoberbam a democracia racial, expandem o racismo. Este é o racismo à brasileira, saudosos da escravidão e da sociedade patriarcal, ainda de acordo com Silva (1995, p. 172):

Mas esse discurso e esse universo estão sempre divorciados dessa realidade de que falamos. Trata-se de fenômeno carente da autêntica consciência nacional, que não é essa versão extremamente passiva, desfibrada, da sinhama que nos embalou; da negra velha que nos contou “causos”; “da mulata que nos tirou bicho-de-pé de uma coceira tão boa”; de outra “que nos iniciou no amor físico”, transmitindo-nos “ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem”; de uma outra que nos deu de mamar. Não. Essa posição extremamente terna, em que o negro continuou explorado e subalterno até o presente, considerado uma espécie de sub-raça, jamais significaria uma expressão sincera de vida. Esse retrato, cuja imagem mostra o oprimido que aceita apaticamente todas as sacanagens do opressor, sincera e concretamente, nunca foi a marca da influência negra. Nunca existiu nesse processo uma leal, espontânea e natural participação do povo negro. Então, o enunciado no texto, além de comprovar, sem dúvida, o que vínhamos afirmando, mostra também uma das facetas mais salientes de *Casa Grande & Senzala*, qual seja, a sua invocação saudosista e a infalível versão evocativa, rememorando e registrando supostos valores de uma realidade histórica, com a qual os índios e os negros nunca concordaram.

O racismo está justamente na insistência desta falsa harmonia entre escravos e senhores de engenho, e cujos negros, negras e indígenas são resilientes e serviçais sem ações. Mas como afirma Silva, essa realidade apresentada por Freyre nunca existiu, inclusive “os índios e os negros nunca concordaram” com tal situação. Esta forma de se apresentar a história, sem a resistência dos povos não-brancos ocorre, como já descrito, por conta de uma ideologia conservadora de visão patriarcal, pertencente ao ambiente acadêmico daquele momento, sem mostrar o verdadeiro comportamento dos oprimidos.

Gilberto Freyre, ao trazer um passado com os povos oprimidos resilientes e o português como um senhor benevolente, reforça o estereótipo do negro acomodado em sua condição de escravo, e o do indígena preguiçoso e indolente. O branco português figura neste cenário como compreensível e dado às misturas raciais, por seu passado “étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas.” (FREYRE, 2003, p. 203). Sendo considerado um colonizador africanizado, desta forma, tendo mais predisposição para viver na América e se misturar com as raças escuras. Entretanto, essa ideia não possui fundamento teórico.

Clóvis Moura (2020) informa que a relação com as raças mais escuras se deu muito antes da expansão marítima. Os portugueses promoveram um colonialismo endógeno ao levarem negros africanos para a Metrópole já como escravizados. Ou seja, o envolvimento de portugueses e negros sempre foi por uma relação baseada em hierarquias, nunca de mistura e amistosa, como tenta colocar Gilberto Freyre. Ainda nas palavras de Moura (2020, p. 176) destaca-se:

Nesse processo complexo e contraditório Portugal foi um caso particular. O sistema colonial foi um desarticulador étnico não porque ensajou a miscigenação, mas porque hierarquizou etnicamente as populações que nas colônias não faziam parte do seu aparelho de dominação. Daí vemos a miscigenação subordinada a uma escala de valores na qual os negros, índios e outras etnias ou segmentos étnicos eram considerados inferiores e destinados, por isto mesmo, ao trabalho compulsório (escravo), uma das marcas do colonialismo em relação às populações colonizadas.

A proposta de Freyre (2003) contribui com a falsa harmonia nas relações raciais no Brasil. Assim, com um passado “tão bem resolvido”, as barreiras sociais e econômicas contra negros não existiriam, o que ocorreria seria a falta de capacidade dessa população para não progredir socialmente, e este é o mito forjado pela “democracia racial”. Por outro lado, mesmo

com vários estudos relacionados ao preconceito racial, o racismo seria considerado mais leve, com características fraternais, um estilo brasileiro, chamado, segundo Silva (1995, p. 175), de “racismo sem ódio”:

A partir dessa curiosa e incrível constatação, chegou-se mesmo a não questionar tanto a existência do racismo, que passou a ser admitido, mas sem essa “maldade” chamada de “ódio racial”, ou sem atitudes agressivas e sem perseguições aos negros, baseadas em motivos étnicos. A bem dizer, inexistiriam no Brasil formas extremas e virulentas de racismo, como se a maldade, pelo fato de ser mascarada, deixasse de ser violenta.

Para Moura (2020), a miscigenação, que é ligada a um fator biológico, não criou a democracia racial, que é um fator sociopolítico. Ela sempre esteve ligada a aspectos de dominação na sociedade brasileira, contribuindo com estruturas e técnicas de barragens sociais para as populações mais escuras. Inclusive com sanções religiosas e ideológicas.

A tese de que se vive numa “democracia racial” está ultrapassada há muito tempo. Os eventos históricos e atuais mostram que este aspecto ideológico nunca foi benéfico para as populações racializadas, pelo contrário, como já descrito, houve uma contribuição deste ideal para a continuidade do processo de embranquecimento que ocorria desde a chegada das teorias raciais no Brasil do século XIX. Logo após o 13 de maio, houve um mecanismo de barragem, isto é, a falácia de que todos são iguais perante a lei. Entretanto, a hierarquização não demonstra isso, tanto que o cidadão negro, sobretudo o ex-escravo, não tinha oportunidade no mercado de trabalho. Sua circulação era restrita, não conseguindo alcançar muitos cargos e funções.

#### 2.4.2 A farsa da benevolência da escravidão brasileira

Existem discussões em torno da possível brandura da escravidão negra em território latino-americano. Este pensamento é proposto devido ao “contexto religioso e constitucional dos espanhóis e portugueses, em oposição ao dos colonizadores anglo-saxões.” (SILVA, 1995, p. 188). Gilberto Freyre e seus discípulos sustentavam tal visão. De fato, isso se ratifica em *Casa Grande & Senzala*. Nesta obra, a escravidão aparece como benéfica para negros escravizados e senhores. Na citação abaixo, Freyre (2003, p. 51-52) descreve como era boa a vida na escravidão e como se tornou ruim após a Abolição, sobretudo para os trabalhadores das usinas de açúcar:

De modo que da antiga ordem econômica persiste a parte pior do ponto de vista do bem-estar geral e das classes trabalhadoras- desfeito em 88 o patriarcalismo que até então amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou-lhes aos filhos oportunidades de acesso social. O escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente.

O senhor do engenho era beneficiário, juntamente com seu escravo, pois ambos alimentavam-se melhor. Segundo Freyre (2003, p. 96), esse processo influenciou na descendência dos escravizados. O que se quer comunicar aqui é que os descendentes de escravos eram mais fortes do que os descendentes dos negros livres:

Melhor alimentados, repetimos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas. Natural que dos escravos descendam elementos dos mais fortes e sadios da nossa população. Os atletas, os capoeiras, os cabras, os marujos. E que da população média, livre mas miserável, provenham muito dos piores elementos; dos mais débeis e incapazes.

Segundo Moura, a obra de Gilberto Freyre figura em uma exaltação à escravidão. Descreve as boas relações entre o senhor de engenho e o escravo passivo e masoquista. Além disso, Freyre transformou a escravidão na Casa Grande como algo idílico. Mães pretas com seus filhos, que poderiam também ser filhos dos senhores da Casa Grande, as sinhás, sinhazinhas, todos convivendo em harmonia. Já sobre o eito, suavizou o trabalho pesado e os castigos suportados pelos trabalhadores forçados, sofrendo acidentes e perdendo partes de seus membros decepados na moagem de cana. De acordo com Moura (2021), Gilberto Freyre esqueceu-se do não direito à família para o escravizado, que era separado de seus filhos e esposas, em suma, de qualquer ente familiar. Sem falar das torturas e castigos sofridos quando os escravizados erravam algo em sua atividade, ou quando tentavam fugir. O alto índice de suicídios também era um fato bem frequente.

Freyre aborda as violências existentes nas relações senhor e escravo: “O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que mais do que o de baleia ajudou a dar aos alicerces das casas-grandes sua consistência quase de fortaleza.” (FREYRE, 2003, p. 36). Ou ainda: “senhores mandando queimar vivas, em fornalhas de engenho, escravas prenhes, as crianças estourando ao calor das chamas.” (FREYRE, 2003, p. 46). O autor reconhece e aborda a violência no Brasil escravista.



Sobre este mesmo tema, Schwarcz (2012) concorda e justifica a falta de destaque sobre o assunto e descreve que existe uma contraposição com a relação paternal entre o senhor e o escravizado fiel. Assim, Freyre acaba destacando as relações amistosas mesmo reconhecendo as violências, e também pontua, sobretudo, a vida dos escravos domésticos, os quais ficavam mais próximos dos senhores. Neste sentido, simbolizava-se “a boa escravidão”, que se opunha à escravidão estadunidense.

Moura (2021) apresenta algo de extrema importância: a taxa de mortalidade dos escravos no século XIX. Enquanto os escravos norte-americanos tiveram um crescimento de 23% entre as décadas de 1830 a 1860, considerando que o tráfico nos Estados Unidos foi proibido a partir de 1808, o aumento se deu pelo crescimento demográfico interno. No Brasil, ocorreu o contrário, em 1850 o tráfico negreiro foi suspenso, e a população de escravos foi diminuindo. Este fato pode ter ocorrido pelas alforrias, mas principalmente pelas mortes excessivas de escravos. Moura (2021, p. 110) complementa:

Pelos elementos que possuímos, podemos concluir que a escravidão no Brasil não teve aquele clima quase idílico de relação entre senhores e escravos que costumam apresentar os seus defensores contemporâneos. Pelo contrário: o escravo do eito; tinha uma média de vida curtíssima – entre oito e dez anos.

Silva também alerta que, além da forma mais suave da escravidão, alguns estudiosos alegam que houve melhor aceitação das culturas africanas na América Latina, haja vista sua representação através de canções, danças, comidas e religiões. E para alguns teóricos, isso significava a ausência do preconceito racial, já que houve até influência linguística das línguas africanas na língua portuguesa falada no Brasil, como é possível observar em Freyre (2003, p. 414):

A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas finais moles; palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. [...] Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco. Os nomes próprios foram os que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos.

Por outro lado, Clóvis Moura mostra que essa aceitação não ocorreu de forma rápida e acordante, inclusive faz uma abordagem contrária à de Gilberto Freyre, que pregava a harmonia entre o senhor e seu escravo. Aqui se observa que o negro escravizado, além dos trabalhos forçados, castigos recebidos, estupros sofridos, não poderia se expressar como queria. Sua linguagem era controlada e silenciada. Segundo Moura, na sociedade escravista, existiam códigos de comunicação do senhor e do escravo. Não havia diferenças apenas nas palavras trocadas entre ambos, mas também na postura de um em relação ao outro. O escravizado, por exemplo, tinha que ter muito cuidado para não ser mal interpretado, pois poderia, desta forma, infringir normas da hierarquia estabelecida na relação senhor-escravo, e como resultado ser castigado.

A linguagem era utilizada como forma de repressão, tendo em vista que na maioria das vezes ela era passada pelo senhor ou pela Igreja para o escravo. Através da palavra, o senhor de escravo manifestava seu poder político, econômico e o poder sobre o corpo do escravizado, como registra Moura (2020, p. 260):

Daí essa linguagem mutilada, limitada, e, ao mesmo tempo, a impossibilidade de o escravo verbalizar o seu pensamento que funcionava em outro universo de valores. [...] Todas as demais formas relevantes de interação entre o senhor e o escravo configuravam um mecanismo de dominação/subordinação que se refletia na linguagem, na forma de falar e expressar-se, e, o que é mais importante, determinava como o escravo devia usar a palavra ao dirigir-se às pessoas distribuídas nos diversos níveis dessa sociedade, ordenada para manter os senhores sempre senhores e os escravos sempre cativos.

Conforme este teórico (2020), há registros nos livros de viajantes de como os escravos deveriam dirigir-se aos seus senhores: retirando-se do recinto sem dar as costas, em demonstração de respeito. Assinala-se que em festas religiosas o escravo entrava na sala para acender as velas e saudava a família do senhor erguendo a mão direita enquanto dizia: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo”, “A bênção”. Caso não se comportasse dessa forma poderia ser castigado com açoites.

Além de Freyre, outros estudiosos alegam que algumas manifestações religiosas dos africanos, como os batuques, foram aceitas devido à “benevolência do escravismo sul-americano”. (SILVA, 1995, p. 189). Isso significava que havia “tolerância racial”, por parte das irmandades de homens brancos, geralmente representadas pelo “Santíssimo Sacramento” e as irmandades de homens pretos, geralmente associadas à “Nossa Senhora do Rosário”. Todo esse

ideal remonta desde o Brasil Colônia como descreve Silva (1995, p. 189):

Baseados nessas fantasiosas premissas, os interesses escravistas passaram a difundir, amplamente, que os negros escravos, como os índios da América do Sul, teriam assimilado e se aculturado em fontes formadoras de uma personalidade moral mais branda, surgindo, assim, a hipótese de um caminho pacífico para uma abolição também mais generosa e, inclusive, sem conflitos, trazendo, por isso, uma fácil incorporação dos ex-escravos à comunidade nacional, mito que os fatos estão a desmentir.

Os próprios viajantes estrangeiros, ora cognominados “brasilianistas”, quase sem exceções e atendendo evidentemente aos interesses de seus países, passaram a propagar pelo mundo afora esse fantasioso comportamento humanitário do nosso escravismo, onde o negro teria se pautado como um exemplar dotado de invejável conduta moral.

A convivência do colonizador branco com os negros escravizados e indígenas não foi harmoniosa como registrou Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Ao contrário, visto que os registros históricos abordam resistências e embates, como destacou Moura em *Dialética Radical do Brasil Negro* (2020), no qual se mostra que os negros se reinventaram, ao chegarem no Brasil. E essa reinvenção aconteceu apesar de sequestrados da África, e de terem sua língua materna, cultura e religião anuladas. Tornaram-se resistência social através de suas manifestações religiosas e culturais, além, claro, de se aquilombarem.

Nem ao final da escravidão houve benevolência, pois até as leis abolicionistas eram contra os negros. Silva (1995) alerta sobre o racismo existente nas disposições legais, porque na maioria das vezes se tratava de emancipação enganosa, como a Lei do Ventre Livre (1871). Esta não apresentava eficiência, já que no período em que foi promulgada, muitos asilos para crianças foram abertos. Por exemplo, em São Paulo, (SILVA, p. 233), uma senhora chamada Delmira fundou mais de 80 asilos, e assim acolheu crianças abandonadas pelos senhores de escravos. Quando a Lei entrou em vigor, as crianças nascidas livres deveriam ficar com a mãe em cativeiro até os 8 anos, e após essa idade, se o proprietário da mãe permitisse, a criança ficaria dos 8 aos 21 anos na fazenda, senão, o Estado deveria tomar conta dela. Entretanto, o Estado não se preparou para tal atividade, desta forma, muitas crianças continuaram escravas ou foram doadas para abrigos semelhantes aos de dona Delmira.

Já a Lei dos Sexagenários (1885) também não tinha a intenção de beneficiar o escravo, já que este seria liberto a partir dos 60 anos, idade em que, geralmente, estaria inválido.

Este escravo poderia permanecer na fazenda, realizando algumas tarefas ou poderia ir embora, mas como descreve Silva (1995, p. 233-234): “o senhor passava a ter o direito de poder enxotá-lo, em vez de alimentá-lo, indenizá-lo, porque ele não servia mais para escravo”. Além de não haver nenhum preparo para a Lei Áurea, que foi enganosa e ilusória conforme estudos de Silva.

O que houve de fato foi uma política de planos integrativos para os imigrantes, enquanto que para os ex-escravizados sobrou a marginalização no sistema de desenvolvimento socioeconômico. (MOURA, 2021). No Nordeste, aconteceu algo diferente, pois boa parte dos ex-escravos conseguiu integrar-se à economia degradada, na condição de agregado, posseiro, arrendatário, trabalhador nos banguês, engenhos e usinas, também em fazendas de pecuária. Porém, o desenvolvimento do Nordeste no pós-Abolição era decadente, provavelmente por isso não tenha havido mão de obra estrangeira para tomar o lugar do ex-escravo.

Todos esses argumentos mostram que não existe consistência nesta visão do senhor benevolente de Gilberto Freyre. Como se analisou até aqui, a escravidão no Brasil foi violenta como em outros lugares onde ela ocorreu. O mito do senhor bondoso foi sustentado por Freyre e até hoje há quem concorde e, de acordo com Moura (2021, p. 114), é:

invólucro ideológico que os intelectuais das classes dominantes ou comprometidos com o *Establishment* criaram para, através dele, injetar os seus valores na sociedade atual e nos seus grupos e segmentos interessados em conhecê-la.

#### 2.4.3 A guinada freyriana

Estudos raciais prevaleceram no Brasil de 1870 a 1930, entretanto, no final do século XIX, as teorias raciais foram adaptadas à realidade brasileira, e desta maneira vislumbrou-se a mestiçagem como forma de se alcançar o progresso, já que a população embranqueceria. (SCHWARCZ, 1993).

Até que na década de 30 “o Brasil se converteu pelas mãos de Gilberto Freyre em paraíso tropical e mestiço, em que se daria a confraternização de raças e culturas oriundas da Europa, África e América.” (VENTURA, 2000, p. 11). Freyre foi o grande nome da “democracia racial”, pois é através de seus escritos que o Brasil ganhou nova interpretação historiográfica. O sociólogo tratou da fundação do Brasil a partir do encontro das três raças: o português habituado à convivência com outros povos, o negro dócil e o indígena indolente.

Freyre, a partir de seus estudos nos Estados Unidos com o professor Franz Boas,

trabalhou através do ponto de vista culturalista e não racialista. No prefácio de *Casa Grande & Senzala*, o sociólogo pernambucano relata que os estudos com o professor Boas o fez enxergar “o negro e mulato no seu justo valor - separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural.” (FREYRE, 2003, p. 32). Além disso, o autor diferenciou raça e cultura, não mais misturando o fator genético com as influências sociais. E segundo o próprio estudioso, é essa diferenciação que foi abordada em sua obra *Casa grande & Senzala*, assim evidenciando sua posição contra as Teorias Raciais no Brasil. Apesar de priorizar a cultura ao invés da raça, Freyre (2003, p. 35) apresenta em sua obra várias expressões do período das teorias raciais como as presentes neste trecho:

O sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil, representado pela casa-grande, foi um sistema de plástica contemporização entre as duas tendências. Ao mesmo tempo que exprimiu uma imposição imperialista da raça *adiantada* à *atrasada*, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente. (grifo nosso)

Isso provavelmente ocorreu pela proximidade dos eventos: teorias raciais e culturalismo. Mas ao mesmo tempo pela visão pregada por Freyre: o tradicionalismo para a formação da modernidade brasileira. (PAIXÃO, 2014).

A guinada, na realidade, está em não mais seguir as teorias raciais e abordar o culturalismo, ou seja, valorizar o povo brasileiro através da mistura da cultura de brancos, negros e indígenas. Entretanto, Freyre não foi sensível aos aspectos sociais e econômicos dos não-brancos. Esses continuaram na base de sua obra, daí as expressões de cunho racista para tratar de brancos e de não-brancos como “superior e inferior”. Freyre não contribuiu, como se supunha, com uma sociedade democrática. Além disso, o que se observa em sua obra é um processo de desenegrecer a população brasileira, como consta em a *Interpretação do Brasil* (1947), em que Freyre registra (2001, p. 260) que:

A política externa do Brasil durante muito tempo será influenciada por essas suas relações com os países cuja tendência é para continuar a enriquecer a América Portuguesa com o seu sangue, os seus valores humanos, o trabalho dos seus camponeses, dos seus operários, dos seus artesãos. Pois o Brasil necessita de imigrantes. Para fazer frente a essa necessidade, espera o Brasil receber de vários países da Europa grande número de trabalhadores agrícolas e industriais.

Portanto, a guinada de Freyre foi tirar o termo raça do aspecto biológico e colocá-lo no aspecto cultural, todavia, o aspecto social continuou o mesmo. A branquitude manteve-se no lugar de poder, e a negritude na posição de subalternidade nas obras de Freyre.

### 3 DIÁLOGOS ENTRE ROMANCISTA E SOCIÓLOGO

Neste capítulo, analisam-se possíveis diálogos entre vida e obra de José Lins do Rego e de Gilberto Freyre. Para tal abordagem, foram utilizadas como fundamentação teórica obras que resgatam as correspondências entre os escritores, como os livros *Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho*, de Cauby Dantas (2015) e *Pela Mão de Gilberto Freyre ao Menino de Engenho*, de Nestor Pinto de Figueiredo Jr. (2000). Além de livros que apresentam biografias dos autores, como *José Lins do Rego; O Homem e a Obra*, de Eduardo Martins (1980), *Gilberto Freyre*, de Diogo de Mello Meneses. Outrossim, obras escritas por Gilberto Freyre: *Casa-grande & senzala, Vida, Forma e Cor e Tempo Morto e Outros Tempos* que permitem analisar a mundividência dessas personalidades.

O diálogo entre o romancista e o sociólogo inicia-se com o valor dado à amizade entre ambos, pois em muitos momentos foi considerada fundamental para o conhecimento, crescimento cultural e intelectual, tanto de um quanto de outro. O sociólogo vai além, explana sobre a possibilidade dos dois serem responsáveis por influenciar escritores, artistas e estudiosos nordestinos conforme registrado pelo próprio Freyre (1987b, p. 59):

Os dois – José Lins e eu – nos completamos em várias atividades que desenvolvemos e em diversas das tendências que desde 1923 – o ano em que começou nossa amizade – exprimimos com maior ou menor gosto ou ênfase, conforme o temperamento de cada um. Completamo-nos na influência que, juntos, exercemos sobre escritores, artistas, homens de estudos e até homens de ação, tanto mais velhos como mais novos do que qualquer de nós, da nossa região e do nosso país. Completamo-nos através das influências que eu recebi dele e das que ele recebeu de mim. Sua vida e a minha tornaram-se, desde que nos conhecemos, duas vidas difíceis de ser consideradas à parte uma da outra, um complexo fraternamente simbiótico, de tal modo se interpenetraram, sem sacrifício do temperamento de um ao do outro.

As influências também estão registradas na impressão de cada um sobre o primeiro encontro. Há vários depoimentos, de Freyre e José Lins do Rego, em torno deste momento. Figueiredo Jr. transcreveu em seu livro dois textos sobre o fato; um é o prefácio de José Lins do Rego para o livro de Gilberto Freyre, *Região e Tradição*, publicado em 1941 e o outro, deste ainda, que trata do ensaio publicado em *Alhos e Bugalhos*, de 1978. Do primeiro, há um trecho de REGO (*apud* FIGUEIREDO JR, 2000, p. 135-136):

Conheci Gilberto Freyre em 1923. Foi uma tarde de Recife, do nosso querido Recife, que nos encontramos, e de lá para cá, a minha vida foi outra, foram outras as minhas preocupações, outros os meus planos, as minhas leituras, os meus entusiasmos. [...]. Para mim tivera começo naquela tarde de nosso

encontro a minha existência literária. O que eu havia lido até aquele dia? [...] Ele era tudo o que eu não tinha. Uma cultura clássica, uma capacidade de penetrar, de análise, de síntese, de vida interior, que se chocavam com os meus impulsos, os meus arrancos bruscos, os meus ímpetos de instintivo puro. E tudo isto, que poderia nos separar, nos ligou profundamente. Posso dizer sem medo que a ele devo os meus romances, ao seu constante e benéfico convívio o ânimo para não parar, não desistir. [...]. Escrevo sobre ele, e quase falo de mim mesmo, tanto me sinto obra sua, tanta influência exerceu sobre a minha pobre natureza, tão sujeita aos ventos aos tormentos das tempestades.

Observa-se o quanto a amizade de Gilberto Freyre era importante para José Lins do Rego, mas também o quanto o texto do paraibano possui alguns exageros, como o fato de declarar que não havia lido nada antes de conhecer o sociólogo. Entretanto, sabe-se que José Lins do Rego já escrevia artigos de jornais antes de conhecer o amigo. Como seria possível o romancista não ler nada sobre e escrever artigos? Além disso, o próprio escritor declara “foram outras as minhas preocupações, [...] as minhas leituras”.

Gilberto Freyre também reconhece a importância da amizade de ambos, das influências, no entanto, é contido em seus escritos em relação ao amigo, como se pode conferir em Freyre (*apud* FIGUEIREDO JR, 2000, p. 139):

Segundo José Lins do Rego, em depoimento através de cartas desassombradas [...], eu teria influenciado decisivamente sobre ele: sobre sua formação literária. [...].  
O que houve em nossas relações – as que me ligaram tão fraternalmente a José Lins do Rego- foi uma amizade de tal modo inspirada de sua parte pelo desejo de absorver de mim o que talvez supunha transferível ao por mim trazido do estrangeiro – valores e perspectiva – que eu, a certa altura, como que me vi ou me surpreendi pensando para ele: vendo por ele, sentindo por ele, redescobrimo para ele o próprio particularíssimo Brasil no qual ele nascera.

A amizade de Freyre e Lins do Rego era bem sólida, porque mesmo com a distância não deixavam de manter contato, e isso era possível através das cartas. O estudioso Nestor Figueiredo Jr. fez um levantamento sobre as correspondências entre os dois. Isso resultou em seu livro *Pela Mão de Gilberto Freyre ao Menino de Engenho*, no qual se vê como as missivas foram fundamentais para que eles trocassem impressões de leituras, da vida, da política brasileira e também da amizade que resistiu à distância.

Através de artigos, tanto de Gilberto Freyre quanto de Lins do Rego, sabe-se como foi o primeiro encontro e a convivência nos primeiros anos em que viveram em Recife. Não só os artigos, mas as cartas também revelaram essa aproximação, tendo em vista que, muitas vezes,



ambos relembrou posteriormente dos contatos por meio das escritas. “A amizade entre os dois escritores reflete-se na maioria das cartas, quer de uma forma direta, quando das lembranças e saudades dos velhos tempos, quer de uma forma indireta, quando GF mantém JLR informado de vários aspectos de sua vida.” (FIGUEIREDO JR, 2000, p. 91).

Os assuntos tratados nas epístolas são variados, desde informações da família, de cursos que Gilberto Freyre ministrava nas universidades estrangeiras, preocupações financeiras, inúmeros problemas e até mesmo a importância da própria amizade, como neste trecho da carta escrita em 27 de março de 1927, a partir de Recife, de Freyre para o amigo Lins do Rego registrada em Figueiredo, (2000, p. 92- 93):

Eu hoje não me correspondo com quase ninguém, tenho deixado que a distância vá empalidecendo muita amizade feita por este mundo afora, onde tenho deixado alguma coisa de mim – pois sou, com todo o esforço em contrário, um mutilado. Se pareço inteiro, é a custa de recomposições de bonacha. Mas isso para dizer o seguinte: que estimaria que também a sua amizade não fosse embora da minha vida, só por umas miseráveis léguas de um estadozinho do Brasil a outro. (...) Escreva-me sempre uma linha ou outra, (...) – falta V., sua companhia, sua conversa – sem V., o Recife sempre me parece incompleto.

Através das cartas percebe-se que Lins pode ter feito algumas pesquisas para o amigo no período da produção de *Casa-grande & senzala*. Tal aspecto configura-se em uma missiva de 31 de março de 1927, de Freyre ao amigo paraibano: “em horas vagas veja se faz por aí umas pesquisazinhas de história social: mas só se isto lhe for agradável e não o perturbe na produção dos seus muito interessantes ensaios que peço me mandar sempre.” (FIGUEIREDO JR, 2000, p. 165).

A ausência de José Lins do Rego é reclamada em várias cartas de Gilberto Freyre ao amigo, como nesta de 1935, escrita a partir de Recife, registrada em Figueiredo, (2000, p. 94):

Meu querido Lins: recebi sua carta com a notícia de que V. vai mesmo embora para o Rio. Deu-me uma grande tristeza – aliás, sem razão, porque V. em Alagoas é o mesmo que V. no Rio – em certo sentido, ainda mais distante e separado. Infelizmente não se pode realizar o desejo, mais meu do que seu de, chegarmos a morar no mesmo Recife, como naqueles dois ou três anos que passaram tão depressa, deixando tanta saudade. A vida é assim, como disse a cantiga carioca.

No período da implantação do Estado Novo, Gilberto Freyre foi perseguido e isto também estava registrado em suas cartas para o amigo paraibano, como nesta de 25 de agosto

de 1945, do bairro de Apipucos: “lutarei sozinho contra a onda de safadeza, preferindo mesmo que os amigos se afastem, mas de todo, sem frasezinhas de lamentação, das quais não preciso.” (FIGUEIREDO JR, 2000, p. 97).

Conforme apontado, Gilberto Freyre escreveu sobre vários assuntos, mas a partir de 1941, após o sociólogo casar-se com Magdalena e também nos anos posteriores, depois do nascimento dos filhos Sonia Maria e Fernando Alfredo, ele passou a informar o amigo sobre sua família. Anteriormente, ele comentava mais sobre os pais e o irmão. Entretanto, sempre perguntava sobre a esposa do amigo paraibano, Philomena Massa, conhecida como Naná, e das filhas Maria Elizabeth, Maria da Glória e Maria Cristina.

Em 6 de junho de 1942, Gilberto Freyre escreveu sobre sua esposa e seus pais: “Magda já está dona de casa às direitas e breve teremos nela uma mãe-sinhá. (...). O Velho Freyre sempre por aqui, gosta muito da casa. De minha mãe e do pedaço de família do Maranhão, boas notícias.” (FIGUEIREDO JR, 2000, p. 99). Até mesmo em uma carta o sociólogo usou o vocabulário relacionado ao período da escravidão, ao se referir à esposa como uma futura mãe-sinhá.

Segundo Cauby Dantas, em sua obra *Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogo do senhor da casa-grande com o menino de engenho* (2015), há uma construção intertextual entre as obras de Freyre e Rego, pois ambos abordam o regionalismo, a decadência dos engenhos, a nostalgia e a tradição. O citado livro traz análises de obras variadas de Gilberto Freyre, de epístolas trocadas entre o sociólogo e o romancista, e as duas ficções: *Menino de Engenho* e *Banguê*, de José Lins do Rego.

A presente pesquisa tem a intenção de também traçar possíveis diálogos entre o sociólogo pernambucano e o romancista paraibano. Assim, utiliza, além das missivas já trazidas aqui, alguns dados referentes aos romances supracitados de Lins do Rego e do livro *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicado em 1933. A obra trouxe significativa repercussão, pois apresentou uma linguagem nova, unindo literatura e ciência social. Verifica-se nos escritos de Freyre uma proposta de formação do Brasil enquanto Estado sob um prisma idílico, graças à miscigenação.

Dantas explana que Freyre parece tentar convencer seus leitores de que a formação brasileira se baseou em desequilíbrios como a violência da escravidão e a relação entre senhores e suas escravas. “O céu e o inferno.” (DANTAS, 2015, p. 52). Gilberto Freyre descreve a violência utilizada pelo senhor de engenho ou até mesmo por seus filhos contra os escravizados. Mas as ações são justificadas pelo “simples e puro gosto de mando” daqueles que vivem na

casa-grande. O racismo disfarçado de Gilberto Freyre manifesta-se no seu discurso que normaliza todo o tipo de violência sofrida pelos escravizados e escravizadas. E essa violência é justificada como um “simples” hábito do senhor de engenho, como se analisa em Freyre (2003, p. 113-114):

Transforma-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários – tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa grande de engenho.

Esse tipo de reflexão está nas obras de José Lins do Rego, sobretudo, em *Menino de Engenho e Banguê*. Por exemplo, quando surgem as lembranças do menino Carlos referentes às serviçais da fazenda de seu avô José Paulino, como consta em Rego (1984, p. 100):

Na rua a meninada do engenho encontrava os seus amigos: os moleques, que eram os companheiros, e as negras que lhes deram os peitos para mamar; as boas servas nos braços de quem se criaram. Ali vivíamos misturados com eles, levando carão das negras mais velhas, iguais aos seus filhos moleques, na partilha de seus carinhos e de suas zangas. Nós éramos seus irmãos-de-leite? Eu não tivera estes irmãos porque nascera na cidade [...]. Mas a mãe-de-leite de Dona Clarisse, a Tia Generosa, como a chamávamos, fazia as vezes de minha avó. Toda cheia de cuidados comigo, brigava com os outros por minha causa. Quando se reclamava tanta parcialidade a meu favor, ela só tinha uma resposta:

-Coitadinho, não tem mãe.

Essas continuam em seu papel de amas de leite dos senhores brancos, de geração em geração. Os meninos misturam-se com os moleques neste momento. As “boas servas” cuidam de seus filhos e dos filhos de seus patrões, porém, sem remuneração.

Há uma passagem em *Casa-grande & senzala* que dialoga com o trecho transcrito de *Menino de Engenho*. O sociólogo sugere que a culpa da má educação dos meninos brancos das casas-grandes é da mulher negra, ou seja, da mucama, e a situação piora quando estes meninos não têm mãe, como exposto em Freyre (2003, p. 433):

Isto sucedeu a muito menino com a mãe ainda viva: vivinha da silva e energética, mandando castigar escravos safados ou negras sem-vergonhas que ensinassem porcaria aos filhos. Imaginem-se os meninos sem mãe; sem

madrinha; sem avó; entregues a mucamas nem sempre capazes de lhes substituir a mãe.

Enquanto em *Banguê* o diálogo com *Casa-grande & senzala* se dá quando se normalizam os excessos de violência e exploração contra os trabalhadores e, principalmente, contra as mulheres, como apresenta este trecho: “Gritei para dentro de casa, para que me trouxessem água para lavar os pés. Era assim que meu avô fazia. A negra chegou no quarto com a bacia, com a toalha no ombro, lavando-me sem olhar. Assim que era bom.” (REGO, 1972, p. 161).

Tanto os argumentos presentes nos romances, quanto os da obra de Freyre, levam a uma visão de lugar de subalternidade do negro, e a uma imposição de espaço, a partir da condição racial do indivíduo. As mulheres negras, mesmo após o fim da escravidão, são consideradas amas de leite dos brancos, conforme descrito no romance de Lins do Rego. Já Freyre, ao retratar as relações entre senhores e escravos no período da escravidão, mantém a visão preconceituosa de muitos escritores do pré-abolicionismo, que utilizam o estereótipo do negro fiel ou do negro inimigo do senhor. Esse tipo de enredo partiu da premissa de que a escravidão era ruim para os donos de escravos, porque os aproximavam de seres degradantes, que acabariam por influenciar negativamente suas esposas e filhas. Isso também está presente na obra de Joaquim Manuel de Macedo, em *As vítimas-algozes*, publicada em 1869.

Entretanto, Freyre parte da premissa de que as mucamas seriam um problema para os meninos, principalmente para aqueles órfãos de mãe. Aqui se apresenta a visão estrutural do racismo. Apesar de Gilberto Freyre ser considerado o pai da democracia racial, seus escritos alinhavam-se a posicionamentos escravagistas e racistas, de acordo com os exemplos já citados.

Tanto em *Casa-grande & senzala* como em *Menino de Engenho* há informações sobre a criação do menino de engenho brasileiro, este sempre estará rodeado de mulheres negras e mulatas, todas acessíveis. Assim, muitas vezes, esse menino, quando se torna adulto, só quer se relacionar com essas mulheres e não com as brancas, como se registra em Freyre (2003, p. 368):

De rapaz de família rural de Pernambuco conta a tradição que foi impossível aos pais promoverem-lhe casamento com primas ou outras moças brancas de famílias igualmente ilustres. Só queria saber de molecas. Outro caso, [...] um jovem de conhecida família escravocrata do Sul [...] precisou nas primeiras noites de casado, de levar para a alcova a camisa úmida de suor, impregnada de budum, da escrava negra sua amante.

São frequentes na obra de Gilberto Freyre expressões depreciativas em relação aos negros e indígenas, sobretudo, às mulheres negras, que iniciam os meninos no sexo e possuem mau cheiro (budum), como ocorre no trecho supracitado. No romance *Doidinho*, analisado neste trabalho, também há uma passagem cujo narrador se reporta ao odor das mulheres negras que chegam a uma igreja após andarem por muitos dias, elas possuem “pituim”, já os pobres que também peregrinaram e que não estão racializados, cheiram à falta de banho somente. Em *Menino de Engenho* há passagens em que Carlos, ainda na infância, é seduzido por mulheres negras como será possível ver no capítulo 5, no subcapítulo reservado à análise das personagens femininas. A mulher não-branca, disponível para o sexo, também está presente na obra *Banguê*. O romance compartilha da visão de Gilberto Freyre, pois esse tipo de mulher é visto de forma negativa. Há um trecho no livro em que o protagonista se preocupa com sua reputação, diante da evidência de seu relacionamento sexual com a personagem Maria Chica, mulher mestiça, empregada do engenho com quem o protagonista tem um filho bastardo.

Em Gilberto Freyre, os estereótipos de mulheres não-brancas também estão em evidência, não só no clássico *Casa-grande & senzala* (2003), sobretudo, em seu diário: *Tempo Morto e Outros tempos*, como registrado em Freyre (2006, p. 31):

Saltando o muro de detrás do quintal, cauteloso como um gato, fui ao quarto de A., que vem me tentando com todos os seus encantos. Muito cuidado contra os riscos de emprenhar o diabo da mulatinha, que me tratou como se eu fosse um bebê e ela uma mestra empenhada em me ensinar *tudo* numa lição só.[...] Cama de lona de um ranger traiçoeiro que me parecia chegar aos ouvidos de toda a gente da casa, anunciando meu pecado. Preocupação. Prazer perturbado. Desapontamento. Remorso. Sensação de ato incompleto mas mesmo assim definitivo na minha vida. [...]. Lá não sou o mesmo. Já não posso abraçar e beijar minha Mãe como a abraçava e beijava. Nem a minhas irmãs. Sou outro.

O sexo é visto como pecado e em vários momentos desta tese discute-se sobre esse tipo de discurso que é carregado de estereótipos. E esses aspectos se apresentam tanto na literatura de Lins do Rego, quanto na sociologia de Freyre. Continuando a mesma abordagem, já aos 16 anos, Freyre reencontra seu amor de infância, uma menina branca, de quem ele destaca a beleza e a inteligência, diferente da descrição que fez da “mulatinha”, como se verifica em Freyre (2006, p. 35):

D., como sempre, a mais bela menina que eu já vi – meu grande amor de menino! -, agora já quase mocinha. Lembro-me do meu antigo entusiasmo por ela, nos nossos carnavais de meninos no consultório do meu Tio T. Quando eu a conheci ela tinha 8 anos (eu teria uns 10). Nos seus olhos verdes já havia

o brilho de hoje. Olhos inteligentes a contrastarem com a brancura perfeita de sua pele de menina e o seu cabelo muito negro. Encantava-me e me dava uma vontade enorme de beijá-la. Um dia beijei-a num brinquedo. Ela gostou. Eu gostei. Escrevi-lhe uma carta que ela não respondeu nunca: uma carta com frases em inglês. Isso há uns tantos anos. Creio que suas atenções são todas para o C. Mas, inteligente como é, ela sabe que é muito mais inteligente que C. e que só eu a compreendo bem.

É notável a diferença de suas impressões entre a menina branca e a “mulatinha”. A branca é quase intocável e angelical, a “mulatinha” o leva para o caminho da devassidão, desta forma não é o mesmo com sua mãe e irmã, pois tornou-se impuro ao envolver-se com a menina mestiça.

Esse diálogo é profundo entre sociólogo e romancista, pois José Lins do Rego também faz comparações entre a mulher não-branca do engenho e a mulher branca da cidade, no romance *Banguê*. Ou ainda, as meninas e mulheres negras do engenho e as meninas da cidade no romance *Menino de Engenho*. Também há definições de pureza para as meninas brancas e a demonização das mulheres negras no romance *Doidinho*. Há comentários no romance *Banguê* sobre a já mencionada Maria Chica e alguns pareceres sobre Maria Alice, uma mulher da cidade, casada com um parente distante de Carlos, que passou um período no Engenho Santa Rosa por motivos de doença dos nervos.

Opondo-se ao perfil da mulher mestiça, o narrador expõe seu ponto de vista sobre a personagem branca Maria Alice, mostrado no capítulo que trata dos estudos das personagens femininas. Há uma grande diferença intelectual entre a mulher mestiça e a mulher branca, enquanto a primeira é dada somente ao sexo, tratado no romance como “emporcalhamento”, a segunda possui um gênio superior, a mulher que pensa e entende de música. Carlos apaixonou-se por essa mulher e disserta: “Todas as noites sonhava com ela. E que sonhos, que noites de amor os sonhos me davam.” (REGO, 1972, p. 58). A mulher branca lhe daria noites de amor através dos sonhos, enquanto a mulher mestiça, era real e com ela “se emporcalhava”. Além disso, Carlos, antes da chegada de Maria Alice no engenho, contentava-se com pouco, conforme se descreve a partir de um trecho de Rego (1972, p. 71):

Aquela mulher chegara ao engenho há pouco mais de um mês. Encontrara-me nas vésperas de um embarque para longe, a mim, um homem que botava papéis para pegar moscas, que andava com Maria Chica dentro da rede, contentando-se com tudo isso. Cercado de tédio, como nojo de seus parentes, reparando nos escarros do seu avô. E agora dormia todas as noites com ela e era feliz às manhãs e aos crepúsculos do Santa Rosa.

Além de se contentar com pouco, o narrador junta todos os aspectos negativos que ocorriam em sua vida e os elenca: as moscas capturadas nos papéis, as relações sexuais com Maria Chica e os escarros do avô. Aspectos fisiológicos e ao mesmo tempo repugnantes segundo a visão do narrador, ou seja, as relações sexuais com a mulher mestiça eram igualmente repulsivas como o escarro do avô.

Essa mesma visão da depravação com mulheres não-brancas é descrita por Freyre em seu diário, onde registra que aos 17 anos revê A., a garota mestiça. Desta forma, relembra da primeira noite em que a moça o levou para seu quarto e lá tiveram uma relação sexual, a qual é descrita por Freyre (2006, p. 43):

Queria penetrá-la quando ela disse: “Por aí, não! Lembre-se que sou moça!” Por “moça” queria ela dizer virgem. Donzela. E besuntando-me o membro ardente de banha de cheiro, ela própria dirigiu o nosso corpo-a-corpo para onde quis, talvez menos por ser “moça” do que por ser aquele o centro de sua paixão. Ou do seu ardor de fêmea. De modo que minha iniciação formal em mulher foi oblíqua.

A mulher não branca fez com que Freyre praticasse um sexo que é chamado por ele de oblíquo. Ou seja, não foi natural como ele gostaria. E mais uma vez é possível contrapor-se ao encontro de que o sociólogo teve com uma mulher branca e estrangeira. As descrições foram incisivas, entretanto, não erotizadas como ocorreu na descrição acima. O fato aconteceu com uma moça loira chamada Helen, mas desta relação o sociólogo, com então 21 anos, descreve somente o beijo: “Beije Helen na boca. Sugando-lhe a boca como se fosse um supersexo. A louríssima Helen é personagem, comigo, de um romance inglês [...]. Um longo beijo. Mais que um beijo. Foi como se pela boca ela se entregasse toda a mim - sexo e alma. Toda e para sempre.” (FREYRE, 2006, p. 94).

Ou ainda, Freyre descreve sobre a possibilidade de um caso com uma mulher branca. É importante observar que o sociólogo, além de não detalhar as relações sexuais que teve com as brancas, apresenta-as com algum traço de pureza como, por exemplo, “os olhos quase angelicamente azuis”, como se encontra em Freyre (2006, p. 104):

Miss G. vem insistindo comigo para tornar-me amigo -subentenda-se: amante – da costureirinha que a ajuda: tipo de moça anglo-saxônica nem bonita nem feia, um tanto mais triste, talvez, do que o comum das moças da sua raça e da sua classe e com certa fome velada de macho nos olhos quase angelicamente azuis. Dentro da orientação que, segundo A. J. A., eu devia seguir-companheira ideal para mim. Companheira de discretas aventuras de sexo e ao mesmo tempo de minha integração no mundo anglo-saxônico que em Nova York é um mundo à parte do cosmopolita. Confesso, entretanto, que estou

preso pelas graças mais sabiamente sexuais da cubana a quem seu compatriota, M., me apresentou.

Ele cita uma latina em seguida, de quem não se sabe o nome e nem a aparência, apenas que é cubana e possui mais desenvoltura no sexo do que a moça anglo-saxônica.

Em 1931, Gilberto Freyre enviou uma carta a José Lins do Rego na qual escreveu como a situação do Brasil estava complicada, assemelhando-se ao período de 1831, quando houve o movimento armado que resultou na abdicação de D. Pedro I. Na mesma carta, o sociólogo escreve que a vaidade é um defeito do brasileiro, além disso, Figueiredo (2000, p. 80) aponta que:

Não devemos nos esquecer que as nossas avós índias (dos brasileiros que têm avós índias em vez de avós negras, o que aliás não considero desonroso) abriam as pernas aos colonizadores lúbricos pelo primeiro caco de espelho que este lhes ofereciam; que ainda hoje o brasileiro é por excelência o povo do espelho no bolso.

Assim, entende-se que, segundo Gilberto Freyre, a mulher foi quem ajudou a moldar o caráter do brasileiro desde os primórdios do Brasil colônia, momento em que houve o contato dos europeus com os indígenas, portanto, da mesma forma em que as nossas ancestrais se vendiam, o brasileiro contemporâneo se venderia também. Neste caso, ele tenta suavizar afirmando que não é nenhuma vergonha ter avós negras ou indígenas, entretanto, sob sua perspectiva e análise, foram delas que se herdou um caráter volúvel. Mas, de qualquer maneira, a consideração em relação à mulher não branca é a mesma, seja para descrever seus primeiros relacionamentos sexuais ou para apontar aspectos da história do Brasil.

Para finalizar a comparação entre as mulheres na obra de Lins e na de Freyre, usa-se como exemplo o seguinte trecho de *Banguê*: “Maria Chica um dia chegou para dizer que aparecera grávida. Estava de barriga e só andara comigo. Tonteou-me a notícia. Era só o que faltava: um filho com uma cabocla. Queria dinheiro e dei-lhe tudo o que pediu, mas que não abrisse o bico senão mandava quebrá-la de pau.” (REGO, 1972, p. 75). O comportamento escravagista e patriarcal da omissão da paternidade quando a mãe é a amante negra está presente, tal qual ocorre na obra de Freyre, em que senhores de engenho engravidam suas escravas e acumulam-se filhos bastardos que se misturavam com as famílias brancas que, segundo Freyre (2003, p. 435):

Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres das famílias europeias. À mesa



patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação.

Apesar de em alguns momentos haver a normalização no nascimento das crianças mestiças nos ensaios de Freyre, ou mesmo nos romances de José Lins, percebe-se que em *Banguê* existe um moralismo atrelado ao medo do protagonista de sua amante branca descobrir suas relações sexuais com as mulheres negras: “E se Maria Alice soubesse, eu estaria perdido. Ficaria com nojo do amante que se metia com negras e caboclas do engenho como os seus avós, usando os seus escravos até para isto.” (REGO, 1972, p. 76).

Tanto Gilberto Freyre quanto José Lins do Rego são descendentes de senhores de engenho, com a diferença de que o primeiro viveu boa parte de sua vida na cidade, mas visitava os engenhos de seus familiares esporadicamente. Já José Lins do Rego passou toda a infância e parte de sua juventude no engenho, retornando ao lugar durante as férias, enquanto estudava na cidade. Ambos têm em comum a publicação de seus grandes sucessos no início da década de 30 do século XX. José Lins do Rego publicou *Menino de Engenho* em 1932 e Gilberto Freyre publicou *Casa-grande & senzala* em 1933 e, para Candido (2000, p. 122-123), este aspecto é muito significativo, pois:

Apesar de a cultura intelectual se haver desenvolvido em ritmo acelerado desde o início do século; apesar da intensa divisão do trabalho intelectual, com o estabelecimento da vida científica, em escala apreciável; apesar do surto das ciências humanas a partir sobretudo de 1930; apesar de tudo isto, a literatura permaneceu em posição-chave. [...] Em todo o caso, os decênios de 20 e de 30 ficarão em nossa história intelectual como de harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais.

O que se analisa é que José Lins do Rego e Gilberto Freyre acabam representando essa harmonia pregada por Antonio Candido, visto que o primeiro publicou seu romance em 1932 e o segundo teve sua obra mais festejada lançada em 1933. E os assuntos presentes, tanto no romance, quanto no ensaio sociológico dialogam entre si. Ambos apresentam a valorização do patriarcado e do latifúndio no Brasil. Sociólogo e romancista demonstram um saudosismo do passado escravagista, mesmo que os romances do segundo não retratem o período da escravidão, e sim a nostalgia e a valorização desse momento. Quanto ao ensaio de Gilberto Freyre, aborda a formação do Brasil, assim focalizando o período de trabalhos forçados, mas elogiando aquela ocasião.

Nos escritos de Freyre e de Lins do Rego existe a perspectiva da crise sofrida pelas oligarquias, que sempre dominaram a vida social e econômica do Brasil. Porém, a partir do final do século XIX, estão em plena decadência e “assistem, impotentes e saudosas, à ruína das bases de um poder que lhes parecia eterno.” (DANTAS, 2015, p. 51).

O saudosismo do passado oligárquico configura-se nas obras (aqui elencadas neste estudo) dos dois autores através de argumentos que preconizam suas origens. Por isso, a figura do avô, em José Lins do Rego, será uma constante. E nos ensaios de Freyre há a figura do senhor de engenho. Na transcrição da carta de Gilberto Freyre a Lins do Rego que se encontra em Dantas (2015, p. 115) é possível identificar a valorização das raízes da aristocracia açucareira:

Bôa figura de senhor de engenho deve ter sido aquelle seu avô. Eu não sei qual é o gosto de ter um avô: o materno já era morto quando eu nasci e o paterno morreu quando eu era muito pequeno. O último morreu senhor de engenho. Só tenho recordações da minha avó materna. Tinha 8 ou 9 anos quando ella morreu e chorei muito. Gostava muito della (GF).

Essa valorização também é vista no romance *Banguê*, de José Lins do Rego, no momento em que o protagonista Carlos reflete sobre as origens de sua família, mas ao mesmo tempo aponta a situação atual de precariedade do engenho: “Ia longe em meus sonhos, pensava em montar no humilde Santa Rosa o luxo dos meus antepassados. [...] Tudo literatura. Não sei por que nascera assim com esse gosto pela fantasia. Escrevera até em jornais indagando pelos restos da nobreza.” (REGO, p. 1972, p. 6) ou ainda: “Por que não teria a minha família o prestígio que suas terras lhe deviam dar? Não era dona de toda a várzea do Paraíba? Não conservava em suas mãos o domínio sobre milhares de homens?” (REGO, 1972, p. 7).

Dantas declara que nos romances de José Lins do Rego existe uma estrutura de dominação. Sob este viés entende-se haver uma idealização do personagem patriarcal, que é ríspido com seus empregados, entretanto, considerado um homem bom, como na passagem em que o neto relembra seu comportamento em Rego (1972, p. 166):

Fui até a sala de visita e olhei o meu avô, no quadro da parede. O olhar bom, a cara sem malícia alguma, o homem que em oitenta anos gritou por ali, mandou, fez e desfez por sua própria conta. Pode ser que tenha existido outro senhor de engenho com mais luxo, mais talheres de prata, mais força do que ele. [...]. Fora um explorador do braço alheio, com mais coração do que os outros.

O narrador, nesta passagem, ameniza a postura de explorador do avô, pois destaca que este era um homem bom e sem luxos. E somente em um segundo momento o neto expõe que seu familiar tinha o patrimônio sustentado pela semisservidão de seus trabalhadores, citados como “braço alheio”. Outrossim se revela a minúcia do cotidiano do Engenho Santa Rosa, principalmente no que diz respeito aos trabalhadores que atuavam nas moagens e nas plantações. Também havia o aspecto cultural, ligado às brincadeiras das crianças, ao trabalho na cozinha, e às descobertas sexuais.

Existe em *Menino de Engenho* e em *Banguê* uma economia de semisservidão muito próxima à sociedade, apontada nas obras de Gilberto Freyre, que apresenta a casa-grande desenvolvida a partir de seus trabalhadores da senzala. Nos romances de José Lins do Rego esse mundo se apresenta quase que da mesma forma, apesar da escravidão já estar extinta no tempo tratado na narrativa. Em *Menino de Engenho* há vários aspectos que remetem ao período da escravidão, como por exemplo, o fato das mulheres negras trabalharem de graça na cozinha do Santa Rosa. Ou até mesmo, quando o funcionário negro, Chico Pereira, é colocado no tronco por ser acusado de engravidar a filha de uma moradora do engenho. E em *Banguê*, quando Carlos Melo se envolve com várias mulheres não brancas.

Dantas (2015) questiona se é possível encontrar os impactos declarados por José Lins do Rego e Gilberto Freyre em suas obras. Por exemplo, Freyre declara qual foi sua impressão ao conhecer José Lins do Rego e o que mudou em sua visão de mundo no texto “Recordando José Lins”, publicado no livro *Vida, forma e cor*. Já José Lins do Rego muitas vezes escreveu sobre como foi seu encontro com Freyre e de como isso impactou em sua vida, conforme descrito em Coutinho (1980), em seu livro *O romance do açúcar*. Até que ponto essas declarações transparecem nas obras? Dantas (2015, p. 23) lança mais uma questão:

quanto à presença na obra de José Lins do Rego, das variáveis fundamentais atribuídas por Gilberto Freyre à sociedade tradicional brasileira: patriarcalismo, o latifúndio, a presença da monocultura e do regime escravocrata. Como são operacionalizados estes conceitos no romance regionalista do autor paraibano?

Existe a possibilidade de aproximação das produções de ambos no que diz respeito aos assuntos abordados nos ensaios de Freyre e nos romances de Rego, como a decadência, a tradição, a nostalgia, a escravatura, as mulheres etc. Por exemplo, em 1922, Gilberto Freyre escreveu um livro chamado *Vida Social no Brasil nos meados do século XIX*. Na obra, o sociólogo retrata a vida de seus antepassados. (DANTAS, 2015). Nestes escritos, já existia a

nostalgia da colonização portuguesa no Brasil. Era a procura pelo mundo de suas raízes familiares e de sua infância a fim de tentar achar uma resposta para a crise regional. Esse ideário será o fulcro da maioria de seus livros. Além disso, considera-se a reflexão de Candido (2000, p. 47), ao afirmar que a obra de arte, principalmente a literatura, interliga-se aos acontecimentos sociais. Por isso, o fato de tentar identificar aspectos sociológicos na obra de Lins do Rego, por intermédio de Gilberto Freyre, é possível, ou vice-versa.

Existe mais um exemplo dessa identificação quando se considera que para Freyre há uma zona de confraternização, que está presente na formação do Brasil, através do núcleo composto pela família patriarcal, que vive na casa-grande, e pelos negros, que estão na senzala. Há ainda identificado, com a formação da sociedade desde os primórdios do Brasil, as relações precárias entre negros, brancos e indígenas. Não só em Freyre, mas também em Lins do Rego, sobretudo em *Menino de Engenho*, vários pontos de confraternização. E um deles ocorre no momento em que uma enchente atinge todo o engenho fazendo com que os moradores da casa-grande fossem para um lugar mais distante do rio, assim todos se dirigiram à casa de um empregado, conforme é descrito em Rego (1984, p. 73):

Nós, os da casa-grande, estávamos ali reunidos no mesmo medo, com aquela pobre gente do eito. E com eles bebemos o mesmo café com açúcar bruto e comemos a mesma batata-doce do velho Amâncio. E almoçamos com eles a boa carne-de-ceará com farofa.

À noite dormimos em cama de vara. [...] os outros retirantes ficaram na casa de farinha, pelo chão. Era tudo isto o que de melhor o pobre do velho Amâncio tinha para nos oferecer: esta sua desgraçada e fedorenta miséria de pária.

Ao mesmo tempo em que existe a confraternização, há também uma hierarquia. A princípio todos tomam o mesmo café, comem da mesma farofa, entretanto, na hora de descanso, os da casa-grande dormem em cama de vara; os trabalhadores, que também se abrigavam naquele espaço, dormem no chão, na casa de farinha. Na passagem descrita, é possível observar que a confraternização vai até certo ponto, quando o narrador mostra ao leitor a vida miserável do trabalhador Amâncio. É uma condição de vida muito diferente daquela da casa-grande.

Para Dantas, a cozinha também é um local de confraternização, pois lá estão as mulheres negras e as brancas, conforme se encontra registrado em *Menino de Engenho*: “Nas cozinhas das casas-grandes vivem as brancas e as negras, nessas conversas como de iguais. As brancas deitadas, dando as cabeças para os cafunés e a cata dos piolhos. E as negras vão lhe contando as suas histórias, fazendo os seus favores.” (REGO, 1984, p. 150). Dantas sugere que esses são momentos expressivos, de relações quase “fraternais” entre dominantes e dominados em

*Menino de Engenho*. Portanto, observa-se a relação das trabalhadoras e dos trabalhadores com o dono de engenho e sua família, como uma ordem social, em que há os dominantes, na figura do senhor de engenho, e os dominados, representados pelos braçais. São antagônicos tentando ser equilibrados, muito próximos à visão de Gilberto Freyre em relação à formação do Brasil. (DANTAS, 2015).

Entretanto, a confraternização vai até certo ponto, tanto em Freyre como em Lins do Rego. Para Silva (1995), o projeto da democracia racial, já estudado no capítulo anterior, é mascarar o desaparecimento da população negra, além disso, esconder o passado histórico de escravidão, ou pelo menos, o sofrimento causado por esse sistema. Assim, Freyre coloca em sua obra uma falsa sociedade igualitária, na qual todos vivem harmonicamente. No entanto, o que se sabe é que a população negra ficou sem profissionalização, sem terra, sem moradia e sem escola. Essa perspectiva vai de encontro à obra *Banguê*, do romancista paraibano, quando da abordagem sobre a personagem Marreira, um homem negro que é bem-sucedido como proprietário de terras. Começou como “moleque” do engenho Santa Rosa, por fim, tornou-se proprietário do engenho vizinho. O narrador apresenta a indignação de um descendente de senhor de engenho conviver com um homem negro que rompeu a barreira da miséria imposta pela sociedade aristocrática e latifundiária: “Marreira chegou um dia de carro, na minha porta. O mesmo riso, os mesmos dentes de cachorro aparecendo.” (REGO, 1972, p. 176).

Tanto em Gilberto Freyre, como em José Lins do Rego encontra-se a crise da aristocracia açucareira, conseqüentemente do patriarcado do Nordeste. Ambos estavam ligados a essas classes sociais, pois eram descendentes de senhores de engenho. Por isto, dá-se a impressão de que tanto o sociólogo quanto o romancista tiveram dificuldade em denunciar, ou até mesmo de reconhecer a violência e o abuso da ordem a que pertenciam. Pelo contrário, encontra-se uma visão nostálgica desse passado escravista. Mesmo que haja referência aos abusos da escravidão, como acontece em *Casa-grande & senzala*, existe uma saudade daquele momento e até uma justificativa da existência da escravidão, como se analisa em Freyre (2003, p. 322):

Para a escravidão, saliente-se mais uma vez que não necessitava o português de nenhum estímulo. Nenhum europeu mais predisposto ao regime de trabalho escravo do que ele. No caso brasileiro, porém, parece-nos injusto acusar o português de ter manchado, com instituição que hoje tanto nos repugna, sua obra grandiosa de colonização tropical. O meio e as circunstâncias exigiram o escravo. A princípio o índio. Quando este, por incapaz e molengo, mostrou não corresponder às necessidades da agricultura colonial – o negro.

As obras de ambos dialogam, mesmo que tratem de tempos distintos, os argumentos se encontram, pois Gilberto Freyre e José Lins do Rego valorizavam a visão senhorial da cultura brasileira. A família patriarcal era o centro da colonização lusitana no Brasil, e essa afirmação é evidente em suas obras. Desta maneira, o racismo destaca-se na produção destes escritores através da normalização de violências contra os povos negros, indígenas e mestiços, por uma abordagem do saudosismo da escravidão. Até porque como nos explica Césaire (2020, p. 24):

Entre o colonizador e colonizado, só há espaço para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, os impostos, o roubo, o estupro, a imposição cultural, o desprezo, a desconfiança, o necrotério, a presunção, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

### 3.1 José Lins do Rego

José Lins do Rego nasceu no dia 3 de junho de 1901, no Engenho Corredor, em Pilar na Paraíba. Era filho de Amélia do Rego Cavalcanti e de João do Rego Cavalcanti. A mãe morreu um ano após seu nascimento, assim José Lins passou a viver no engenho do avô materno, o Coronel José Lins, sob os cuidados da tia chamada Maria. Esta ou Maria Lins Vieira de Melo foi entrevistada pelo padre Manuel Batista de Medeiros, vigário que celebrava missa uma vez por mês na capela do Engenho de Itapuá, propriedade da entrevistada. Não se especifica a data do encontro, entretanto, as notas foram publicadas no ano de 1957, no Jornal *O Norte*. Estes textos estão publicados também no capítulo I do livro *José Lins do Rego. O homem e a obra*, do estudioso Eduardo Martins (1980), é de onde se extraiu tal informação referente às publicações supracitadas.

Existe uma incoerência de fontes, pois o padre entrevistou a tia do romancista já idosa, e alguns pesquisadores como Coutinho afirmaram que José Lins do Rego tornou-se órfão duas vezes, porque sua tia de criação havia falecido ainda quando ele era criança. (COUTINHO, 1980).

Nesta entrevista, descobre-se um fato: quando o sobrinho completou 10 meses, foi levado pela mãe ao engenho do avô José Lins. Antes de morrer, Amélia pediu à irmã que não permitisse que o menino fosse criado pelo marido. Amélia faleceu por complicações de parto. Desta forma, ainda solteira, tia Maria assumiu a criação do sobrinho. Assim, José Lins do Rego passou a viver no Engenho do Corredor. Coutinho (1980, p. 6) registrou que o autor na infância acompanhava os:

moleques na bagaceira ou tomava banho de rio com os primos. Assim, o “sinhozinho” - às vezes afoito, outras tímido, retraído, com sua asma e seus terrores noturnos – vai encontrar, nas histórias ouvidas das negras velhas do engenho, na língua solta do povo, na contemplação encantada da natureza e dos acontecimentos, alegres ou trágicos, desses primeiros anos, o lastro fundamental para sua obra de romancista da memória.

Esta afirmativa foi comprovada nas notas do padre Manuel Batista de Medeiros (MARTINS, 1980), visto que há perguntas em relação às pessoas do convívio de Zé Lins e as personagens dos livros. Por exemplo, existe uma indagação sobre a morte da mãe de Carlinhos, protagonista de *Menino de Engenho*. Se de fato a morte da mãe do autor foi semelhante à morte da mãe do protagonista, ao que a tia responde que uma das poucas coisas ficcionais do livro é justamente a morte da mãe do protagonista, que na obra foi assassinada pelo marido. Já na vida real, a mãe do romancista morreu por complicações no parto: “- Esta é uma das raras passagens inventadas por José em seus romances. Não é verdade. É pura ficção.” (MARTINS, 1980, p. 34).

As memórias acabavam fazendo parte da produção literária do paraibano, a ponto da tia Maria afirmar que muitas pessoas em quem Lins do Rego se inspirou estavam vivas no período da entrevista: “Posso acrescentar que ainda vivem o Moleque Ricardo, Joana Gorda e muitas primas de José, que moram no Recife.” (MARTINS, 1980, p. 36).

Sobre a infância, a tia relata um trauma do escritor, um acidente com arma de fogo envolvendo Zé Lins e um amigo, ao que ela explica: “Nesse dia, começaram a brincar com uma arma de fogo e não é que o amigo de José foi atingido casualmente?” (Martins, 1980, p. 36). Entretanto, segundo a jornalista Neusa Barbosa (2013), no documentário “O Engenho de Zé Lins” destaca-se esse acidente, no qual José Lins manuseava a arma do pai e acidentalmente disparou contra o amigo culminando em sua morte. Segundo Barbosa (2013), o episódio marcaria para sempre a vida do autor. A tia, ao contrário, acaba minimizando a fatalidade do caso.

Nestas notas há uma passagem sobre a vida escolar do escritor. A tia diz que no início desta etapa José Lins do Rego se apresentava como uma criança rude. Mesmo no colégio não era um grande aluno, como relata Maria, em Martins (1980, p. 35):

No próprio Colégio nada demonstrou de extraordinário, a não ser um temperamento um tanto forte, mas muito compassivo. Para lhe mostrar que ele não era lá essa inteligência toda, basta que lhe diga que aprendeu a ler muito depois que a negra Salomé, sua companheira de escola primária. [...].

Sempre um estudante desajeitado. Quando criança era moreno e de cabelos crespos, vestido sempre de macacão.

Nesta passagem, permanece a comparação do aprendizado de Lins do Rego com o de uma menina negra, como se o natural fosse o contrário, José Lins aprender antes de sua companheira de classe, já que esta era negra. Outra fala da tia que chama a atenção é quando ela diz que o menino era desajeitado quando criança, pois era moreno e possuía cabelos crespos. O discurso de inferioridade da população não branca se mantém até mesmo numa entrevista com a tia do romancista, tendo em vista que o fato de a criança ser morena e ter cabelos crespos já a faz desajeitada.

Na adolescência, Lins foi estudar em Itabaiana, Paraíba, no Internato Nossa Senhora do Carmo, que aparece no romance *Doidinho*. Fica por três anos nesta instituição. Depois vai para o Colégio Diocesano Pio X, em João Pessoa. Lá começou a escrever artigos para a *Revista Pio X*. A partir de 1915 foi para Recife, onde estudou no Instituto Carneiro Leão e no Ginásio Pernambucano. Entrou na Faculdade de Direito, entretanto, segundo Coutinho (1980), não era um estudante aplicado, pois lia de forma desordenada e vivia em farras. Em suas férias retornava ao Engenho Corredor, propriedade do avô.

A formação literária do escritor paraibano projetou-se, primeiramente, através da narração oral vivida na infância, quando a velha Totonha, que virou personagem no romance, visitava o engenho onde morava o romancista: “Ela vivia passeando pelo engenho com a finalidade de contar histórias - era um contador de histórias (*sic*) - profissão que existia no Nordeste e hoje desapareceu.” (MARTINS, 1980, p. 38). Segundo relatos de José Lins (Martins, 1980), além das histórias da velha Totonha os contos portugueses adaptados para o Nordeste foram fundamentais para sua veia de ficcionista. A influência também veio do cinema, pois nesta atmosfera, o romancista teve seu primeiro contato com uma obra de Victor Hugo: *Os Miseráveis*. Assistiu também à *Vida de Maria Stuart* e *Os Mistérios de Paris*, adaptação da obra de Eugène Sue.

Aos 12 anos, quando foi para o colégio, acabou acessando a biblioteca da escola e lá tornou-se leitor, principalmente dos romances de José de Alencar. O livro que lhe causou impacto foi *O Ateneu*, de Raul Pompeia. Quando fez a leitura tinha apenas 15 anos. Já na Faculdade do Recife, passou a ler os franceses como Rousseau e Stendhal, recomendados pelo amigo Olívio Montenegro. Para Coutinho, a obra de José Lins do Rego apresenta a “procura do tempo perdido”, pois recorre às histórias da infância, como as contadas pela velha Totonha.



Também recebeu influência ao ler *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, de 1928. (COUTINHO, 1980).

Ainda sobre as influências e referências que Lins teve, é fundamental enfatizar uma data muito significativa: 1923. Neste ano, aconteceu um dos momentos mais marcantes da vida de Lins, o primeiro encontro com Gilberto Freyre, aquele que se tornaria um grande amigo para toda a vida. Há vários depoimentos de ambos os autores sobre como esse encontro ocorreu. Por exemplo, aqui se apresenta um relato do romancista paraibano publicado em Martins (1980, p. 42):

Conheci então Gilberto Freyre, que chegara dos Estados Unidos e da Europa. Era um homem que trazia para o seu país soluções literárias inéditas. Achava que a grandeza da literatura brasileira só podia existir com a matéria-prima brasileira. Sem essa procura das nossas origens, não poderia haver originalidade nenhuma nem nos poemas nem nos romances. O seu regionalismo não era um regionalismo de caipira. Era um regionalismo que podíamos chamar de universal, aquele que dá o toque de originalidade a um povo. Foi Gilberto Freyre quem me revelou os grandes ingleses e os espanhóis. A grande influência que sobre mim exerceu Thomas Hardy devo-a a ele. Por esse tempo, não era ainda um especialista, um mestre em sociologia. Era um mestre em literatura. Voltava ele dos Estados Unidos e da Europa com uma grande fome de Brasil. Só queria que todos nós, para vitalizar a nossa contribuição à literatura, procurássemos nos aprofundar cada vez mais na nossa substância de povo.

Neste trecho, José Lins do Rego apresenta um tom menos emotivo, tem a intenção de destacar as qualidades do amigo, mas também salienta que este o influenciou através das novas ideias que trouxe de sua formação estadunidense e europeia, sobretudo, relacionada às leituras que o amigo lhe apresentou. Coutinho explica que Zé Lins se considerava um rapaz perdido no período em que cursava a Faculdade de Direito. Era péssimo aluno e mesmo assim se tornou bacharel em 1923, entretanto, “não entrou no quadro de formatura, porque consumiu em cerveja na Rua Santo Amaro, onde frequentava pensões de prostitutas, as verbas do avô.” (COUTINHO, 1980, p. 7).

Através dos relatos, dá-se a impressão de que o romancista não só teve uma inspiração intelectual, ao conhecer Gilberto Freyre, como parece que sua vida se ajusta com esse encontro, conforme relata o próprio ficcionista:

Foi numa tarde de Recife, do nosso querido Recife, que nos encontramos, e de lá para cá a minha vida foi outra, foram outras as minhas preocupações, outros os meus planos, as minhas leituras, os meus entusiasmos. Pode parecer

um romance, mas foi tudo da realidade. (REGO *apud* COUTINHO, 1980, p. 8).

Nesta citação, o relato é mais sentimental e geral, é como se o fato de conhecer Gilberto Freyre alterasse radicalmente sua vida, como num conto de fadas, inclusive, o próprio Lins do Rego compara o encontro a um romance. Aparentemente, a amizade entre os dois seria improvável, pois Gilberto Freyre havia viajado para a Europa, logo após se formar em Columbia, nos Estados Unidos. Além disso, sempre foi um homem das letras, diferente de José Lins que, segundo Coutinho, não possuía muitas leituras antes de travar amizade com Freyre. Havia lido apenas alguns franceses e também Eça de Queirós. Entretanto, foram leituras suficientes para que escrevesse contos e crônicas.

Gilberto Freyre passa a ler os escritos de Lins do Rego e o orienta a dar personalidade ao que escreve. Assim nasce, segundo Coutinho, o primeiro romance do paraibano. Freyre o influencia profundamente no mundo das ideias, e lhe mostra e transmite o interesse pelo Brasil. Os temas estarão bem ligados a sua sociologia. Além disso, orienta-o nas leituras.

José Lins casa-se no ano de 1924 com Filomena Massa, filha do senador Antônio Massa. O casal teve três filhas. A nova família mudou-se de Recife para Manhauçu, em Minas Gerais, e ficou por pouco tempo neste estado. O escritor trabalhou como promotor público. Rego mudou-se para Maceió com sua família onde exerceu a função de fiscal de bancos. Nesta cidade, travou amizade com vários escritores e estudiosos como Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Jorge de Lima e Valdemar Cavalcanti. E mantém contato com os amigos Gilberto Freyre e Olívio Monteiro, que estão em Recife, através de cartas.

A aproximação do romancista com o poeta Jorge de Lima, segundo Martins (1980), influenciou na publicação de *O mundo do menino impossível*, de Jorge de Lima, pois José Lins do Rego o incentivou que colocasse a obra no prelo. O ficcionista paraibano também foi responsável pelo tema do poema “Nêga Fulô”. (MARTINS, 1980). Isto pode explicar o porquê do poema de Lima dialogar com os romances de Lins do Rego, apesar do primeiro tratar do período da escravidão e o segundo narrar sobre um momento posterior. Ambos destacam o ambiente da casa-grande, do engenho e a mulher negra objetificada.

Entre os amigos citados, destaca-se Valdemar Cavalcanti, que no dia da morte do romancista paraibano deu um depoimento para o jornal *O Globo*. Entre várias informações, declarou que foi datilógrafo dos romances de Rego, inclusive acompanhou de perto a produção do primeiro romance, *Menino de Engenho*: “todas as manhãs, punha seus garranchos em

exatamente três páginas de um caderno de exercícios escolares. E, em seguida, íamos para uma praça abandonada da cidade, onde ele passava a ler o que fizera.” (CAVALCANTI, 1957 *apud* COUTINHO, 1980, p. 10).

Sobre a jornada da escrita de José Lins do Rego, Martins (1980) destaca que a criação do romance *Menino de Engenho* também teve inspiração a partir da leitura das memórias de Mistral<sup>8</sup>, que o impressionaram muito, e assim nasceu um desejo no autor de registrar uma história sobre seu avô, entretanto, mudou de ideia e resolveu escrever um romance. Coutinho (1980) também relata essa intenção de José Lins do Rego escrever uma biografia do avô: “Espécie de memórias de um senhor de engenho, visto pelo neto. Foi então que a veia romanesca traiu o ensaísta.” (COUTINHO, 1980, p. 10). Assim, *Menino de Engenho* foi escrito em dois meses.

Para Coutinho (1980), o contato com o público ocorreu com muita frequência no Rio de Janeiro e isso é possível de se confirmar através de sua produção nos jornais e por sua paixão pelo futebol. Lins do Rego produziu muitas crônicas para *O Globo*, sobretudo, na coluna “Conversa de Lotação<sup>9</sup>”. Aos domingos, ia assistir aos jogos com seu amigo e editor José Olympio. Não perdia nunca uma partida do Flamengo, seu time do coração. Este amor pelo futebol o tornou diretor do Clube de Regatas do Flamengo e do Conselho Nacional de Desportos. Além disso, viajou com várias delegações de futebol para o exterior. Por exemplo, em 1951, chefiou a delegação do Flamengo na Europa; o time voltou invicto da excursão. Em 1953, a experiência de chefe de delegação foi com a seleção brasileira de futebol, no Peru. No ano de 1954, não foi chefe da delegação brasileira que foi para a Suíça, mas fez parte do grupo, sendo até mesmo responsável pelo auxílio que o governo disponibilizou para a viagem.

Portanto, José Lins do Rego não só chefiou ou acompanhou delegações de futebol, mas foi também cronista esportivo. Segundo Martins (1980), o autor tinha um estilo único, por ter um poder de síntese, característico de sua veia jornalística. Escreveu crônicas esportivas em *O Jornal* e no *Jornal dos Sports*, no qual tinha uma seção de crônicas chamada “Esporte e vida”.

Além de seu amor pelo futebol, há registros vindos de pessoas próximas de que possuía um comportamento excêntrico, estas se confirmam com as declarações de Aurélio Buarque, ao

---

<sup>8</sup> Frédéric Mistral (1830-1914) - escritor francês.

<sup>9</sup> A coluna tinha como inspiração o meio de transporte coletivo homônimo, muito comum nas décadas de 40 e 50 no Rio de Janeiro. Segundo HOLLANDA e MATOS (2020), o autor utilizava a lotação para ir da Zona Sul ao Centro da cidade, assim ficava atento às discussões feitas naquele ambiente de trânsito e com pessoas de várias partes da sociedade. Os assuntos eram geralmente sobre política, crescimento urbano, engarrafamento, ou seja, problemas cotidianos relacionados à cidade. A coluna foi publicada no *Jornal O Globo* no período de 1944 a 1956.

dizer que Lins levava amigos para dormir em sua casa, e acordava de sobressalto de madrugada, chamando a todos. (COUTINHO, 1980).

O crítico Coutinho acrescenta que José Lins do Rego se mostrava muito carente. Ele acredita que isso ocorria devido a sua infância sem a mãe e criado pelo avô. Existem impressões de Otto Maria Carpeaux, sobre o escritor paraibano, que o achava um tipo estranho, pois Lins entrava na Livraria José Olympio sem cumprimentar ninguém, com roupa elegante, mas atitude desleixada, usava óculos e tinha muitos sinais no rosto, possuía a voz alta e barulhenta; ria alto. Falava ao telefone com os amigos: Graciliano Ramos, Aurélio Buarque e às vezes com o próprio Carpeaux – sobre futebol, histórias engraçadas. Não falava de literatura: “Ele é mais da comida boa de farta, das meninas bonitas, do futebol e do povo.” (COUTINHO, 1980, p. 34). Para Carpeaux, Zé Lins era como o povo, era triste como o povo, por isso o chamava de “trovador trágico da província”. Ainda sobre a excentricidade do romancista, Peregrino Júnior, citado por Coutinho (1980), descreveu que Lins tinha medo de ficar doente, de morrer, do fim do mundo, de ficar sozinho. Interessante também destacar, é que José Lins do Rego afirmava que não gostava do trabalho. Provavelmente se referia ao burocrático, ao repetitivo. Uma hipótese é a de que o ato de escrever o afastava deste labor exaustivo e enfadonho para ele, e prova disso é sua produção profícua, desde romances, ensaios, conferências, histórias infantis, memórias a crônicas em jornais. Desta forma, o temperamento e a personalidade do escritor foi moldada e apresentada a muitos que o conheceram.

Em 15 de setembro de 1955, foi eleito o mais novo membro da Academia Brasileira de Letras, entretanto, só assumiu seu lugar, a cadeira de número 25, em 15 de dezembro de 1956. Sua cerimônia de posse foi marcada por uma polêmica, pois não elogiou seu antecessor, Ataúlfo de Paiva; pelo contrário, falou mal: “Chegou ao Supremo Tribunal Federal sem ter sido um juiz sábio, e à Academia de Letras sem nunca ter gostado de um poema.” (REGO *apud* COUTINHO, 1980.) Nove meses após a posse, José Lins do Rego morreu em 12 de setembro de 1957, no Rio de Janeiro, em decorrência de problemas hepáticos.

No ensaio *Recordando José Lins do Rego*, Gilberto Freyre descreve como foi o último encontro com o amigo, meses antes de seu falecimento. Isso ocorreu em Paris, como descreveu Freyre (1987b, p. 70):

Meu último encontro com ele foi em Paris: poucos meses antes da sua morte no Rio. E num dia de festa: 14 de Julho. Ele, Cícero Dias e eu passamos o dia, e, depois a noite inteira, até a madrugada do dia seguinte, a conversar e rir como se fôssemos três colegas esquecidos pelo tempo. Apenas ele já era um homem ferido de morte sem o saber. [...]. Minha última recordação dele é de

uma risada quase escandalosa, naquela madrugada de Paris. Com essa risada, despediu-se de nós e de Paris. Nunca mais eu o veria.

### 3.2 Gilberto Freyre

Gilberto de Mello Freyre nasceu em 15 de março de 1900, em Recife, filho de Francisca de Mello Freyre e de Alfredo Alves da Silva Freyre. Seu biógrafo Meneses (1991) afirma que ele é descendente dos Wanderleys, dos FONSECAS GALVÃO, dos Mellos, junto com os Albuquerque e os Cavalcantis “e com quase toda a melhor gente antiga da velha Capitania de Pernambuco<sup>10</sup>, tendo remoto sangue indígena.” (MENESES, 1991, p. 7-8). Mas seus antepassados também são espanhóis, de onde herda o sobrenome Freyre. Assim, para o biógrafo, essa ascendência moldaria a personalidade do sociólogo, preservando uma postura fidalga, como o próprio Gilberto observa: “onde “até os mendigos” [...] “atravessam a vida como se fossem uns fidalgos<sup>11</sup>, tal o alto sentido que tem cada espanhol da dignidade humana”. (MENESES, 1991, p. 8).

A formação escolar de Gilberto Freyre iniciou-se com a aprendizagem das primeiras letras através da sua mãe e da tia, irmã da mãe, Teresinha de Mello Rabello de Oliveira. O sociólogo, na adolescência, teve aulas de francês com uma senhora francesa chamada Mme. Meunier, que o considerava um ótimo aluno. O pai do antropólogo contribuiu com a formação do filho, dando-lhe lições de latim. Alfredo Freyre, além de professor, era magistrado. Foi juiz municipal, de Direito e substituto federal, assim como professor de Economia Política na Faculdade de Direito. Apoiou a vida intelectual do filho, não somente com as aulas de latim, mas também com uma biblioteca rica, com exemplares de *Dom Quixote*, *Geographie de Rèclus*, a *História de Portugal*, de Herculano, traduções de Shakespeare, Milton, Dante e tantos outros. Inclusive, aos 11 anos, Freyre já havia lido José de Alencar, Macedo, Gonçalves Dias e Castro Alves. A leitura se dá também graças aos muitos volumes do avô que se juntavam à rica biblioteca da casa paterna.

O avô de Gilberto Freyre, por parte de pai, não era rico. Era descendente de espanhol. Este avô se casou, sucessivamente, com duas filhas do Coronel Manuel da Rocha Wanderley

---

<sup>10</sup> É necessário esclarecer que a biografia de Freyre foi publicada pela primeira vez em 1944. Registrado esse aspecto, é interessante observar como Meneses, em alguns momentos classificou em sua obra a elite latifundiária como “melhor gente antiga”, ou como se verá mais adiante, o biógrafo irá se referir aos que fazem parte das famílias tradicionais do Nordeste de “melhores famílias”.

<sup>11</sup> Ao falar da própria ascendência, Gilberto Freyre mostra uma visão de superioridade dos brancos europeus.

que, segundo Meneses (1991), é oriundo da família tradicional dos Wanderleys de Sirinhaém e Rio Formoso, também descendente de Gaspar Vander Ley e de Dona Maria de Mello. O avô, Alfredo Freyre, de comissário de açúcar no Recife, passou a ser dono de engenho. Possuía dois engenhos, o Trombetas e o Mascatinho, além de um sobrado e casas na capital. O velho Alfredo Alves da Silva Freyre, nos momentos de descanso, gostava de tocar violino, lia Camões e Herculano. Apreciava decifrar charadas do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. (MENESES, 1991). O gosto de Gilberto Freyre pela leitura parece-nos que não foi herdado somente do pai, mas também do avô.

Nas biografias ou no próprio diário do sociólogo consta que Gilberto Freyre começou a trabalhar cedo; a partir dos 13 anos dava aulas para estudantes, às vezes, mais velhos do que ele, na instituição onde estudava, o Colégio Americano Gilreath. A escola foi fundada por missionários norte-americanos em 1906, “tornou-se um dos colégios preferidos pelas melhores famílias do Nordeste para a educação de seus filhos.” (MENESES, 1991, p. 10). Nesta transcrição mantém-se a abordagem de “superioridade” das famílias proprietárias do Nordeste.

Em seu livro *Tempo Morto e Outros Tempos*, uma espécie de diário da adolescência, Freyre (2006) confessa que aos 15 anos, sofria como professor de Latim pois devia estudar muito mais do que seus alunos, para que confiassem em seu trabalho. Freyre acreditava não ter vocação para ser “latinista” e nem “helenista”. Além do Latim para o curso secundário, lecionou no curso primário também. Neste período, o ensaísta pernambucano já lia muitos teóricos: “Agora só se espantam de que eu já leia Nietzsche, Spencer, J. S. Mill, Augusto Comte.” (FREYRE, 2006, p. 30).

O Colégio Americano Gilreath tinha como base o protestantismo mais ligado à visão batista. Segundo Meneses, houve choque em determinados momentos, pois a família de Gilberto Freyre era católica, inclusive a avó gostaria de vê-lo padre. A filosofia protestante passou para Freyre menino uma visão mais democrática e socialista-cristã de aspecto inglês, contrária à visão da burguesia rica. O sociólogo estudou no Colégio Gillreath de 1908 a 1917. Saiu de lá como bacharel em Letras.

Aos 15 anos, Gilberto Freyre havia lido não só os Evangelhos, mas também Milton, Bunyam, Dante, Pascal, a biografia do Dr. Livingstone, Comte, Spencer, Darwin, Stuart Mill e Taine. Freyre, por admirar o Dr. Livingstone<sup>12</sup>, queria igualmente ser missionário. Desta

---

<sup>12</sup> David Livingstone nasceu na Escócia em 1813 e faleceu no Zâmbia, em 1873. Era explorador, pastor e missionário da Igreja Presbiteriana. Foi um dos primeiros europeus exploradores do interior da África. Fez várias expedições missionárias, ao longo de sua jornada, pelo interior do continente africano. Muitas vezes foi o primeiro homem branco a visitar algumas localidades daquele continente.

forma, em 1916, por influência dos mestres do colégio e pelas leituras que fez, decidiu participar de atividades evangélicas, visitando pessoas pobres e miseráveis do Recife. “Interessa-se pelo socialismo cristão, mas lê, como espécie de antídoto a seu misticismo, autores como Spencer e Comte.” (FONSECA, 2006, p. 344). Porém, sua ida aos Estados Unidos o faria mudar de ideia. Sua vocação passaria a ser os pensamentos sociológicos e filosóficos. Suas veias científica e mística ficariam no passado.

Ao se esmiuçar a biografia do sociólogo, considera-se a impressão de que, além de sua formação universitária, como será visto mais adiante, suas experiências desde muito cedo contribuíram com seus escritos futuros. Quando criança, gostava muito de brinquedos, ganhava vários, entre eles tinha um trenzinho de pilha, com trilhos, presente de seu tio que também era seu padrinho. Gostava de brincar de soldadinhos de chumbo, com os quais criava enredos através dos livros lidos, da escuta de conversas dos adultos, das leituras de revistas e jornais, até mesmo dos filmes que assistia no cinema. As histórias eram variadas, de casamentos, batizados, guerras, assassinatos, naufrágios. Tinha os blocos de madeira para a construção de casas. Até que a família Freyre foi passar um tempo no engenho de parentes. Neste ambiente, os brinquedos mudaram: montava a cavalo, via a cana ser moída no banguê, observava o cortar e o plantar da cana. Escutou muitas histórias de escravos contadas por sua avó materna, Francisca Barradas Teixeira de Mello. Assim, ao retornar do engenho, tinha novas histórias para brincar com seus soldadinhos de chumbo. Considerou ter brinquedos mais realistas, como fazer rapaduras no fundo do quintal e comê-las. (MENESES, 1991). A análise é a de que essas brincadeiras moldaram o ensaísta, pois, todas as suas vivências se tornaram referências para sua escrita. Interessante destacar que aos quinze anos ainda possuía os brinquedos, como relatou o próprio Freyre (2006, p. 27):

O trem elétrico é um desses brinquedos, e outro, a caixa de blocos de madeira, com os quais construí tantas casas, tantas igrejas, tantos castelos sem ser os de areia, das fantasias vãs. Também os soldados de chumbo, desmilitarizados em simples paisanos homens e mulheres e tornados a parte viva, humana do meu mundo- um mundo que durante anos criei e recriei à minha imagem.

Enquanto biógrafos de Freyre abordavam somente sua intelectualidade, o próprio Freyre relatou uma certa visão infantil, como foi apresentado há pouco em relação aos brinquedos, e sobre quais eram as suas inquietações juvenis, em especial, a vida sexual. Aos quinze anos, preocupava-se com sua saúde sexual e mental, lia um livro chamado *Sexology* (1904), do médico especialista William H. Walling. A obra era dirigida para adolescentes. O futuro

sociólogo julgava estar se masturbando demais, assim se preocupava em ter prejuízos futuros, como problemas com a formação de seu caráter. Depois ouviu dizer de colegas do colégio que praticavam o ato todas as noites como algo higiênico, até que um conhecido seu, identificado em sua obra como A., se ofereceu para levá-lo a uma prostituta conhecida, pois A. acreditava que a masturbação fazia muito mal. (FREYRE, 2006, p. 29).

No mesmo ano em que apresentava preocupações em relação à masturbação, 1915, Freyre descreveu uma de suas primeiras relações sexuais. Esta aconteceu com uma menina mestiça ou como ele a chamava, mulatinha, conforme discutiu-se no início deste capítulo. Enquanto a mulher não branca representa o pecado, a branca é vista como pura, mesmo que o ensaísta se relacione com ela, mas esta não é tratada como pecado. As mulheres e meninas não brancas são sempre obscenas e cheias de luxúria, tanto nos escritos de Freyre, como nos escritos de Lins do Rego.

Freyre foi precoce nas relações sexuais, e em sua vida acadêmica. Desde os 14 anos era o redator-chefe do jornal do colégio: *O Lábaro*. Em 1916, apresentou uma conferência na capital da Paraíba sobre *Spencer e o problema da educação no Brasil*. Recebeu o convite de um jornalista paraibano chamado Carlos Dias Fernandes. A conferência foi publicada no *Jornal O Norte*. Em 1918, Freyre foi para os Estados Unidos e declarou: “Viajo cheio de saudade. Mas também animado de uma grande curiosidade: saber o que me espera nos Estados Unidos. Como serão meus estudos? Como me adaptarei à vida ianque?” (FREYRE, 2006, p. 53). No caminho, passou por Barbados e ficou impressionado com os negros que falavam em inglês, e principalmente com as mulheres negras que usavam chapéus “como as inglesas brancas”. (FREYRE, 2006, p. 54).

Assim que chegou nos Estados Unidos foi morar em Waco (Texas) e se matriculou na Universidade de Baylor. Nesta universidade, auxiliou um geólogo chamado John Casper Branner na elaboração de um texto em português, *Geologia no Brasil*. Ensinou, na mesma época, francês para os jovens convocados para a guerra. Em 1919, Freyre continuava em Waco, e assim escreveu sua impressão sobre a cidade, onde havia um bairro negro, descrito pelo sociólogo como um lugar horroroso, como está registrado em Freyre (2006, p. 66):

Que o “bairro negro” de Waco fosse qualquer coisa de terrível, eu imaginava. Mas ainda mais horroroso do que eu previa. Imundo. Nojento. Uma vergonha para esta civilização filistina que, entretanto, envia missionários aos “pagãos” da América do Sul e da China, da Índia e do Japão. Tais missionários, antes de atravessar os mares, deveriam cuidar destes horrores domésticos. São violentamente anticristãos.

[...]



Conversei já com vários negros. Gente amarga, mas resignada.

Mesmo em suas memórias, a impressão da população negra é sempre negativa. No navio, a caminho aos Estados Unidos, na Ilha de Barbados, como já mencionado, impressionou-se com as mulheres negras de chapéu, pois, no final do século XIX e início do século XX, o uso do adereço estava relacionado ao status social em alguns lugares. No Brasil, há pouco saído da escravidão, não era comum ver mulheres negras com tal acessório. Já em Waco, descreve os negros daquela localidade como pessoas amargas e resignadas.

Retornando ao percurso acadêmico do sociólogo Gilberto Freyre, nos Estados Unidos, manteve-se dedicado aos estudos, como em seu período de estudante adolescente em Pernambuco (MENESES, 1991). Concluiu o curso de Bacharel em Artes, na Universidade de Baylor, em 1920. Foi para Nova Iorque e ingressou na Universidade de Columbia, onde estudou na Faculdade de Ciências Políticas e Ciências Sociais Jurídicas, e fez graduação e pós. Em 1922, defendeu a tese para o grau de *Magister Artium* ou *Master of Arts*, apresentando o trabalho *Social Life in Brazil in the Middle of 19th Century*, que foi publicado na *Revista Hispanic American Historical Review*.

Em 1923, regressou para Recife, e neste mesmo ano conheceu José Lins do Rego. Tornaram-se grandes amigos. Freyre incentivou Lins a escrever romances ao invés de artigos políticos. O sociólogo conheceu o escritor José Américo de Almeida através do autor paraibano.

Apesar do contato com as obras modernistas brasileiras, logo depois de seu retorno ao Brasil, Gilberto Freyre só passou a ser conhecido nacionalmente após a publicação de *Casa-grande e senzala* (1933). Antes desse período, ele era influente somente no grupo de Recife, e em alguns grupos de São Paulo e Rio de Janeiro. Castello (1961) explicou que isso ocorreu devido ao fato de sua formação intelectual ter sido feita toda fora do Brasil. Freyre finalizou seus estudos secundários no Colégio Americano Batista, em Recife, e foi para os Estados Unidos, onde ingressou na Universidade de Baylor, depois frequentou a Faculdade de Ciências Políticas e Sociais em Columbia e, anos depois, já na Europa, frequentou a Universidade de Oxford.

Essas experiências estrangeiras influenciaram seu pensamento crítico, em sua formação e escritos. Na Europa e Estados Unidos, conheceu vários escritores e poetas. Esses contatos foram registrados em seus artigos e crônicas publicados no *Diário de Pernambuco*. Assim, se empenhou na difusão de alguns escritores norte-americanos e europeus no Brasil, como também

reclamou da falta de conservação das tradições brasileiras e, desta forma, aprofundou-se sobre elas.

Gilberto Freyre teve forte influência no grupo dos escritores nordestinos, por exemplo: José Lins do Rego, Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, Estevão Pinto, Ascenso Ferreira, Antônio Freire, Evaldo Coutinho, entre outros. Inclusive o escritor e pintor Luís Jardim (1901-1987) escreveu que foi graças aos estudos fora do país de Gilberto Freyre que o grupo desenvolveu pesquisas sobre as tradições de cultura brasileira, sem enaltecer a cultura europeia. Além disso, o grupo valorizou músicas, danças, religiões africanas, becos, solares, além do gosto pela culinária local. Assim, em 28 de abril de 1924, foi fundado o Centro Regionalista do Nordeste, em Recife, com participação de Odilon Nestor, Amaury de Medeiros, Alfredo Freyre, Antônio Inácio, Moraes Coutinho, Carlos Lyra Filho, Pedro Paranhos, Júlio Bello entre outros nomes.

Desde 1924, Freyre pensava em escrever obras sociológicas sobre o Brasil-colônia ou mestiçagem. Talvez tenha sido neste momento em que as ideias colocadas em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e Mocambos* estivessem nascendo, conforme descreve-se em Freyre (2006, p. 211):

De bicicleta, venho fazendo meu *field-work* de estudante de Boas (Antropologia) e de Giddings e Thomas (Sociologia), desde que continuo estudante desses velhos mestres. Que continuo a estudar. Venho colhendo muita nota de possível interesse sociológico e antropológico sobre a vida de gente de mucambarias do Recife. Sobre a gente adulta e sobre a criança. Pois continuo com a ideia de uma “História da vida de menino” no Brasil que venha dos primeiros tempos coloniais (cartas jesuíticas, relações, diários de viajantes) aos dias atuais.

Ulisses continua nos dias de domingo a acompanhar-me em excursões e a auxiliar-me na parte de documentação fotográfica. Já estamos com uma boa coleção de tipos mestiços de vários bairros (São José, etc.) e de subúrbios (Santa Ana, Morro da Conceição, etc.).

Gilberto Freyre escreveu, ainda nos primeiros anos de retorno ao Brasil, sobre os pratos brasileiros. Relatou que os melhores quitutes eram os preparados pelas pretas que vendiam na rua. Fazia com isto uma comparação sexual, dizendo que as “mulatas” seduzem e conservam mais “seu macho” do que a branca fidalga:

As pretas de tabuleiro parece que, no preparo de uns tantos quitutes, dispõem de uns quindins ignorados pelas sinhás brancas. O mesmo me parece certo de certas maneiras da fêmea não só seduzir como conservar o macho: a mulata plebeia é superior à branca fidalga. (FREYRE, 2006, p. 233).

O sociólogo, em 1926 conheceu a Bahia e o Rio de Janeiro. No último estado, fez amizade com Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Holanda, Villas-Lobos, Paulo Prado, entre outras personalidades. Durante a estada no Rio de Janeiro, Gilberto Freyre visitou Manuel Bandeira. Era a primeira vez que se encontravam, entretanto, já trocavam correspondências há mais de um ano. O sociólogo descreveu a casa do poeta, no morro de Santa Teresa, como pobre, apesar de estar em um belo lugar. Conversaram sobre Recife, poetas e escritores de língua inglesa. Ele se sentiu como se fossem velhos amigos e até ficou hospedado na casa do poeta, pois o que ganhava não era suficiente para se hospedar em um hotel. Desta forma, ficou em “sua casinha de 51, Curvelo, Santa Teresa. Casinha de franciscano à paisana.” (FREYRE, 2006, p. 262). O sociólogo confessou em seu diário *Tempo Morto e Outros Tempos* o medo de ficar no mesmo ambiente em que o poeta, porque o último era tuberculoso e sua casa muito pequena. Mas ele declarou que o medo acabou se dissipando por conta da convivência e da boa conversa compartilhadas entre ambos.

Neste mesmo ano, promoveu o Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo e no ano seguinte conheceu Mário de Andrade que foi visitar Recife.

No final de 1930, foi exilado por ser contrário à ascensão de Vargas ao poder. Antes de sair do Brasil, passou pela Bahia, depois foi para Dacar, no Senegal, de lá para Lisboa. Neste itinerário, começou a colher fontes e inspirações para sua futura obra, *Casa-grande & senzala*. Foi convidado para lecionar na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, em 1931.

Retornou ao Brasil, e em 1932 continuou a pesquisar para a produção de sua obra e aproveitou as bibliotecas e arquivos do Rio de Janeiro para esse trabalho. Neste período, recusou empregos que lhe foram oferecidos pelo novo governo brasileiro. Assim, acabou passando por dificuldades financeiras, pedia abrigo aos amigos ou morava em pensões baratas. Voltou a Recife e continuou a escrever *Casa-grande & senzala*. Em 1933, finalizou o livro e o publicou.

Em 1934, Freyre organizou o Primeiro Congresso de Estudos Afro-Brasileiros em Recife, e recebeu o prêmio da Sociedade Felipe d’Oliveira pela publicação de *Casa-grande & senzala*.

Apesar de ser contrário à ditadura Vargas, em 1938 foi nomeado membro da Academia Portuguesa de História em pleno regime salazarista pelo qual passava Portugal.

Em 1941, casou-se com Maria Madalena Guedes Pereira, no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. De lá, ele foi para alguns países da América do Sul em missão cultural pelo Ministério da Educação e Saúde, entretanto, não terminou a missão e, segundo Meneses (1991),

Freyre justificou somente que houve problemas pessoais. No entanto, Meneses acredita que a desistência se deu por um fato ocorrido em Apicucos, onde o pai e ele foram agredidos pela polícia do estado de Pernambuco: “aquela agressão policial incompatível com a aceitação de qualquer honra, missão ou cargo que lhe tem oferecido ou ofereça o atual governo no Brasil.” (MENESES, 1991, p. 90). Pai e filho foram presos, pois Freyre havia publicado um artigo que denunciava ações nazistas e racistas no Brasil, segundo Meneses (1991). Neste mesmo período no qual se deram esses fatos, Freyre não aceitou o convite para lecionar na Universidade do Brasil e na Universidade de Harvard. Ele foi convidado para este último cargo por intermédio do Itamarati.

Apesar das adversidades e perseguições políticas sofridas, Gilberto Freyre foi deputado federal em 1946. Continuou viajando para fora do Brasil, ou por convite, pela sua produção acadêmica, ou exercendo função parlamentar, como ocorreu em 1949, quando foi aos Estados Unidos como membro da delegação parlamentar do Brasil, na 4ª Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas. Fez uma série de conferências em várias universidades daquele país.

Em 1954, foi escolhido pela Comissão das Nações Unidas para pesquisar sobre a situação racial na África do Sul. Assim, depois de sua estada naquele país, apresentou, na Assembleia Geral da ONU, seu estudo *Elimination des conflits et tensions entre les races*. Em 1960, viajou para a Europa nos meses de agosto e setembro para fazer conferências em universidades francesas, alemãs, italianas e portuguesas. Publicou livros em Portugal, mas também no Brasil. Em fevereiro do ano de 1962, a obra *Casa-grande & senzala* virou enredo da escola de Samba Mangueira, no Carnaval do Rio de Janeiro. E, em 1963, a obra foi tema de uma exposição, organizada pelo colecionador Abelardo Rodrigues, no Teatro Santa Isabel, na cidade do Recife.

Com sua produção sempre reconhecida, ganhou um prêmio do Instituto Aspen de Estudos Humanísticos nos Estados Unidos, no valor de 30 mil dólares, no ano de 1967. Quatro anos depois, no ano de 1971, recebeu da Rainha Elizabeth o título de *Sir* (Cavaleiro Comandante do Império Britânico). Teve homenagens pelo seu octogésimo aniversário, em 1980, da Academia Pernambucana de Letras, que fez várias comemorações. Gilberto Freyre morreu no dia 18 de julho de 1987.

#### 4 MOVIMENTO MODERNISTA

O Modernismo, segundo Moisés (2019), iniciou-se por volta de 1880 na Europa, e seguiu até 1950. Seu ápice foi entre 1910 e 1930 e é provável que seu legado influencie até hoje as artes, as letras e os comportamentos. Esse movimento nasceu graças a uma insatisfação geral dos aspectos sociais e políticos “descortinados em meados do século XIX” pelas ciências. O Romantismo, seguramente, manifestava-se nas teses centrais desse movimento, principalmente no que diz respeito ao nacionalismo tão explorado naquela centúria.

Tal movimento não pode ser considerado autóctone, pois recebeu muita influência da Europa. Seu prenúncio estava na *Belle époque* e no Simbolismo. Além disso, manifestações surgem desde 1912, na ocasião do retorno de Oswald de Andrade de sua primeira viagem à Europa, trazendo notícias dos manifestos futuristas de Marinetti. Nos anos subsequentes, as tendências modernistas ampliam-se nas terras brasileiras, como se vê em 1919, por exemplo, quando ocorre o encontro de um grupo liderado por Mário de Andrade. Neste, contando com a presença de Victor Brecheret, que regressava da Itália, depois de 6 anos de estudos naquele país; Villa-Lobos que também colaborava com o crescimento do movimento, pois compunha desde 1912, e sua participação na Semana de 22 seria fundamental.

Antecipava também o grande movimento de 22, a ebulição cultural que se organizava para comemorar o Centenário da Independência. Por volta de 1920, Victor Brecheret foi convidado a elaborar o Monumento às Bandeiras, entretanto, por questões políticas, o empreendimento só seria concluído 33 anos depois, por ocasião do IV Centenário da cidade de São Paulo.

O clima modernista que pairava no início do século XX possuía influência europeia; mesmo assim, em 1915, houve o protagonismo de um movimento de cunho xenófobo contra os portugueses, a “Ação Social Nacionalista”. Essa, segundo Moisés (2019), foi uma face sombria do nacionalismo. Apesar da negatividade e de seu perfil passadista, esta ação influenciou, 7 anos mais tarde, a Semana de Arte Moderna, pois os futuristas continuavam a atacar o purismo gramatical de moldes lusitanos e o caboclisto de Monteiro Lobato estava em alta, junto à figura de Juca Mulato, de Menotti Del Picchia. Por outro lado, com a crescente economia paulista, através de sua indústria e sua produção de café, a capital do Estado orgulhava-se por parecer uma cidade europeia.

Em 1920, Mário de Andrade escreveu uma obra fundamental ao movimento modernista brasileiro: *Pauliceia Desvairada*. Em 1921, depois de vários manifestos vanguardistas, Di Cavalcanti expõe seus trabalhos na livraria O Livro. E, segundo Moisés, foi nesta ocasião que

a *Semana de Arte Moderna* se idealizou, coincidindo com o retorno de Graça Aranha ao Brasil, depois de muitos anos viajando por outros países, o qual teve significativa participação para a realização desse evento.

A primeira publicação do grupo que elaborou a Semana de Arte Moderna de 22 foi a *Revista Klaxon*, considerada o esforço, segundo Bosi (1994), para a sistematização das ideias estéticas apresentadas nas noites da *Semana* no Teatro Municipal. A Semana ainda seria responsável pelo encontro de muitas tendências, e renderia vários grupos, além de inúmeras publicações de livros e revistas pelo Brasil.

Obras importantes foram editadas após o evento ou anos depois de sua realização, tais como: *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1923), de Oswald de Andrade; *Ritmo Dissoluto* (1924), de Manuel Bandeira; *Amar, Verbo Intransitivo* (1927), de Mário de Andrade; *Brás, Bexiga e Barra Funda* (1927), de Alcântara Machado; *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade dentre muitas outras. Paralelo a estas obras, houve lançamentos de revistas, manifestos e congressos como uma maneira de divulgação dos trabalhos produzidos no período. Esses eventos não se restringiram a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Em Recife, no mesmo período, ocorreu o Congresso Regionalista de 1926, e para divulgação do evento foi elaborado o “Manifesto de 26”.

Este movimento estruturou-se por meio de duas direções. A primeira fez parte da Segunda Revolução Industrial, por influência do futurismo vindo da Europa. A segunda tinha inspirações nas raízes brasileiras, principalmente indígenas e negras, sob a ótica de uma estética dita primitivista. Por outro lado, conforme Brookshaw (1983), essa estética primitivista recebia influências do velho continente, pois as culturas africanas foram responsáveis pela ruptura dos vanguardistas com as tradições clássicas e cristãs na arte europeia, resultando, por exemplo, em movimentos culturais como o Cubismo.

Passados 20 anos da Semana, Mário de Andrade declarou em uma autocrítica de 1942, ao fazer um balanço do Movimento Modernista que: “Éramos uns inconscientes”. E essa autocrítica surge, segundo Bosi (1994), a partir da noção dos grupos modernistas, focados somente no puramente literário, assim, não conseguiam entender os processos de base que agitavam o mundo ocidental: “Tudo resolviam em fórmulas abertamente irracionalistas, fragmentos do surrealismo francês ou dos mitos nacional-direitistas que o imperialismo europeu vinha repetindo desde os fins do século passado [XIX].” (BOSI, 1994, p. 343).

Como já mencionado, o Modernismo não fica restrito aos grandes centros; expande-se para outras capitais, e ganha novas características, apresentado em tópico posterior ao se tratar do Modernismo Nordeste.

Em Belo Horizonte, foi fundado o periódico chamado *A Revista* (1925), e grandes nomes despontaram tais como Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava e outros. Já em Porto Alegre, um grupo trouxe inovações modernas ao mostrar a cultura gaúcha, com destaques para os nomes de Pedro Vergara, Vargas Neto e Manuelito de Ornelas. No Nordeste, de acordo com Bosi, houve resistências emocionais de Gilberto Freyre e José Lins do Rego em relação ao contato com grupos modernistas de São Paulo, pois ambos sempre conservavam suas visões regionalistas.

#### **4.1 Modernismo de 30**

Segundo Bosi (1994), o período de 30 traz uma literatura mais madura em relação às palavras de ordem de 22. Não menosprezando, claro, a Semana de Arte Moderna que foi fundamental para o Modernismo brasileiro, visto que é um momento em destaque na periodização literária. Após a Semana de 22, houve inúmeras transformações nas artes, principalmente no fazer literário. Bosi lembra que antes de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Manuel Bandeira, havia uma forma de escrita; após a produção desses renomados autores, ocorreu uma transformação na crítica, na prosa e na poesia.

No aspecto Social dos anos 30, a política getuliana e o tenentismo liberal refizeram-se através das oligarquias regionais, por sua vez, essas acenavam para as classes operárias e médias com lemas patrióticos ou até mesmo populares. Nessa junção, havia a aristocracia do café, que patrocinou a Semana de Arte Moderna, mas que em 29 foi severamente atingida pela crise econômica. A aristocracia passou a conviver com a nova burguesia industrial dos centros urbanos. “Essa compreensão viril dos velhos e novos problemas estaria reservada aos escritores que amadureceram depois de 1930: Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Carlos Drummond de Andrade.” (BOSI, 1994, p. 384).

Entre os anos 30 e 50 do século passado, a ficção regionalista, o ensaio social e a lírica moderna destacavam-se nas produções literárias, também o romance introspectivo, a poesia universalizante, metafísica e hermética. Entretanto, esse período é conhecido como a “era do romance brasileiro”, pois houve uma robusta produção de ficção regionalista com nomes como Graciliano, Lins do Rego, Jorge Amado, Érico Veríssimo. Também as ficções com aspectos psicológicos em evidência, de Lúcio Cardoso, Cornélio Pena, Cyro dos Anjos etc., além da

prosa cosmopolita de José Geraldo Vieira. Os romances políticos, sociais, proletários e nordestinos são novidade do Modernismo. São obras que contêm uma linguagem de tom coloquial e presença popular. Para Lafetá (2000), esse arcabouço neonaturalista é eficaz ao abordar as injustiças sociais, mas pouco revolucionário.

Com o advento do Modernismo a partir de 22, houve a produção de uma prosa revolucionária, e assim modificando as formas da narrativa. Já na década de 30, após alguns aspectos históricos e sociais como a crise cafeeira, o declínio da economia nordestina e outros fatos acabaram interferindo no fazer literário de alguns ficcionistas que surgiram naquele período. Em seus trabalhos destacavam-se a captação dos fatos e a rudeza. De certa maneira, houve uma retomada do Naturalismo presente numa espécie de narração-documento e em algumas representações das personagens negras comparadas a animais em relação ao comportamento sexual. (BROOKSHAW, 1983).

## **4.2 Modernismo Nordestino**

José Aderaldo Castello (1961) afirma que o Modernismo é um movimento amplo e de renovação da cultura brasileira. Sua tendência nacionalista procurou romper com a profunda influência dos aspectos europeus. Todavia, desde o Romantismo existia no Brasil a preocupação em combater os modelos estrangeiros. De fato, o Modernismo é um movimento que possui raízes profundas nos aspectos nacionais, principalmente em sua história, apesar de em alguns momentos se apresentar hostil ao passado. Muitos autores modernistas inspiraram-se nos escritores da era colonial, mas ao mesmo tempo experimentaram uma renovação estilística a partir da inspiração em tendências estéticas europeias, com seus vários “ismos”, que se transformaram em movimentos como verde-amarelismo, dinamismo, futurismo, espiritualismo, pau-brasil e outros. É a partir dos anos 30 que o gênero romance brasileiro principia sua evolução.

Em 1928, segundo Castello (1961) e Moisés (2019), o romance retoma a consciência da realidade brasileira. Para Moisés, esse processo se iniciou em 1922, entretanto, se fortaleceu, e se transformou na década de 30 em uma produção engajada. Esse processo se dá através das publicações de ensaios sociológicos e históricos, bem como do romance que, a partir dos anos 30, torna-se social.

Romancistas de 30 também evitaram trabalhar com uma visão totalizadora de nação brasileira e se debruçaram em fragmentos, expuseram a vida nos engenhos, a vida miserável na



seca, as plantações de cacau na Bahia, a região amazônica, o café no Sudeste, além de bairros que surgiam em Belo Horizonte etc.

#### 4.2.1 Dois movimentos

A fase heroica do movimento modernista dos anos 1922/23 a 30 é marcada pela Semana de Arte Moderna de 22, e a chegada de Gilberto Freyre ao Brasil, em 1923, vindo dos E.U.A. Neste período, o movimento atingiu vários grupos espalhados pelo país que, muitas vezes, se antagonizavam. É possível afirmar que há dois grupos de destaque no Modernismo Brasileiro. Um ligado diretamente à Semana de Arte Moderna, composto por Menotti Del Picchia, Renato Almeida, Mário e Oswald de Andrade, Luís Aranha, Afonso Schmidt, Sergio Milliet, Graça Aranha entre outros. E um outro atrelado ao Regionalismo e Tradicionalismo de Recife, com romancistas, ensaístas, memorialistas e pintores tais como: José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Ascenso Ferreira, Jorge de Lima, Olívio Montenegro, Luís Jardim, Cícero Dias, Manuel Bandeira (como pintor também) e José Lins do Rego entre outros.

Isto não quer dizer que no Nordeste a Semana de Arte Moderna não teve adeptos, pelo contrário, houve repercussões e influências de Mário de Andrade e de Guilherme de Almeida. Por outro lado, alguns escritores foram diretamente impactados por Gilberto Freyre, por meio de seus ensaios, formação de grupos, e movimentos com o Centro Regionalista e o Congresso de Regionalistas do Nordeste.

O grupo de Recife destacou-se pela confluência e difusão de uma nova forma do fazer artístico e literário, ora aceitando as sugestões dos participantes da Semana de Arte Moderna, ora se manifestando contra elas. Entretanto, seu objetivo era a sua própria essência, principalmente após a chegada de Gilberto Freyre ao Brasil. Segundo Milliet (1955), em prefácio do livro *Poemas*, de Ascenso Ferreira, o grupo do Recife usou a liberdade de se fazer arte, mas deixou a influência dos modelos europeus de lado. Assim, utilizaram as novas técnicas de elaboração artística e passaram a pesquisar a cultura tradicional e popular do Nordeste. (MILLIET, 1955).

Conforme Castello (1961), os escritores regionalistas do período de 1922 a 23 foram alvo de incompreensões por parte do Modernismo surgido da Semana de Arte Moderna, mas, com a viagem de Freyre, a partir de 1926, para o Sudeste do país, há o estabelecimento de contatos com os representantes da Semana. Desta forma, percebeu-se afinidades,

principalmente em relação ao folclore brasileiro, sua população ameríndia, o caboclo, o negro, o mestiço, que estavam também presentes nos movimentos do Nordeste. Entretanto, a população negra, sob a perspectiva de Brookshaw (1983) estava mais presente na Literatura elaborada pelo grupo Nordestino do que pelo grupo Modernista do Sudeste. Em São Paulo, não havia esse destaque desta população, devido ao grande número de imigrantes europeus, conforme revela Brookshaw (1983, p. 81):

Os escritores do Sul do Brasil voltaram-se para o tema do negro apenas esporadicamente, sendo mais atraídos pelo mito amazônico ou pelo papel do índio e do mameluco nas “bandeiras” de São Paulo colonial. Por isso, Raul Bopp, poeta de origem teuto-suíça, é mais conhecido pelo seu poema primitivista *Cobra Norato* (1931), baseado no mito ameríndio, relativamente pouco conhecido por sua solitária coleção de poemas intitulada *Urucungo* (1933), inspirados no tema do negro. *Urucungo* cai na esfera da influência da “*art nègre*”. O negro não é evocado como brasileiro, ou como um contribuidor para a cultura brasileira, e sim como uma figura nostálgica para uma África que parece representar seu próprio subconsciente.

Menotti Del Picchia também colaborou com o aspecto não europeu quando escreveu o poema *Juca Mulato*, em 1918 que, apesar de antecipar o Modernismo, foi considerado parte dele, pois possuía algumas características naturalistas, em essência no que se diz respeito à sensualidade presente nos versos. Segundo Brookshaw (1983), tanto os modernistas do Sudeste quanto os do Nordeste, não buscavam no indígena e no negro a virtude cristã, porém sempre o sensual, o exótico, ou seja, uma cultura que se opunha à europeia.

No movimento nordestino, destacam-se as pinturas de Cícero Dias, Manuel Bandeira e Luís Jardim. Na prosa, José Lins do Rego, José Américo de Almeida, com o romance *A Bagaceira*, Luís Jardim (contista), e Cícero Dias, com seu romance autobiográfico *Jundiá*. A poesia é representada por Jorge de Lima e Ascenso Ferreira. E assim é detalhado o grupo do Nordeste por Castello, com sua renovação entre 1923 e 1930, numa tentativa de caracterização histórico-social da região e de crítica literária.

Nesse movimento regionalista, além dos aspectos artísticos elencados, houve uma produção de artigos e crônicas de José Lins do Rego, que representava a tendência para uma conciliação do regionalismo com o Modernismo nascente na Semana de Arte Moderna. Essa posição era característica da renovação intelectual que se operou a partir dos anos de 1923, no Nordeste brasileiro. O escritor, no período dessas produções, residiu em Recife, depois Paraíba e Maceió.

Para Castello (1961), o Movimento Regionalista teve sua fase heroica entre 1923 e 1930, momento de sua origem que, segundo o autor, foi independente da Semana de Arte Moderna. O Movimento foi responsável por um novo brasileirismo, tendo suas forças e contatos próprios com a Europa e com os Estados Unidos via Gilberto Freyre. (Castello, 1961).

Mas, de qualquer maneira, é importante salientar que, para Castello, o Modernismo Brasileiro possuiu dois aspectos muito importantes, a Semana de Arte Moderna, que representou o eixo Rio-São Paulo, e o Modernismo Regionalista, com origem em Recife e que se espalhou pelo Nordeste. Entretanto, para Bueno e Lafetá, essa discussão vai além das regiões.

Bueno (2015) aponta sobre a tendência dominante de se considerar o movimento de 30 como um desdobramento de 22, pois os teóricos, geralmente, descrevem o romance daquela década como a segunda fase da expressão literária gestada na Semana de Arte Moderna. Lafetá propõe em seu livro *1930: A Crítica e o Modernismo*, que na fase heroica do Modernismo houve o predomínio do projeto estético, na qual se discute a linguagem. Já na segunda fase, período de 30, o predomínio é do projeto ideológico, “isto é, discute-se a função da literatura, o papel do escritor, as ligações da ideologia com a arte.” (LAFETÁ, 2000, p. 28).

Bueno (2015, p. 58) tem a mesma percepção de Lafetá, pois acredita que não é fácil ignorar que os autores da Semana de Arte Moderna tiveram uma preocupação estética, enquanto os autores de 30 focalizaram nos aspectos ideológicos.

Os dois momentos também trataram a “língua brasileira” de forma diferente, por exemplo, José Lins do Rego desejou e aplicou uma linguagem mais “natural” em seus romances, já Mário de Andrade apresentou uma linguagem com invenções, privilegiando “o ritmo, o léxico e a sintaxe coloquial”. (BOSI, 1994, p. 354). Ao que Lúcia Miguel Pereira, trinta anos depois da Semana de Arte Moderna, escreveu sobre o evento e a sua influência em relação à língua literária utilizada na geração de 30, conforme se registra em Pereira (1952, p. 175-176 *apud* BUENO, 2015, p. 64):

A linguagem coloquial largamente empregada depois do ensaio, na crônica, no romance e até na poesia, sem prejuízo da beleza e da emoção artística, teria sido, senão impossível, pelo menos muito mais difícil e timidamente adotada, sem a varredura efetuada em 1922, sem a ruptura violenta com os literatos farfalhantes ou solenes da geração anterior. Como, sem solução de continuidade, sem mudança do ambiente intelectual, se poderia, de repente, começar a escrever de modo totalmente oposto?

Ou seja, a forma natural da escrita de José Lins do Rego e de outros autores dos anos 30 ocorreu graças ao movimento de 22. Entretanto, Bueno destaca que, apesar de Pereira apontar esse impacto linguístico de 22 para 30, ela não afirma que há uma continuidade nestes 8 anos, mas sim que existe uma grande implicação do Modernismo sobre os aspectos gerais da literatura brasileira.

Desta forma, a primeira fase é tratada como a revolução da linguagem e, a segunda, pela incorporação da crítica e problematização da realidade social, ou seja, o Modernismo de 22 será responsável pela inovação da linguagem, como uma espécie de preparo para a linguagem presente no movimento de 30. Todavia, esta fase do Modernismo, segundo Salla (2015), está mais atrelada ao aspecto ideológico do que ao estético, por causa do destaque de aspectos sociais.

Para ajudar no entendimento sobre o movimento de 22 e a geração de 30, Bueno propõe um tratamento para cada período. O primeiro será considerado utópico e o segundo pós-utópico. O Modernismo de 22 deixou como legado ao movimento de 30 o retrato da realidade brasileira nas obras e também a utilização da língua coloquial. No entanto, no que se refere ao aspecto estético os movimentos se distanciam, já que o primeiro prioriza a poesia, enquanto o segundo, a ficção.

O Modernismo de 22 enxergava o Brasil como um país novo, e vislumbrava-se uma modernização; no movimento de 30, apresenta-se uma certa frustração e um reconhecimento de um subdesenvolvimento, distanciando a nação brasileira dos países industrializados. Assim se observa a necessidade da mudança nas estruturas sociais: “A arte de 30 não poderá, portanto, abraçar qualquer projeto utópico e se colocará como algo muito diverso do que os modernistas haviam levado a cabo. É nesse sentido que se pode dizer que o romance de 30 vai se constituir numa arte pós-utópica.” (BUENO, 2015, p. 68).

Isso é perceptível na produção romanesca, que não apresenta um futuro ou mudança positiva para o país através da modernização. Essa possibilidade de transformação não existe nas obras de Graciliano Ramos, de Jorge Amado, Raquel de Queirós, José Lins do Rego etc. “O que salta à vista é o horror da hora presente, que precisa ser superado de alguma forma.” (BUENO, 2015, p. 73). Esse aspecto é uma constante nas obras escritas em 30. Desta forma, Bueno afirma que o tempo da utopia não poderia acontecer neste movimento, já que somente o modernismo de 22 possuía a visão de um futuro utópico.

#### 4.2.2 Regionalismo, Tradicionalismo e Modernismo

Para Castello, a fase heroica do movimento regionalista e tradicionalista está ligada às atitudes e sugestões de Freyre junto ao pensamento de José Lins do Rego. O romancista coloca-se como defensor do movimento regionalista tradicionalista, assim o considera como independente do Modernismo do eixo Rio-São Paulo. Inclusive, pouco depois da Semana de Arte Moderna, e até mesmo antes dos primeiros romances de José Lins do Rego, o escritor paraibano mostra uma postura muito crítica em relação ao evento.

Castello (1961) cita como exemplo uma resposta de José Lins do Rego ao artigo de Sérgio Milliet sobre o romance moderno. Na ocasião, José Lins escreve que Milliet valoriza “uma chamada Semana de Arte Moderna”, depreciando claramente o movimento de 22. Além disso, segue escrevendo que o evento foi realizado por “meia dúzias de rapazes lidos em francês e inteligentes”. Por fim, opõe-se à Milliet ao elencar os escritores que integravam o grupo de Recife, escrevendo em nome de seu grupo que não se reconhecia a Semana de Arte Moderna como representante e centralizadora de um movimento nacional.

Lins defende que, em 1923, Gilberto Freyre colocou-se contra a Semana de Arte Moderna, não só para acatar a geração que representava o passado, mas também para reconhecer que a Semana foi fruto do capricho de Oswald de Andrade, “para divertir seus ócios de milionário.” (CASTELLO, 1961, p. 98).

Diante dessa depreciação da Semana de Arte Moderna (Rio-São Paulo), José Lins do Rego insere Recife, com Gilberto Freyre à frente do Modernismo, a partir de 1923. Lins afirma que esse Modernismo nascido em Recife apresentou aspectos importantes e fundamentados para a poesia modernista, usando como exemplo o poema de Manuel Bandeira “Evocação do Recife”, escrito para um jornal da capital pernambucana. Além de Manuel Bandeira, citado por Lins do Rego, há mais dois poetas muito importantes para o Regionalismo Nordestino: Jorge de Lima e Ascenso Ferreira. Ambos destacavam as manifestações religiosas da população negra. Muitas vezes transmitindo a sensualidade no ritmo presente no poema. E em relação à abordagem do tema, assemelhavam-se aos romances de Lins do Rego, pois expunham os negros como escravizados e representavam as mulheres de forma objetificada.

Jorge de Lima era mestiço claro; por ser intelectual e rico, vivia no mundo dos brancos. Segundo Brookshaw (1983), Jorge de Lima, na década de 30, escrevia poemas com temas raciais a favor dos negros, não por reconhecer sua ascendência, mas provavelmente porque regionalistas nordestinos brancos escreviam sobre essa população, como Jorge Amado e José Lins do Rego.

Porém, em se tratando da produção romanesca nordestina, Lins do Rego, em sua defesa, faz críticas ao romance *Macunaíma*, de Mário de Andrade, chamando a atenção em relação à linguagem utilizada, bem como ao protagonista, que para o escritor paraibano “se apresenta um herói tão artificial quanto o Peri de Alencar.” (CASTELLO, 1961, p. 99). José Lins ainda acrescenta que *Macunaíma* só se salva devido à poética de Mário de Andrade. Esse injusto parecer, segundo Castello, mostra-se como resposta à opinião lançada por Milliet, que julgava *Macunaíma* como um modelo de prosa e considerava que o romance nordestino pereceria com o tempo.

José Lins defendeu o romance nordestino em muitos momentos, inclusive num artigo chamado “Gordos e Magros”, publicado em 1942, no livro *Ensaio*, no qual escreve: “É o vigor, é a saúde que vem da terra, das entranhas da terra, da alma do povo”. (REGO, 1942, p. 49).

Passados alguns anos, já na maturidade de sua carreira, José Lins reconsidera a importância da Semana de Arte Moderna como um evento necessário para a calma literária e artística de então.

#### 4.2.3 Congresso Regionalista

Gilberto Freyre e Odilon Nestor foram os responsáveis pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, com objetivos definidos no “Manifesto Regionalista de 1926”. Segundo Castello (1961), tais objetivos não eram de desmembramento da cultura brasileira, ou seja, não se pretendeu valorizar a cultura nordestina em contraposição ao restante do Brasil, pelo contrário, a proposta era juntar outros regionalismos para agregar aos do Nordeste. Buscava-se um sentido de união brasileira, mostrando que as regiões são mais importantes do que os estados, encorajando os brasileiros a se despirem da tradição europeia e da visão colonial.

A intenção era uma “articulação inter-regional” para uma unidade nacional. Mas, ao mesmo tempo, havia no “Manifesto de 26” uma valorização da herança cultural do Nordeste, pois Gilberto Freyre apontava neste escrito que a economia da cana-de-açúcar e, por conseguinte, a aristocracia rural, produziam reações nativistas, assim fazendo parte até mesmo das criações artísticas.

Para Brookshaw (1983), o Manifesto Regionalista era a resposta e a reação contra os Modernistas de São Paulo, porém, ao mesmo tempo assemelhava-se aos ideais dos “antropofagistas” paulistas, pois igualmente propunha o resgate da cultura popular brasileira: “[...] no Nordeste, quem se aproxima do povo desce a raízes e a fontes de vida, de cultura e de

arte regionais. Quem se chega ao povo está entre mestres e se torna aprendiz, por mais bacharel em arte que seja [...]” (FREYRE, 1926, p. 68-69 *apud* BROOKSHAW, 1983, p. 103). Por outro lado, Brookshaw aponta uma parte do Manifesto que defende o tradicionalismo e regionalismo brasileiros que correm risco de desaparecerem pela “onda do mau cosmopolitismo e do falso modernismo”. (BROOKSHAW, 1983, p. 103).

O Congresso ocorreu em fevereiro de 1926 e os participantes do evento foram os membros do Centro Regionalista, além de outros escritores, cientistas, políticos, administradores e agricultores. Houve participações indiretas através de envios de trabalhos ou de mensagens de solidariedade como as de Manuel Bandeira, João Ribeiro, o americano Butler Simkins, o francês Regis de Beaulieu, etc. Ocorreram participações presenciais de Amaury Medeiros, Ulysses Pernambucano, Luís Cedro, Pedro Paranhos, Leite Oiticica, Ascenso Ferreira além de Gilberto Freyre.

Havia uma comissão indicada pelo Congresso responsável pela culinária nordestina. Falou-se no evento da importância dos animais, plantas e árvores da região. Além disso, Gilberto Freyre colocou o fato dos meninos do Nordeste possuírem um carneirinho manso como transporte. Esse evento não só valorizava a literatura elaborada naquele período, mas também, a arte popular, as ações e fatos do passado, a arquitetura doméstica e de igreja (FREYRE, 1987a).

#### 4.2.4 Congresso Afro-Brasileiro

Ao analisar o Congresso Regionalista, observa-se que o tradicionalismo de Freyre está presente, sobretudo, na defesa e na avaliação positiva do sistema patriarcal, principalmente no que diz respeito à relação senhor e escravo, tida como benéfica em sua obra *Casa-grande & senzala* (1933). Os ideais defendidos nessa obra foram amplamente discutidos no Congresso Afro-Brasileiro, em 1934, ocorrido entre os dias 11 e 16 de novembro, na cidade do Recife. Foi organizado por ele e pelo psiquiatra Ulisses Pernambucano. Participaram do encontro intelectuais e artistas como Di Cavalcanti, Cícero Dias, Ernani Braga, Mário de Andrade, Jorge Amado, Roquete Pinto, José Lins do Rego e outros, além de pessoas que faziam parte da comunidade negra, como estudantes, cozinheiras, intérpretes do maracatu e babalorixás.

O encontro foi pouco divulgado e estudado, segundo Skolaude (2014). Primeiro, porque os movimentos negros das décadas de 40 e 50 não o reconheceram como fato importante para a luta a favor da população negra do Brasil. Segundo, no período do encontro, ao parecer do

articulista, parte da imprensa nacional considerou a atitude de Freyre e de seu grupo como comunista, por juntar acadêmicos e não acadêmicos no mesmo espaço. Entretanto, no Congresso, “os temas discutidos concentravam-se especialmente em folclore, história da escravidão, e apenas de leve abordavam problemas sociais contemporâneos.” (BROOKSHAW, 1983, p. 104). E segundo Levine (1973), os congressistas estavam mais interessados em degustar as especialidades afro-brasileiras oferecidas no evento, do que em debater a situação social da população negra. Segundo Skolaude (2014), o cardápio da noite de 14 de novembro foi acarajé, inhame com mel, farinha de mandioca, beiju e cocada.

O resultado do encontro foram os anais divididos em dois volumes: “Estudos Afro-Brasileiros”, publicado em 1935; “Novos Estudos Afro-Brasileiros”, publicado em 1937. Skolaude afirma que houve reedição dos dois volumes em 1988, pela fundação Joaquim Nabuco.

#### 4.2.5 Conferências nos Estados Unidos

Gilberto Freyre apresentou uma série de conferências nos Estados Unidos em 1944, e esse material foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1947, com introdução e tradução de Olívio Montenegro (CASTELLO, 1961). Essas conferências e o livro foram pensados para o público estrangeiro. Ao mesmo tempo foi uma tentativa de apresentar o programa inaugurado por *Casa-grande & senzala* e suas propostas interpretativas do “mundo português”, constantes no livro *O mundo que o português criou*, de 1940. Em 2001, foi feita uma nova edição organizada pelo antropólogo Omar Ribeiro Thomaz.

O sociólogo pretendia apresentar nas conferências a literatura modernista e a identidade do Brasil. Desta forma, Freyre utilizou-se dos aspectos sociais, abordando a mestiçagem brasileira, a escravidão e a relação harmônica entre senhores e escravos, o racismo e a democracia racial.

Para os estudos da Literatura Modernista no Brasil, Freyre partiu das manifestações de arte e literatura coloniais como influentes no fazer literário moderno brasileiro. Usou de exemplo Aleijadinho, como representante da revolta do brasileiro mestiço contra a dominação europeia, além disso, parecia anteciper o fazer artístico de um Portinari ou de um Cícero Dias. Explanou sobre Gregório de Matos, como sendo um artista que apresentava aspectos sociais em sua obra. Também os artistas e escritores modernos, como Jorge Amado e José Lins do Rego foram assunto de sua apresentação.



Graça Aranha e Euclides da Cunha foram lembrados como precursores do romance moderno brasileiro. Em suas conferências, Freyre insistiu no papel independente do Modernismo Nordestino em relação ao de São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, acreditava que o movimento do Nordeste havia trazido aspectos mais nacionalistas do que o movimento encabeçado pela Semana de Arte Moderna, em São Paulo (CASTELLO, 1961). Gilberto Freyre acrescentou em suas explicações que o Brasil devia juntar seu passado colonial europeu com as formas brasileiras de viver, por exemplo, a culinária, a arquitetura, a decoração. Misturar os aspectos europeus aos valores tradicionais judeus, asiáticos e africanos. Desta forma, opondo-se à visão europeizante dos abastados do fim do século XIX e início do XX, para não reduzir o Brasil a uma província cultural europeia ou estadunidense. (FREYRE, 2001).

Na introdução de *Interpretação do Brasil*, Thomaz (2001) traz uma reflexão sobre o Brasil analisado por Gilberto Freyre, um Brasil que buscava uma “identidade nacional”, fato que ocorria desde o movimento do Romantismo. Mas o que se pensava como nacional tinha como base os ideais estrangeiros, assim, o século XX inicia-se projetando um progresso aliado à imigração europeia, por sua vez, com o branqueamento progressivo da população brasileira, aliada às altas taxas de morte das populações negras e pardas.

Ainda segundo o organizador de *Interpretação do Brasil*, retoma-se a importância da atração do homem português pelas mulheres morenas, negras, mulatas e indígenas. Desta forma, a assimilação do homem lusitano com o Brasil deu-se não no plano jurídico, administrativo ou político, mas sim, no plano sexual. Entretanto, esta visão foi mais explorada em *Casa-grande & senzala* do que em *Interpretação do Brasil*.

De qualquer forma, Freyre apresentou uma visão colorida do envolvimento sexual do homem branco com as mulheres negras e indígenas. Ele romantiza o contato dos portugueses com os povos colonizados, principalmente sua aproximação com as mulheres. Segundo o sociólogo, o passado português influenciou muito as relações entre homens portugueses e mulheres não brancas, pois os portugueses, desde muito tempo, eram inspirados pelas histórias da Moura encantada. Dessa forma, essa mulher era o símbolo de beleza feminina para os lusitanos, principalmente para aqueles sem instrução formal, que era o caso dos que aportaram em terras brasileiras no período do Brasil colonial, como registrado em Freyre (2001, p. 84):

Místicos e poéticos, cheios de idealizações em torno do seu passado[...] os portugueses romantizaram alguns de seus bosques e das suas fontes envolvendo-os em fascinantes lendas de princesas mouras. [...]. E em todas as histórias e lendas sempre a moça morena, moura ou mourisca, é olhada como

o supremo tipo de beleza e de atração sexual; e os mouros considerados superiores e não inferiores aos portugueses puramente brancos.

Tais lendas ainda subsistem entre a gente rústica de Portugal, que, em sua maioria, não sabe ler. As crianças portuguesas de todas as classes em geral crescem sob a fascinação dessas lendas e desses mitos não europeus ou não arianos.

Para Freyre, os mouros foram responsáveis pelo comportamento dos portugueses em aceitarem a concubinação ou a poligamia. E por sua vez esse comportamento se refletia nas relações entre o senhor da casa-grande e os escravizados que, segundo o escritor, era amigável, como se os escravos “fossem agregados ou pessoas da família do que escravos.” (FREYRE, 2001, p. 86). Este aspecto está em discussão nesta tese.

Na mesma esteira das relações sexuais entre homens europeus com mulheres indígenas e negras, nas conferências apresentadas em *Interpretação do Brasil*, Freyre fez elogios à mestiçagem, inclusive declarou que os primeiros donos de terra no Brasil eram brancos, mas as próximas gerações proprietárias eram as dos filhos dos homens brancos com mulheres indígenas, esses eram os bandeirantes, paulistas e cearenses. Entretanto, Freyre (2001, p. 116) destaca determinadas misturas como mais felizes:

Às vezes, segundo o professor Hooton, acontece saírem da teia dessas combinações tipos novos e aparentemente estáveis. O exemplo dos paulistas parece comprová-lo: os paulistas considerados como resultado do cruzamento de espanhóis, portugueses, e em pequena extensão, de negros, com ameríndios. Dão eles a impressão de se terem desenvolvido em um novo e estável tipo de homem ou de “raça” notável pelo seu vigor, a sua resistência, a sua capacidade de luta e pelas suas qualidades ou suas virtudes de pioneiro.

Esses mestiços paulistas possuem sangue europeu em grande quantidade e uma pequena influência de negros ou indígenas. Ou seja, o sociólogo defendia a valorização do homem europeu branco. Nestes escritos fica explícita a visão positiva do autor em relação ao branqueamento. Seguindo a mesma defesa do branqueamento, de forma velada, Freyre, romanceia a mestiçagem através de relacionamentos de senhores brancos de escravos com belas mulheres negras mamôetanas, como Jacinta<sup>13</sup>, conforme Freyre (2001, p. 195):

---

<sup>13</sup> Mulher de ascendência negra que se casou com homem branco de família abastada, citada em arquivos, segundo Freyre, pesquisados por ele. A informação consta em FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Tradução: Olívio Montenegro. Org. Omar Ribeiro Thomaz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 195.

Os negros estão agora desaparecendo rapidamente do Brasil, fundindo-se com os brancos. Em algumas regiões a tendência, ao que parece, é para a estabilização dos mestiços em um novo tipo étnico, semelhante ao da Polinésia. [...] outras Jacintas tem havido nas origens ou na história das famílias aristocráticas do Brasil. São raras mas têm existido.

Freyre propõe uma assimilação das culturas africanas e indígenas à cultura europeia. Ao fazer esse tipo de análise, o sociólogo acaba apresentando uma visão de maior valorização da cultura europeia, tratando as demais como subculturas, como se apresenta em Freyre (2001, p. 228):

O Brasil tem que encarar ainda o problema de assimilação de certas tribos ameríndias e também daqueles pequenos grupos de descendentes de negros cuja cultura conserva-se ainda predominantemente africana. Embora existam brasileiros com preconceitos europeus de raça, que consideram desgraça afastarmo-nos de qualquer modo dos padrões de moral, de costumes e jurídicos consagrados pela Europa ou pela Igreja, a tendência geral, entre os espíritos mais esclarecidos do Brasil, é no sentido de mantermos em relação a tais africanos, tanto como em relação aos ameríndios, uma política de lenta e inteligente assimilação, de maneira que o grupo assimilador possa incorporar à sua cultura valores de interesse geral ou de importância artística que se encontrem vivos entre subgrupos ou subculturas profundamente diferenciados da europeia.

A proposta de assimilação dos indígenas e negros à cultura europeia parece ser uma maneira de acabar com a cultura dos primeiros povos, uma proposta de embranquecimento através da mestiçagem. Este aspecto vai ao contrário do estudo de Moura (2021, p. 116) que mostra que o embranquecimento se daria através da morte da população negra:

*O branqueamento* da população brasileira, portanto, não se processa através de casamentos interétnicos, como apregoam os que difundem o mito da *democracia racial*. Pelo contrário. Ele surge exatamente do fato de os negros e mulatos pauperizados ficarem praticamente confinados à faixa da marginalidade, do subemprego e da miséria, o que acarreta, como consequência, altos níveis de mortalidade. Não é, portanto, um branqueamento feito através da miscigenação, mas da morte.

O sociólogo pernambucano, ao contrário, faz várias observações à mestiçagem brasileira e, principalmente, escreve elogios sobre esta visão, como se observa em Freyre (2001, p. 200):

No Brasil e não nos países mais “arianos” da América Latina é onde hoje se encontra o grupo mais fortemente criador de jovens arquitetos, de jovens pintores e de jovens compositores da América do Sul, se não de todo o continente americano; e ainda no Brasil mestiço é que se encontra o grupo mais criador de médicos e de cientistas dados ao estudo das doenças chamadas tropicais e dos problemas de saúde e de higiene peculiares às zonas tropicais.

Freyre traz uma abordagem positiva da miscigenação, que segundo ele resulta em grandes artistas, arquitetos, além de médicos e cientistas, e acrescenta: “Dos novos chefes republicanos grande número eram mestiços, homens de origem humilde e de modo nenhum aristocrática.” (FREYRE, 2001, p. 203). Ainda cita mais dois nomes: “brasileiros negróides notáveis pela ambição de alcançar o poder pelo valor intelectual e pelas qualidades pessoais de sedução – homens como Francisco Glicério e Nilo Peçanha;” (FREYRE, 2001, p. 205). O primeiro citado foi um político negro, filho de uma mulher escravizada; já o segundo, mais conhecido, foi o único presidente negro do Brasil.

Peçanha assumiu o lugar de Afonso Pena, que faleceu em 1909. Nilo Peçanha governou entre junho de 1909 a novembro de 1910. Outro ponto a levantar é que Freyre, mesmo exaltando a mestiçagem, usou um vocabulário pejorativo quando se referiu às pessoas com características mais africanas, assim as chamando de “brasileiros negróides”.

Além do uso de vocabulário pejorativo contra a população negra, Freyre (2001) tratou a extinta escravidão de forma amenizada em suas conferências e em sua obra. O sociólogo insiste, em *Interpretação do Brasil*, sobre a leveza da escravidão no país, inclusive utiliza estudiosos estrangeiros para comprovar suas afirmações, como o inglês A. R. Wallace, cientista e abolicionista do século XIX, entusiasta de que os escravos brasileiros eram bem tratados e felizes como crianças. (FREYRE, 2001).

O sociólogo pernambucano também utilizou um estudo que previa férias aos escravizados negros no Brasil, suavizando ainda mais as barbáries cometidas contra um povo, conforme se aponta em Freyre (2001, p. 124):

Uma investigação ou inquérito sobre as condições de trabalho nas plantações do Brasil realizado por uma comissão parlamentar britânica – uma comissão ansiosa por descobrir abusos -apurou, entre 1847-48, que as leis que no Brasil regulavam o tratamento de escravos eram benignas: previam férias para os negros -férias que iam até trinta dias no ano; dava-se-lhes também o direito de realizar as suas festas e ganhar dinheiro para se libertarem eles mesmos, ou conseguirem a sua alforria.

Freyre defendia em suas conferências que os negros escravizados no Brasil tinham vida mais digna do que a dos trabalhadores europeus, os quais ele classificava como miseráveis e não recebiam o nome de escravos, entretanto, viviam numa situação de servidão. (FREYRE, 2001).

Somando-se a esse olhar colorido sobre a escravidão, Freyre apresentava as relações entre proprietários de terra e escravos de forma harmônica. Essas relações fortaleceram, segundo o sociólogo, as relações raciais. Assim, em seus escritos, sugeria-se que muitas pessoas mestiças possuíam oportunidade de se estabelecer economicamente, só bastava quererem, como se confere em Freyre (2001, p. 128):

Não se deve esquecer contudo que nem o sistema de plantação nem o sistema monárquico implicaram jamais, no Brasil, rígidas gradações sociais; e sempre foi possível a homem de excepcional talento, por inferior que fosse a sua origem social, erguer-se às mais altas posições no sistema monárquico e aristocrático brasileiro. E era comum, entre os senhores de engenho, educar os filhos mulatos, ou ilegítimos desde que mostrassem talento e gosto para as letras.

Sobre a existência de racismo no Brasil, Freyre suaviza-o, comparando à situação nacional com a dos Estados Unidos. Aponta ainda que, no sul daquele país, as relações entre negros e brancos são muito mais distantes, já que os latifundiários priorizam a pureza da raça. Já no Brasil, poderia existir preconceitos raciais em alguns locais, como por exemplo, na “monocultura latifundiária”, entretanto, o afastamento social entre negros e brancos era normal, tal como entre homens e mulheres, senhores e escravos, jovens e idosos etc. (FREYRE, 2001).

Freyre acreditava na existência do lado “bom” da escravidão, pois ele escreveu que muitos estudiosos só apontavam os aspectos negativos desse sistema, como o fato de pessoas brancas serem individualistas e indolentes, pois recusavam-se a desenvolver o trabalho manual. Por outro lado, o sociólogo aponta os benefícios do sistema, como o enriquecimento da cultura brasileira pelo contato de meninos brancos com os meninos negros e também com as contadoras de histórias, geralmente idosas negras, chamadas por Freyre de “pretas velhas”.

O sociólogo também discorre que graças ao sistema escravista muitos intelectuais gozaram do ócio e assim puderam produzir mais obras intelectuais e principalmente desenvolver a democracia. Outros, ainda, graças à democracia, puderam estudar as teorias raciais que impunham a superioridade e a inferioridade biológicas. Além disso, homens, frutos do sistema patriarcal, foram beneficiados através da possibilidade de desenvolverem suas ciências, artes e literatura, como Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, José Lins do Rego e Cícero

Dias, que “foram produtos do velho sistema agrário-patriarcal do Brasil.” (FREYRE, 2001, p. 150). O sociólogo tratou esse sistema escravista e patriarcal como algo benéfico, contrapondo às relações de trabalho que já começavam a nascer nas fábricas e considerado como distanciador de empregador e empregado.

Junto a esta visão positiva da escravidão, Freyre justifica a “necessidade” deste regime no Brasil, utilizando estereótipos antigos de que os indígenas não se acostumaram ao trabalho com a terra. E de que o negro africano, além de se adaptar ao clima no Brasil, sentia-se feliz na nova morada, como se observa em Freyre (2001, p. 191):

Os índios brasileiros eram de hábitos e gostos nômades. Vida sedentária, rotina agrícola trabalho monótono da terra significavam a morte para eles. Isso explica por que os negros da África foram importados em tão grande número para a América Portuguesa, e por que os seus descendentes representam hoje um elemento de tanta importância na composição étnica e na estrutura social do Brasil.

[...]

Mas Henry Bates, cientista britânico que passou muitos anos no Brasil durante o meado do século XIX, chegou à conclusão de que o negro era mais feliz na América tropical do que o índio. Bates notou “a aversão constitucional ao calor” por parte do índio, em contraste com a adaptação perfeita do negro.

Além da suavização da escravidão, Freyre (2001, p. 171) emprega em sua obra a falácia da democracia racial, como se verifica a seguir:

Alguns deles chegaram ao poder puramente pelo esforço ou valor próprio, sendo homens de origem humilde e obscura.

Pelo menos dois deles – Rebouças e Saldanha Marinho – foram quase pretos, descendentes de africanos, de escravos; e vários foram mulatos, e como aqueles, também descendentes de escravos. [...] Foi notável o Império brasileiro por sua tendência para uma verdadeira democracia social e étnica: não somente uma remota tradição brasileira, mas também uma tradição portuguesa.

Esta expressão “Alguns deles” denota homens negros, personalidades de destaque do período imperial, e este realce acaba por ser justificado pela atmosfera brasileira, classificada por Freyre como tendente à democracia racial. Segundo ele, a democracia racial e social é herança das tradições antigas brasileira e portuguesa. Provavelmente, referiu-se ao passado do Brasil escravista, com a relação senhor de escravo e escravos, considerada pelo autor amistosa e harmoniosa. Já o passado português está ligado à mestiçagem, entre portugueses e mouros.

Freyre argumenta que nenhuma raça, aqui no Brasil, destaca-se no poder: “No Brasil, nenhuma minoria ou maioria étnica exerce de fato domínio cultural e social absoluto, sistemático e constante, sobre os elementos política e economicamente menos ativos ou menos numerosos da população.” (FREYRE, 2001, p. 234-235). Pode-se considerar tal afirmação equivocada, já que a maioria de quem esteve ou está em posição de comando é branca. Ainda acrescenta Freyre (2001, p. 235):

É possível que entre reduzido número de brancos se note o desejo de dominar os muitos homens de cor da comunidade brasileira. Mas esse reduzido número é muito desarticulado para formar uma aristocracia étnica ou cultural que tenha decidida influência sobre a política cultural do Brasil na esfera nacional;

É sabido e explícito em nossa história de que sempre a aristocracia foi instaurada, comandada e legitimada por homens brancos. Na atualidade, os poderes político e econômico ainda se concentram nas mãos dos mesmos perfis brasileiros.

Em quase toda sua obra *Interpretação do Brasil*, Freyre (2001, p. 277-278) defende que o Brasil é o exemplo de sociedade mestiça, onde todos vivem em harmonia, e que várias personalidades de destaque são mestiças:

Tão fortes são as provas de capacidade para construir uma nova e original civilização na América, já dadas pelos brasileiros das origens étnicas mais diversas, que os jovens do Brasil, observando a verdade como lhes é revelada por historiadores, antropologistas e sociólogos que deixaram de ser subeuropeus (*sic*) nas suas opiniões e tornaram-se americanos no melhor sentido da palavra, se mostram hoje orgulhosos dos seus heróis mestiços, dos seus compositores mestiços, dos seus estadistas mestiços, dos seus escritores, seus artistas, seus industriais, seus inventores, seus homens de ciência e seus administradores mestiços. E poderiam recordar aos puristas raciais argentinos que um grande estadista argentino do século XIX foi mulato, e que o famoso escritor argentino Manuel Ugarte é também mulato.

O sociólogo afirmava que muitos jovens brasileiros se opunham aos preconceitos raciais e já não aderiam às teorias raciais chegadas ao Brasil em 1870. Pelo contrário, até mesmo o integralismo brasileiro, influenciado pelas doutrinas nazista e fascista, “não levantou oficialmente a voz a favor de nenhum preconceito de raça;” (FREYRE, 2001, p. 279). Ele também criticava as propostas de alguns estudiosos para resolver os problemas sociais e econômicos do Brasil, assim como se observa em Freyre (2001, p. 253):

As regiões em que a escravidão foi durante séculos o sistema dominante de organização social podem comparar-se àquelas que sofreram as devastações de grandes e sucessivas guerras: elas pedem recuperação social e não a simplista substituição da população mestiça por “arianos” desejada por alguns.

Apesar das críticas contra as teorias raciais, o estudioso sugere uma solução com base no arianismo, para a formação da sociedade brasileira, a de se trazer mulheres europeias para casarem-se com industriais brasileiros como descrito em Freyre (2001, p. 259):

O elemento básico de tais “exércitos industriais” seria formado por jovens brasileiros. E logo que prosperassem viriam a eles se reunir colonos europeus. Um certo número de moças europeias teriam que ser incorporadas para se casarem com os jovens brasileiros dos “exércitos industriais”, que, bem sucedidos e prósperos, prefeririam, talvez, para esposas, mulheres louras. [...] Parece-me coisa para lamentar que o plano de Veloso de Oliveira nunca tivesse sido posto em prática. Provavelmente teria esse plano resolvido alguns dos problemas relacionados com a colonização europeia do Brasil, especialmente o da disposição ou redistribuição democrática das terras públicas ou feudais.

O que se observa é que em suas conferências existiam uma forte propaganda do Brasil. Um país, apresentado por Freyre como um exemplo a ser seguido, principalmente no que diz respeito às relações étnico-raciais, que se fortaleceu, segundo o sociólogo, por meio de sua construção histórica. E isto ele tenta provar através dos elogios ao passado escravista e às misturas de raças presentes na nação. Desta forma, tenta também valorizar as produções artísticas e literárias de seu país.

Freyre finaliza sua reflexão defendendo o Modernismo Nordeste como um evento não só nacionalista, mas também universalista, e para fundamentar sua afirmação cita as obras de José Lins do Rego, Cícero Dias, Luís Jardim, Álvaro Lins, Jorge de Lima, Aurélio Buarque, Olívio Montenegro entre outros artistas e escritores nordestinos. Outrossim, elenca os nomes do Modernismo do Sudeste: Mário de Andrade, Graça Aranha, Alcântara Machado, Oswald de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. E por fim afirma que, tanto o Movimento Nordeste quanto o Movimento do Sudeste Brasileiro, contribuíram com a boa criação cultural daquele momento.

#### 4.2.6 Posição Modernista e Regionalista na Obra de José Lins do Rego

Castello (1961) apresenta a obra de José Lins do Rego atrelada à sua biografia, pois o romancista foi criado pelos avós e tios maternos, sofria de asma e teve uma vida sexual



precoce. Para o crítico, esse aspecto poderia colocar Lins do Rego não só na Literatura Regionalista, mas também na universalista. Além disso, algumas obras apresentam traços memorialistas, como *Meus Verdes Anos* e *Menino de Engenho*. A biografia de José Lins do Rego junta-se à visão de mundo de Gilberto Freyre, e isso é perceptível na elaboração de seus romances, pois Lins aborda o esplendor do engenho e sua decadência com a chegada da usina, ou seja, traça a mudança da estrutura latifundiária e patriarcal nordestina, assuntos recorrentes na obra de Freyre.

Em prefácio do livro *Meus Verdes Anos*, Lins do Rego relata que as meninas negras atiçavam seu desejo sexual: “E mais ainda as reclusões forçadas com as negrotas a me aguçarem desejos e concupiscências.” (REGO, 1956 *apud* CASTELLO, 1961, p. 73). É um depoimento que explica grande parte do tratamento recebido e representado em suas personagens negras, sobretudo, as femininas. O autor empresta sua cosmovisão ao narrador de seus romances, Carlos de Melo, que narra sua infância em *Menino de Engenho*, a pré-adolescente em *Doidinho*, e a fase adulta, em *Banguê*. Sempre as mulheres negras são vistas como objetos, seres libidinosos e provocativos.

As personagens negras também são representadas como expressões da escravidão. Em *Menino de Engenho* e *Banguê*, essas mulheres negras trabalham sem remuneração, sempre há menção sobre isso, como se verá no subcapítulo “Personagens Femininas na Obra de José Lins do Rego”. As mulheres negras mais velhas, às vezes, são homenageadas, como ocorre com a Velha Totonha, referida em *Menino de Engenho* como uma exímia contadora de história. Há também a respeitada vovó Galdina, e as mulheres da cozinha: Maria Gorda e Romana. Essas pessoas, e também personagens do romance de Lins do Rego, viraram matéria para seu artigo “Gregos e Troianos”, publicado no livro *Ensaio*, no ano de 1957. Pessoas de sua família também viraram personagens, principalmente o avô José Lins, que nos romances é chamado de José Paulino.

Como a infância é algo muito presente na obra do escritor paraibano, em um determinado momento de sua vida, já consagrado, José Lins resolveu retornar a alguns lugares do passado. Foi à cidade de Pilar, ao Engenho Corredor e escreveu sobre suas impressões: “Vi Luiza, o anjo negro do *Menino de Engenho*, mãe de 12 filhos, mulher de Cristovão, tirador de leite, mas que só bebia aguardente, nos dias de calor e nos dias de frio.” (REGO, 1952, p. 116).

Duas fases estão presentes na formação do romancista, segundo Castello (1961). A primeira é a infância e à adolescência, a segunda é o ingresso na faculdade de Direito e a amizade com Gilberto Freyre. Nessa segunda fase, José Lins do Rego fortifica-se como escritor

através da amizade com José Américo de Almeida, que conhece no ano de 1920, e Olívio Montenegro, incentivador de suas leituras em Stendhal, Balzac, George Sand e também de escritores ingleses. Em 1923, ano de seu bacharelado em Direito, seu círculo de amizade aumenta, pois conheceu Gilberto Freyre. Tal encontro influenciaria a vida de ambos, como já mencionado no capítulo 3 desta tese.

Segundo Coutinho (1980), a vida de Lins mudou, principalmente, no âmbito intelectual, pois até aquele momento ele havia lido pouco, somente alguns franceses e Eça de Queirós, entretanto, já escrevia contos e crônicas e os publicava em jornais. Além das indicações literárias dadas mais tarde por Gilberto Freyre, o sociólogo passou a ler as publicações do amigo, o qual lhe dá sugestões. É com este que José Lins do Rego redescobre cidades como Recife e Olinda, seus arredores e paisagens. Também entra no circuito de visitas à capital da Paraíba.

José Lins do Rego casa-se e muda-se para Minas, mas fica no estado por um ano, volta para o Nordeste, onde residirá na cidade de Maceió por 9 anos. Nesse período, mantém correspondência com os amigos Gilberto Freyre, Olívio Montenegro e José Américo de Almeida, e também terá contato direto com Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz e Jorge de Lima. No período em que reside no estado de Alagoas, é quando escreve muitas crônicas e críticas sobre o Movimento Modernista de São Paulo e sobre o Regionalista.

Em 1932, começou seu Ciclo da Cana-de-Açúcar com o romance *Menino de Engenho*. Segundo Castello (1961), essa é a parte de sua obra mais ligada à terra e ao seu caráter telúrico e primitivo, é obra de cunho memorialista. Observa-se, diante dessa afirmação, que o conjunto da obra é apresentado com base no olhar do neto de um senhor de engenho. Assim, a partir das pessoas de seu convívio e de sua maneira de ver o mundo, constrói personagens estereotipadas, como a Negra Luísa, Zefa Cajá, Zé Passarinho e os moleques de sua infância. Por outro lado, em *Banguê*, há a ascensão social de um personagem negro: Zé Marreira. Segundo Brookshaw (1983), este acontecimento faz um sistema de dependência se romper tornando intolerável tal situação.

A posição modernista e regionalista de José Lins do Rego projeta-se em seus romances através de sua mundividência de tradição rural, patriarcal, escravagista e da zona açucareira do Nordeste. Também, segundo Castello (1961, p. 119), o escritor paraibano exprime toda a sua emotividade enriquecida pela crítica e visão da sociedade, sugeridas por Gilberto Freyre, José Américo de Almeida e Olívio Montenegro. Para Castello, a criação de seus romances, sobretudo, esses que estão no ciclo supracitado, foram produzidos através da impulsividade

(CASTELLO, 1961). Ou seja, faltou maior elaboração. Assim, muitos críticos apontam que o melhor de sua obra pertence ao pós- Ciclo da Cana-de-Açúcar.

São classificados como pertencentes ao ciclo: *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *Moleque Ricardo* (1935) e *Usina* (1936), conforme o prefácio do romance *Usina*:

Com Usina termina a série de romances que chamei um tanto enfaticamente de CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR.

A história desses livros é bem simples: - comecei querendo apenas escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos criados nas casas-grandes dos engenhos nordestinos. (REGO, 1956, p. 13).

Essa passagem confirma o que Bosi (1994) considera sobre o ciclo, possuidor de uma gênese dupla: a memória e a observação. A primeira é responsável pela afetividade presente nos romances, já a segunda recebe o dinamismo da primeira, e assim, ao ver do crítico, acaba por trair o teor autobiográfico. Massaud Moisés também considera o aspecto memorialístico de José Lins do Rego: “é transparente que o ciclo da cana-de-açúcar se desenrola como uma sucessão de capítulos de memórias.” (MOISÉS, 2019, p. 178). José Aderaldo Castello classifica os romances de José Lins do Rego como obras espontâneas, beirando à falta de planejamento. Mas o crítico completa: “São virtudes e defeitos, altos e baixos, numa obra fecunda e sugestiva, profundamente humana e nacional, de um romancista eminentemente popular, um tanto avesso à legítima criação literária.” (CASTELLO, 1961, p. 121).

Castello dá um parecer de que essa simplicidade e espontaneidade acabam contribuindo com a qualidade dos romances. Entretanto, sob sua ótica e a de outros críticos literários da atualidade, como Massaud Moisés (2019) e Alfredo Bosi (1994), *Fogo Morto* (1943) é o romance mais bem acabado de José Lins do Rego: “Daí, então, a volta a figuras, a atitudes, à paisagem já anteriormente fixadas, mas enriquecidas de outros aspectos, em quase toda a sua complexidade.” (CASTELLO, 1961, p. 121). O próprio Lins também se intitula como espontâneo e instintivo, apontando como fonte de sua produção literária os cegos cantadores da feira. (BOSI, 1994, p. 398).

A seguir, serão abordadas possíveis formas de elaboração e estratégias das obras pertencentes ao Ciclo da Cana-de-Açúcar, sobretudo, as que fundamentam esta tese. O início das reflexões dar-se-á primeiro pelo romance *Menino de Engenho* que, segundo o próprio autor, ao projetar o trabalho, sua intenção era construir a biografia do seu avô José Lins. Para ele, representava o senhor de engenho, símbolo do patriarcado rural do nordeste brasileiro. Também

imaginou escrever um romance no qual abordasse sua infância no primeiro capítulo. Acabou indo além, e seu avô virou a personagem José Paulino, “o senhor do feudo de Santa Rosa, através das imagens e impressões do neto menino, bem vivas na memória do romancista.” (CASTELLO, 1961, p. 122- 123).

Para muitos estudiosos, como Tristão de Athayde (1984), Lousada (1972) e principalmente para Castello, *Menino de Engenho* é uma obra que apresenta as experiências acumuladas de uma criança criada no engenho, assim se afirmando o predomínio memorialístico, trazendo o ambiente da casa-grande, do engenho, e os tipos humanos que habitam nesse ambiente. “O romance adquire então o fundamento autobiográfico, embora essa característica não exija, para a compreensão dele, a identificação de seus personagens com figuras reais.” (CASTELLO, 1961, p. 123).

Há um tom memorialista, pois o próprio romancista expressa o desejo de “escrever umas memórias que fossem as de todos os meninos dos engenhos nordestinos”, como citado anteriormente. Além disso, o romance apresenta uma forte carga de nostalgia, tanto no que diz respeito aos acontecimentos vividos pela criança, representada pelo narrador Carlos, como também de aspectos não vivenciados pelo narrador/autor, como a escravidão. Na abordagem das personagens negras, geralmente subalternas, há o apelo de valorização da escravidão. É o menino ou o autor que apresenta sua visão de mundo. Por fim, Castello (1961, p. 125) sintetiza os aspectos que fazem parte do romance:

Ao lado desse aspecto, de natureza criadora, em que a força da memória conduz todo o processo narrativo do romancista, a ponto de alterar um plano, um propósito previamente estabelecido, *Menino de Engenho* representa uma riqueza muito grande de informações sociais e de compreensão humana, ao fixar tipos da região açucareira do Nordeste, tudo através das observações sinceras dos valores que caracterizam essa região, dos contatos do menino da casa grande com os moleques da bagaceira, das relações do senhor de engenho com seus servidores e com a própria família, autoridade que substitui todas as autoridades e assoma como senhor absoluto, a lutar apenas contra as adversidades naturais ou contra aquilo que as exprime.

O romance finaliza com o mesmo tom autobiográfico em que começa preparando o leitor para o próximo trabalho, *Doidinho*. Este é o segundo romance de uma espécie de trilogia pertencente ao Ciclo da Cana-de-Açúcar, conforme declara Castello (1961). O último livro da trilogia é *Banguê*. Nos três trabalhos, o narrador é Carlos de Melo. No primeiro, Carlos conta a história da criança, no segundo, do pré-adolescente e no terceiro, do adulto recém-formado em Direito. Embora *Doidinho* esteja dentro do ciclo, seu espaço principal é o Internato, na cidade

de Itabaiana. Entretanto, é o menino de engenho o estudante interno. Muitos estudiosos escrevem sobre semelhanças com *O Ateneu*, de Raul Pompeia. Por exemplo, Massaud Moisés relata: “a parença entre Sérgio e Carlos de Melo salta à vista, como aliás, não tem escapado à crítica. No confronto entre as duas narrativas, *Doidinho* perde em contensão e senso do trágico, onde ganha em fluência e nostalgia. (MOISÉS, 2019, p. 179).

Castello também reconhece que as semelhanças se apresentam em parte, pois enquanto no *Ateneu* perduram a caricatura e o sarcasmo, ocorre o contrário na obra de José Lins Rego, que está dominada pela nostalgia do ambiente rural, frequentado pelo menino Carlos até o início da puberdade. O crítico acredita que, em alguns momentos, as ações frias e impulsos do menino Carlos podem ser comparados aos elementos corruptores apontados por Raul Pompeia, como a antecipação do adulto.

Tanto em *Menino de Engenho*, quanto em *Doidinho*, o protagonista possui uma marca, a tristeza, considerada uma evocação do memorialista. Assim, as obras, apesar de espaços diferentes, completam-se através do pensamento do menino Carlos saudosista, e que sempre apresenta a figura do avô José Paulino, senhor de engenho, como escreve Villaça (2002), “pura representação do patriarcado rural”.

Olívio Montenegro (1972), escritor e conterrâneo de José Lins do Rego, dá sua impressão sobre o romance *Doidinho* no prefácio do livro *Banguê*. Segundo ele, a história de *Doidinho* apresenta uma verdade além da ficção. Também comenta que o enredo não deixa o leitor esquecer do autor. Olívio ainda acreditava que muitas distrações da personagem poderiam ter sido distrações do autor. Já Antônio Villaça (2002) lembra que *Doidinho* é uma espécie de continuidade de *Menino de Engenho*, e que faz parte de uma trilogia, assim como afirma Castello. Mas, para Villaça, *Doidinho* revela uma dimensão poderosa de José Lins do Rego, romancista e criador.

Villaça segue a trilha de outros críticos e aponta semelhanças de *Doidinho* com *O Ateneu*, inclusive usa como exemplo comparativo o personagem Aurélio, “menino doente que morre abandonado pela família, corresponde ao Franco, enfermo, que morre no colégio, esquecido. Clóvis, o ingênuo, corresponde ao Cândido, e Elias, o indomesticável, equivale a Américo em *O Ateneu*.” (VILLAÇA, 2002, p. 18).

Por outro lado, Villaça também aborda diferenças entre *O Ateneu* e *Doidinho*. O primeiro apresenta uma recuperação de objetos culturais, no caso, o livro *Coração*, de Amicis, servirá para o menino Carlos como uma espécie de história sagrada, que o tocará profundamente

e o fará pensar na comiseração e na piedade. E em *O Ateneu*, os livros refletem a sociedade criticada, e assim possuem um final trágico, são destruídos durante o incêndio do internato.

O último romance da trilogia apontada por Castello é *Banguê*. Esse romance possui também uma evocação memorialística, entretanto, menor do que seu tom recriador (CASTELLO, 1961). Também prenuncia o fim da temática do ciclo. Esta obra, para Castello, não apresenta mais a memória como a principal ferramenta do romancista, e isso será benéfico, pois favorecerá o processo criativo. O romance, além de apresentar a mundividência do autor, aborda um momento histórico, o fim do patriarcado rural e transformação da base econômica, principalmente no Nordeste. Assim, Carlos torna-se símbolo do bacharel que não sucederá o avô José Paulino, que também é símbolo da tradição rural.

Para Castello (1961, p. 139), o Ciclo da Cana-de-Açúcar, incluindo o romance *Fogo Morto*, não faz só parte da literatura regionalista, como também considera que as obras possuem uma função universal. Os romances possuem espontaneidade, que se concilia com a atitude crítica modernista.

Já para Alfredo Bosi (1994), *Fogo Morto* é o fecho e também a superação do Ciclo da Cana-de-Açúcar, pois para o crítico, nesse trabalho apresenta-se maior força de estruturação literária, através das personagens principais que são “expressões maduras dos conflitos humanos de um Nordeste decadente.” (BOSI, 1994, p. 399). Essa narrativa transcendeu a fusão de escritor e criança, escritor e adolescente, presentes nos primeiros escritos, mas ainda, segundo Bosi, está presente a narrativa memorialista, e isto é perceptível na linguagem, e nas sequências espaciais e temporais.

Entretanto, para esta tese será continuada a análise dos três romances do Ciclo da Cana-de-Açúcar, *Menino de Engenho*, *Doidinho* e *Banguê* que apresentam Carlos de Melo como narrador, assim formando a trilogia da memória, deixando em destaque a possível relação da mundividência do autor e as construções de suas personagens como será visto no capítulo seguinte.

## 5 RACISMO OU APENAS O ZEITGEIST NOS ROMANCES DE JOSÉ LINS DO REGO?

Neste trabalho, será utilizado o termo *zeitgeist* no sentido sociológico, uma vez que a análise da obra de Lins do Rego passa por esse viés. Por esta razão, o estudo dos romances inicia com uma pergunta retórica, pois se sabe que o escritor carregava consigo a visão de descendente de senhor de engenho, além do mais, sua formação era permeada pelas teorias raciais em voga no Brasil pelo menos até os anos 30. A isso, soma-se o intenso diálogo entre Lins e Freyre, defensor da mestiçagem, mas com um olhar saudosista para a escravidão e a aristocracia açucareira. O racismo fazia parte do *zeitgeist* no qual Zé Lins estava inserido, como será visto nas análises do presente capítulo.

Desta forma, serão discutidas as manifestações de racismo na obra de José Lins do Rego, muitas vezes, não percebidas pelo grande público. Na realidade, críticos e historiadores literários não apontam tal problemática quando fazem análises da obra do autor. Sempre destacam, como será visto no capítulo sobre o Modernismo, a memória e o regionalismo presentes em seus escritos. Com exceção de Gregory Rabassa e Luís Bueno. O primeiro estuda as personagens negras na literatura brasileira, e apresenta em seu livro *O Negro na Ficção Brasileira* (1965) um capítulo inteiro sobre a obra de José Lins do Rego. Analisa as personagens negras dos principais romances do autor, mas sem destacar os pontos negativos de sua construção, como se observa em Rabassa (1965, p. 169):

O narrador descreve o sentimento profundo que esses velhos empregados têm pela fazenda e pela família dos patrões, sentimento que, em geral, era recíproco, com os patrões sustentando e cuidando desses pretos velhos muito tempo depois de se terem acabado seus dias de serviço útil.

Já Bueno (2015) ressalta como o narrador de *Menino de Engenho* aborda as personagens, entretanto, para o crítico é algo natural, pois se trata de uma narrativa que pretende ser fixa no passado. Apesar de ser uma “crônica de saudades” do menino Carlos, não se trata de uma busca do tempo perdido, e sim somente de uma lembrança: “o que parece injustiça é na verdade uma outra ordem, difícil de entender no presente, mas que, posta em seu tempo e lugar, converte-se em dado natural.” (BUENO, 2015, p. 147).

No entanto, ao fazer uma análise mais atenta, nota-se que as personagens negras das obras estudadas neste trabalho não convivem harmoniosamente com o mundo dos engenhos,

como afirma Gregory Rabassa. E tão pouco sua representação de miséria e maus tratos podem ser justificados pelo caráter memorialista por meio da visão de uma criança em *Menino de Engenho*. Pois, como seria possível justificar as representações negativas dos indivíduos não-brancos em *Banguê* que, apesar de possuir um caráter memorialista, é narrado por um adulto, que foi a criança do primeiro romance? Além disso, considera-se a abordagem de Bakhtin (1998), na qual o sujeito que fala é um ideólogo, e assim, a linguagem presente nas ficções sempre trará um ponto de vista sobre o mundo do escritor, que propõe a significação social em suas obras, através dos personagens e do narrador. No caso da produção de Lins do Rego, em como os indivíduos não-brancos circulam pelo enredo e de como o narrador os apresenta ao longo de suas memórias.

### 5.1 Racismo Normalizado no Romance *Menino de Engenho*

O início das análises será a partir do primeiro romance do autor: *Menino de Engenho*. Este livro foi publicado em 1932 e é considerado um clássico da literatura brasileira. Faz parte do *Ciclo da cana-de-açúcar*, cujo enredo traz a história de Carlos, menino que perde a mãe de forma violenta, assassinada pelo próprio marido, quando o garoto tinha apenas 4 anos de idade. O romance é contado em primeira pessoa. A vida de Carlinhos será abordada desde sua chegada à fazenda do avô até a sua saída para estudar na cidade, aos 12 anos. Vários fatos são apresentados: as aventuras e brincadeiras com os filhos dos trabalhadores, sempre chamados de moleques, e com seus primos, tratados como meninos. Suas primeiras paixões puras e pueris pelas primas Lili e Maria Clara, suas primeiras experiências sexuais, ensinadas pelos “moleques”, com os animais da fazenda e seu relacionamento precoce com as meninas e mulheres negras, ao modo Gilberto Freyre (2003, p. 459):

Tanto o excesso de mimo de mulher na criação dos meninos e até dos mulatinhos, como o extremo oposto- a liberdade para os meninos brancos cedo vadiarem com os moleques safados na bagaceira, deflorarem negrinhas, empenharem escravas, abusarem de animais – constituíram vícios de educação, talvez inseparáveis do regime de economia escravocrata, dentro do qual se formou o Brasil.

No romance, há informações sobre a vida precária dos trabalhadores de engenho, mas ao mesmo tempo um saudosismo do período da escravatura. Sobre as personagens, há, além de Carlinhos, outras frequentes como Tias Maria e Sinhazinha, Vô Paulino e Tio Juca.



As esporádicas como Generosa, Zé Guedes e o Moleque Ricardo. E as inesquecíveis Zefa Cajá, Luísa e Maria Clara, as duas primeiras cheias de estereótipos, pois essas são as iniciadoras da vida sexual do menino; e a última, marcante, relaciona-se à prima da cidade e seu primeiro amor pueril. Além dos seus companheiros de brincadeiras, os moleques, os trabalhadores do eito e as negras da cozinha.

Segundo Bueno (2015), o romance de 30 traz novas temáticas e com elas um novo tipo de protagonista, o pobre, que antes aparecia de forma figurativa. Neste período, os narradores se revelam mais próximos das camadas populares, inclusive na linguagem. O abismo entre os intelectuais e a população diminui, visto que a escrita se aproxima da oralidade. Os proletariados e os marginalizados, de uma forma geral, estão em evidência. Esse tipo de abordagem faz o escritor, geralmente vindo da elite ou classe média, se deparar com “um outro”. Esse aspecto foi um problema vivenciado pelos escritores daquela época, que tentaram resolvê-lo de várias formas, conforme escreveu Bueno (2015, p. 23-24):

É preciso dizer, logo de saída, neste sentido, que a experiência hoje relativamente desprezada de José Lins do Rego é uma das vias que possibilitam o aparecimento de um escritor como Guimarães Rosa em nosso ambiente literário. Uma leitura atenta de *Menino de Engenho* pode detectar que o modelo de narrador de Carlos de Melo, um assumido *alter-ego* do autor, é por um lado, o próprio avô mas, por outro, uma contadora de histórias analfabeta, a velha Totonha. É claro que essa aproximação tem um lado muito problemático, soando como concessão de um universo culto a um universo popular, numa identificação artificial de resto corroborada pela atitude de complacência e falsa valorização de Carlos de Melo diante dos moleques que viviam no engenho de seu avô. Mas o importante é que José Lins enfrentou o problema e, independentemente de certa artificialidade da sua proposta de solução, ajudou a criar uma espécie de língua geral do romance brasileiro que, de uma forma ou de outra, tem força até hoje.

Para Bueno, o escritor José Lins do Rego tenta sanar a distância entre o culto e o popular ao criar o narrador Carlos de Melo, seu *alter-ego*, que pode ser uma mistura de seu avô, um contador de histórias no romance, com a velha Totonha, figura popular muito aguardada pelo protagonista em determinadas datas religiosas. Bueno aponta o perigo de uma artificialidade nesta solução, entretanto, não é um grande problema, segundo o pesquisador, pois ajudou a criar uma linguagem geral do romance que está presente até hoje.

Nesta passagem, há um aspecto que se deve destacar que é o fato de Bueno chamar o narrador de *Menino de Engenho* de *alter-ego* do autor.

Além do parecer de Bueno, as abordagens realizadas no capítulo 3 desta tese deixam bem claro que o narrador autodiegético, que narra suas próprias experiências como personagem central da história, presente nos três romances, trata-se de um *alter-ego* do autor, por vezes visto como autor implícito (CAMILO, 2004). Este ponto de vista deixa em evidência a mundividência do autor em seus escritos. Diante desta afirmativa, observa-se que não há igualdade de tratamento das personagens em seus romances, pelo contrário, as personagens negras são construídas a partir de um olhar que as inferioriza racial e socialmente em relação aos trabalhadores brancos e, principalmente, aos moradores da casa grande, ou seja, do senhor de engenho e de seus descendentes. Pode-se relacionar essa manifestação como racismo, que estará presente nas três obras aqui abordadas.

Algumas particularidades do racismo nas obras de (REGO, 1984, p. 50-51) aparecem a começar pela constante racialização da população negra:

Na estação estava um pretinho com um cavalo, trazendo umas esporas, rebenque e um pano branco. O meu tio estendeu o pano branco na anca do animal, montou, e o pretinho me sacudiu para a garupa. Era o meu primeiro ensaio de equitação.

A racialização da população negra quase sempre é negativa, como se verifica no capítulo 2 deste trabalho. Ela é utilizada em nossa sociedade como forma de manter os privilégios de um grupo em detrimento de outros, no caso do Brasil, as populações negras e indígenas são desprestigiadas, enquanto a branca é exaltada. No romance, a racialização serve para classificar as personagens negras. Inclusive sobre essa perspectiva, Miriane Peregrino (2020) destaca o tratamento dado não só às personagens de *Menino de Engenho*, mas as de todo o ciclo da cana-de-açúcar.

Há diferenças entre as mulheres brancas e as não brancas, como também entre os meninos (brancos) e os moleques (negros, filhos dos trabalhadores), há diferenças entre os homens (brancos) e os cabras (trabalhadores não-brancos). Esses últimos foram “moleques” em sua infância, portanto, deveriam se transformar em cabras. Conseqüentemente, essas personagens sempre são apontadas por sua cor, e ocupam funções subalternas. Os moleques ajudam seus pais em algumas tarefas, e não vão à escola, os cabras trabalham no eito e as mulheres são as negras da cozinha, praticamente escravizadas, pois não são assalariadas para efetuar suas atividades. Ou são as mulheres lúbricas, disponíveis para o sexo e sedutoras de crianças, como Zefa Cajá e Luísa, sobre as quais será discutido no subcapítulo “As personagens

femininas na obra de José Lins”.

Diferente do que sinaliza Rabassa (1965, p. 187):

A atitude de Zé Lins em relação aos negros, “seus negros”, como os chama Carlos à moda de seu avô, tal como é vista através das ideias de Carlos de Melo trai um certo sentido de superioridade natural, mas também amor e muito mais respeito por eles enquanto indivíduos do que se poderá encontrar em outras sociedades aparentemente semelhantes. Embora todos os personagens negros nesses romances sejam vistos através dos olhos de um branco, são todos personagens individuais, e não tipos tantas vezes encontrados nas obras de escritores menos capazes.

Mas como se vê na citação do romance, o que Rabassa afirma não ocorre, pois não se sabe o nome do “pretinho com um cavalo”. Em outras passagens da obra, há personagens negras sem nome, principalmente mulheres, como neste trecho, no qual Rego (1984, p. 51) apresenta:

A minha mãe sempre me falava do engenho como de um recanto do céu. E uma negra que ela trouxera para criada contava tantas histórias de lá, das moagens, dos banhos de rio, das frutas e dos brinquedos, que me acostumei a imaginar o engenho como qualquer coisa de um conto de fadas, de um reino fabuloso.

Nas páginas 63 e 64, no capítulo 11 de *Menino de Engenho* (1984), há o registro de um passeio do protagonista Carlos com sua tia Maria, além de outras pessoas, como algumas trabalhadoras da fazenda e crianças. Essas personagens são citadas conforme sua etnia. As mulheres negras são racializadas. As mulheres não-negras são referidas por sua profissão: são as costureiras. As demais personagens são tratadas como meninos, se forem crianças brancas, ou pelo nome, no caso da Tia Maria, como se verifica em Rego (1984, p. 63-64):

-Vamos hoje ao sítio do Seu Lucino, disse-me a Tia Maria.  
E de tarde saímos para esse passeio. Íamos a pé. Os meninos na frente, a correr, e a Tia Maria, uma negra e as duas costureiras atrás, conversando. Pela estrada encontrávamos de quando em vez gente a cavalo que vinha da feira de São Miguel.

Ainda na página 64, mais uma personagem é racializada e numa situação vexatória: “Mais adiante encontramos o negro Zé Passarinho, bêbado, no seu costume de sempre. E um peso de carne, melado de terra, ao ombro, num cacete.

Os moleques caíam em cima do pobre com pancadas, a que ele respondia descompondo.” (REGO, 1984, p. 64).

A racialização é uma das manifestações do racismo, pois é uma forma de se manter o prestígio de determinados grupos em detrimento de outros. Seu objetivo é abordar a raça como uma marca que estabelece relações de poder na sociedade. E esse é dado através da classificação dos indivíduos pela branquitude ou pela negritude. A primeira, ao longo da narrativa, é retratada de forma positiva, tendo em vista que representa a hegemonia da cultura europeia. Assim, os sistemas religioso, econômico e político europeus se tornaram exemplos universais. Já a negritude passou a ser mais evidente no período em que a raça virou objeto de estudos políticos e científicos, servindo como justificativa para a exploração de pessoas negras. Desta maneira, a racialização de pessoas negras as coloca em um lugar de subalternidade, já a de pessoas brancas, sempre as coloca em um lugar de privilégio. (MOREIRA, 2019).

Em suma, a negritude, na sociedade brasileira, está associada a elementos negativos, e a branquitude a positivos, dinâmica presente em várias passagens na obra de José Lins do Rego. Em *Menino de Engenho*, além das personagens negras serem sempre racializadas, há momentos em que nem são nomeadas: “Conosco vinham as costureiras e umas quatro negras. Noutro carro, deitada, a Vovó Galdina parálitica. A velha Sinhazinha não quisera vir; não ia abandonar o Cazuza sozinho.” (REGO, 1984, p. 72).

Há uma exceção nesta passagem. Trata-se da personagem Vovó Galdina que, apesar de negra, é identificada por seu nome. Ela é uma das poucas personagens negras apresentadas através de suas qualidades. Já a generalização dos tipos negros é uma constante, como é visto na mesma citação “umas quatro negras”. Nem o número certo dessas mulheres é apresentado. A forma descrita lembra como se fossem meros objetos: “umas quatro panelas”, “uns quatro pratos” ou “umas quatro peças”<sup>14</sup>. Essa é a presença da racialização no romance que estigmatiza pessoas por sua cor, classifica-as. E essa classificação eterniza o lugar do negro, o lugar subalterno que a racialização lhe impõe. Eis uma face do racismo presente na construção das personagens de Zé Lins do Rego.

---

<sup>14</sup> Essa maneira de coisificar as pessoas negras remonta ao período da escravidão, momento em que os indivíduos privados de sua liberdade eram tratados como peças, como podemos confirmar através do verbete “**PEÇA**- s.f. – 1. Cabeça de escravo no Brasil do século XIX. 2. Número, porção, quantidade de escravos transportados nos navios negreiros. 3. Designação que se dava ao elemento negro que vinha da África no navio negreiro, como escravo (*instrumento vocale*). Acorrentados uns aos outros, brutalizados, tratados como animais, os africanos eram conduzidos ao ancoradouro, no vasto litoral [...]” In: SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. **Dicionário da escravidão**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1997, p. 271.

Na primeira parte deste trabalho, discutiu-se a história do racismo, de como ele se manifesta nas teorias raciais e na chamada “democracia racial”. Desta forma, identifica-se na obra de José Lins do Rego o racismo nos moldes de Gilberto Freyre, cuja construção das personagens está imbuída na visão de mundo do autor, visto que era descendente de senhor de engenho. E em seus escritos, demonstra ter orgulho de sua ascendência e apresenta uma nostalgia do passado escravagista colonial brasileiro, como Gilberto Freyre. Desse modo, sua visão de mundo é transferida para sua criação literária, na qual se identificam algumas perspectivas do racismo. Este aparece na representação de suas personagens negras, sempre postas como subalternas e inferiorizadas. Isso se revela também na seguinte passagem no romance de Rego (1984, p. 137 - grifo nosso):

A história inteira da família saía nestes serões de depois da ceia. O avô do velho José Paulino viera de Pasmado, com um irmão padre, para São Miguel. Fundara ali pelas várzeas e caatingas do Paraíba uma grande prole de senhores de engenho. Espalhara *sangue de branco* por entre os caboclos daquelas redondezas. Por isto a gente do Taipu falava de branquitude com a boca cheia. [...]  
*Ele tinha o orgulho da casta*, a única vaidade daquele santo que plantava cana.

Aqui é evidente a exaltação da branquitude, aspecto comum não só nas teorias raciais, como nos escritos de Gilberto Freyre, que elogia o passado aristocrático brasileiro através da valorização dos senhores de escravos. Em José Lins do Rego e Gilberto Freyre, segundo Santos (2019), encontra-se o discurso do saudosismo, pois há uma romantização do passado. Ambos constroem uma hipótese de que a vida no passado era melhor do que a do presente. Essa valorização do passado de escravidão permite visualizar uma normalização da situação precária dos trabalhadores, escravos no passado e miseráveis no presente.

Bueno afirma, em relação ao romance *Menino de Engenho*, que o adulto, no estado presente, tem consciência de que a vida desses trabalhadores era miserável. Desta forma, o menino que narra está isento, pois “já que fazer algo sem saber que se trata de pecado não é pecar.” (BUENO, 2015, p. 147). Assim, para Bueno, não há necessidade de criticar essas representações dentro do romance, já que elas fazem parte “natural das coisas”, e isso demonstra uma sinceridade do narrador, o que pode até mesmo garantir a simpatia do leitor.

Neste caso, aqui caberia uma análise não somente relacionada aos aspectos da narrativa, mas também aos aspectos sociológicos, para tanto, recorre-se ao livro *Literatura Negro-Brasileira*:

“A produção literária de negros e brancos, abordando as questões atinentes às relações inter-raciais, tem vieses diferentes por conta da subjetividade que a sustenta, em outras palavras, pelo lugar socioideológico de onde esses produzem.” (CUTI, 2010, p. 33). Portanto, essa normalização da representação da subalternidade das personagens não-brancas, tanto do crítico Luís Bueno, quanto do próprio escritor, justifica-se, visto que o racismo está presente na organização política, econômica e jurídica da sociedade há muito tempo. Como já se mencionou neste trabalho, o racismo apenas variou ao longo da história. Foi mais presente e explícito no século XIX, quando houve tentativas de justificá-lo através das teorias raciais. E essas “ciências”, ao longo dos anos, foram acatadas. Certamente, Lins do Rego teve acesso a elas através de leituras e conversas com os amigos, mesmo escrevendo num momento em que se pregava o fim desses estudos. Sob a ótica da vereda sociológica, neste caso cabe lembrar do diálogo estabelecido entre Gilberto Freyre e José Lins do Rego. A percepção do narrador está atrelada à de seu criador, homem branco e descendente de senhor de engenho, da mesma forma que seu amigo, também com ascendência na aristocracia açucareira nordestina, que pregava a democracia racial, traz em sua obra uma percepção de superioridade dos brancos, senhores de escravos e inferioridade dos negros, mestiços e indígenas.

Por isso, observam-se particularidades do racismo na obra quando as crianças negras são eternamente chamadas de moleques, e as crianças brancas de meninos. Trata-se de uma divisão social através da raça, como se vê no romance de Rego (1984, p. 52):

-Vá brincar com os moleques no copiá.  
Os moleques estavam me esperando, mas não se aproximavam de mim.  
Desconfiados, eles olhavam para o meu pijama, para os meus alamares,  
encantados, talvez, com a minha pompa.

Neste trecho, Carlinhos relata os seus primeiros contatos com os “moleques” ao chegar na fazenda de seu avô José Paulino. A diferença entre “menino” e “moleque” é evidente a começar pelo espanto das crianças negras em ver um menino branco de pijamas. Geralmente, a classificação de “moleque” é negativa e serve para as crianças negras, pois elas parecem não ter infância. São precoces na vida laboral e sexual: “Os moleques das minhas brincadeiras da tarde, todos ocupados, uns levando latas de leite, outros metidos com os pastoreadores no curral.” (REGO, 1984, p. 53). Ou: “também mulheres a pé, de chinelas batendo no calcanhar e flor na cabeça.

Os moleques informavam que eram raparigas do Pilar que iam fazer a feira em São Miguel.” (REGO, 1984, p. 64).

Nas últimas três citações existem estereótipos. A primeira apresenta o estereótipo do menino branco de pijamas, uma visão de pureza da infância, contrapondo à última citação, que mostra o estereótipo do menino negro cheio de malícia, pois já consegue identificar as prostitutas da cidade. Na segunda citação, está presente o trabalho infantil. E esse tipo de abordagem será uma constante no romance:

Há oito dias que relampejava nas cabeceiras. Meu avô ficava de noite por muito tempo a espreitar o abrir rápido do relâmpago para os lados de cima. E quando se cansava de tanto esperar, botava os moleques para isto. (REGO, 1984, p. 67-68).

Enquanto os brancos passeavam pela Fazenda Santa Rosa, como os meninos do capitão José Medeiros, o Padre Severino e o Dr. Samuel, o juiz municipal, os moleques deviam trabalhar, como se vê neste trecho: “À noite, quando essa gente retornava, saíam atrás os moleques, com as latas de mel e os cabaços de caldo na cabeça.” (REGO, 1984, p. 149).

A diferenciação entre moleques e o menino também está no tratamento dado ao neto do dono de engenho. Os trabalhadores do engenho o chamam de Seu Carlinhos e os meninos negros são chamados de “moleques” pelo narrador: “- O Seu Carlinhos vai pro colégio. E vinham os moleques olhar para mim. Tio Juca na frente, e eu, ronceiro, sentindo cada passo do Coringa o engenho que se ficava para trás.” (REGO, 1984, p. 166). O narrador também refere-se a si como “menino”, enquanto as crianças negras, como “moleques”: “Metia-me com os moleques por toda parte. Mas, no fundo, era um menino triste.” (REGO, 1984, p. 110).

Bueno (2015) aponta sobre a necessidade de Carlinhos possuir brinquedos, porém, os filhos dos trabalhadores não, estavam satisfeitos com o que a natureza lhes dava. E seus pais estavam felizes, não só com a natureza, mas com o coronel José Paulino, considerado generoso pelo narrador. Toda essa gratidão e satisfação não são manifestadas pelos trabalhadores e seus filhos. O leitor só sabe disso pelo próprio narrador. Os personagens não têm voz. Para compensar essa vida miserável e as vantagens de Carlinhos, o próprio narrador elenca as várias atividades que os moleques podiam fazer, além de suas habilidades, como se observa nesta passagem: (REGO, 1984, p. 100-101):

O interessante era que nós, os da casa-grande, andávamos atrás dos moleques. Eles nos dirigiam, mandavam mesmo em todas as nossas brincadeiras, porque sabiam nadar como peixes, andavam a cavalo de todo o jeito, matavam pássaros de bodoque, tomavam banho a todas as horas e não pediam ordem para sair para onde quisessem. Tudo eles sabiam fazer melhor do que a gente; soltar papagaio, brincar de pião, jogar castanha. Só não sabiam ler. Mas isto, para nós, também não parecia grande coisa. Queríamos viver soltos, com o pé no chão e a cabeça no tempo, senhores da liberdade que os moleques gozavam a todas as horas. E eles às vezes abusavam deste poderio, da fascinação que exerciam. Pediam-nos para furtar coisas da casa-grande para eles: laranjas, sapatins, pedaços de queijo.

Bueno escreve que essa superioridade é bem provisória, e que é necessário que haja um equilíbrio, “e o narrador sabe disso - é preciso que, em algum momento, os de cima estejam por baixo, mesmo que por ninharias que nem sequer roçam a estrutura de poder que ordena esse mundo harmonioso.” (BUENO, 2015, p. 147). O mesmo crítico apresenta um ponto de vista cuja vida dos trabalhadores e das serviçais (ex-escravas ou filhas de ex-escravas) é colocada como alegre e satisfatória, pois essa distância temporal permite. Em *Menino de Engenho* todos vivem em harmonia. Inclusive os trabalhadores são até mais felizes do que os senhores, visto que não possuem responsabilidade de nada (BUENO, 2015).

É pertinente considerar que esse jogo de poderes momentâneo seja uma tentativa de compensação, como ocorre nas manifestações do racismo cordial. Segundo Gevanilda Santos (2009), existem usos de frases compensatórias para apagar a desigualdade de tratamentos sociais referentes à raça. Denomina-se um comportamento ambíguo que disfarça a discriminação, portanto, essa é a manifestação do racismo cordial. No romance, por exemplo, os moleques são conhecedores de muitas coisas, além de possuírem liberdade, mas não tinham um conhecimento, o mais fundamental para transformarem suas vidas, não sabiam ler.

Apesar da inveja que o narrador demonstra ter da liberdade dos moleques, ele é quem possui as vantagens sociais, pois já criança é tratado com formalidades: “Seu Carlinhos”, futuro doutor. Vai estudar fora (assunto que será tratado no próximo romance *Doidinho*), enquanto os moleques, “senhores da liberdade” e detentores do conhecimento da natureza são os futuros serviçais de José Paulino, conforme o subcapítulo referente ao romance *Banguê*.

A moral sexual é bastante explorada nos três romances estudados, entretanto, Bueno (2015) relata que o sexo, em *Menino de Engenho* é apresentado como imoral, pecaminoso e sujo.



Geralmente, essa visão negativa ocorre quando se trata das relações sexuais dos trabalhadores, das mulheres negras, dos moleques, geralmente negros. Por sua vez, Carlos acaba também classificando suas experiências e desejos como: “porcarias”, como se observa em Rego (1984, p. 157):

Sabia ruindades, puxara demais pelo meu sexo, era um menino prodígio da porcária. E ali, sozinho, no quarto, os pensamentos maus me conduziam às gostosas masturbações. A negra Luísa me deixara, andava de barriga empinada, com as dificuldades e os medos da primeira cria. Estava prenha e não sabia de quem. Diziam que era de todos os cambiteiros do Santa Rosa.

Suas primeiras experiências sexuais ocorrem através do contato com os moleques, com as serviçais e com os trabalhadores, de acordo com a seguinte passagem descrita pelo autor (REGO, 1984, p. 78):

O outro mestre que tive foi o Zé Guedes, meu professor de muita coisa ruim. Levava-me e trazia-me da escola todos os dias. E na meia hora que ficava com ele, de ida e volta, aprendo coisas mais fáceis de aprender que a tabuada e as letras. Contava-me tudo que era história de amor, sua e dos outros.  
Ali Zefa Cajá.  
E lá vinha com os detalhes, com as coisas erradas da vida dessa mulher. Às vezes parava na porta, e era uma conversa comprida, cheia de ditos e de sem-vergonhices.  
Olha o menino, Zé Guedes! Ó homem desbocado!  
Mas ele pouco se importava comigo. Eu mesmo gostava de ouvir o bate-boca imundo.

Esse ponto de vista está presente também em *Casa Grande & Senzala* (FREYRE, 2003, p. 433):

Ficava então o menino para as mucamas criarem. Muito menino brasileiro do tempo da escravidão foi criado inteiramente pelas mucamas. Raro o que não foi amamentado por negra. Que não aprendeu a falar mais com a escrava do que com o pai e a mãe. Que não cresceu entre moleques. Brincando com moleques. Aprendendo safadeza com eles e com as negras da copa. E cedo perdendo a virgindade. Virgindade do corpo. Virgindade do espírito. Os olhos, dois borrões de sem-vergonhice. A boca como a das irmãs de Maria Borralheira: boca por onde só saía bosta. Meninos que só conversavam porcária. Ou então conversas de cavalo, de galo de briga, de canário.

Neste caso, as “porcarias” estão definidas como “safadezas”. Observa-se que Freyre também relata as experiências sexuais como algo negativo e aprendido com os moleques e as negras.

Quando se trata dos homens da família, os brancos, o sexo não é visto como pecado, pelo contrário, parece ser uma prova da virilidade: “Assim, o tio Juca é famoso como deflorador de caboclinhas e o venerado coronel José Paulino também havia sido um garanhão acabado em seu tempo.” (BUENO, 2015, p. 144). Na mesma passagem em que as relações entre os negros são tratadas como coisas imundas, a ação do tio Juca é amenizada: “- Aquela ali já foi passada. Quem manda nela é o Dr. Juca. E eu ia sabendo que meu Tio Juca tinha mulatas em quem mandava.” (REGO, 1984, p. 78).

Além das relações sexuais de Tio Juca serem amenizadas ou até mesmo consideradas símbolo de masculinidade, não há compromisso e nem cobranças para que ele dê assistência às moças defloradas ou grávidas, ou simplesmente assuma a paternidade. Como se vê em uma passagem, na qual uma moça mestiça acusa um rapaz negro chamado Chico Pereira de ser pai da criança que ela espera. No momento em que o caso se torna público, o coronel José Paulino recorre a um método que remete ao período da escravidão, o castigo no tronco como se verifica em Rego (1984, p. 87):

O meu avô mandou botar o cabra no tronco. E nós fomos vê-lo, estendido no chão, com o pé metido no furo do suplício. Raramente eu tinha visto gente no tronco. Somente um negro ladrão de cavalos ficara ali até que chegassem os soldados da vila, que o levaram. [...]  
[...] Chico Pereira era cambiteiro, moleque chibante da bagaceira, cheio de ditos e nomes obscenos. Todo mundo acreditava que tivesse sido ele mesmo o autor do malfeito na mulata Maria Pia.

Entretanto, descobre-se que o pai da criança é o filho do coronel, o Juca, que não recebe nenhum tipo de punição e não assume a paternidade, trecho que está disposto no fim do capítulo 18 em Rego (1984, p. 89):

Na casa-grande só se falava baixinho no caso. Minha Tia Maria não me deu uma palavra. Na hora da ceia meu avô pouco falou. Tio Juca não viera para a mesa. Apenas no fim o velho José Paulino queixou-se:  
- Não sei pra que servem os estudos. A gente gasta um dinheirão, e eles voltam para fazer besteiras desta ordem.

Quando a falha vem de um subalterno, o castigo é idêntico ao que se aplicava no período da escravidão, o tronco, mas quando o ato foi praticado pelo filho do senhor de engenho, nada acontece. Segundo Bueno, a narrativa no passado permite algumas considerações, que não seriam possíveis, caso estivesse no presente. Esse aspecto se mostra dentro da própria narrativa. Por exemplo, quando o coronel José Paulino era jovem, mantinha relações com as serviçais, mas no tempo presente do menino, trata-se de um homem correto. Essa justificativa de Bueno acaba não sendo suficiente para as diferenças de tratamento entre os brancos (senhores) e não-brancos (empregados e serviçais).

José Lins do Rego é apontado pelos críticos como um escritor social ou socialista, por abordar a vida de homens e mulheres empregados no engenho ou operários na cidade, como se registra nesta passagem de Rabassa (1965, p. 191):

No Recife, Ricardo se mete no movimento operário. Este lhe aparece simples e lógico. E nesse romance se pode ver o socialismo de Zé Lins. Por sua educação, pode-se deduzir que ele queria mostrar o Ricardo essencialmente bom e inocente, recém-chegado da fazenda e representante das boas qualidades encontradas nos negros que trabalhavam na terra, sendo seduzido pelos líderes operários para a rebelião e a violência.

Enquanto Rabassa classifica o romancista como socialista, Lafetá (2000, p. 31-32) chama a obra de José Lins do Rego de social:

É fato que a década de 30 deu-nos algumas das obras mais realizadas e alguns dos escritores mais importantes da literatura brasileira. [...]; na prosa de ficção o romance social de José Lins do Rego, Jorge Amado e Rachel de Queiroz, o ponto alto atingido por Graciliano Ramos, a direção diferente de Cyro dos Anjos; no ensaio, os estudos históricos e sociológicos de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, o próprio Mário de Andrade.

Apesar de José Lins do Rego ser considerado um escritor com preocupações sociais, o seu narrador (ou autor implícito) não critica a situação de miséria daquela população retratada em seus romances. O narrador, geralmente, conta ao leitor a história vista de fora. Provavelmente, seu olhar de neto e herdeiro de senhor de engenho o influencia, normalizando todas as mazelas das populações saídas da escravidão (REGO, 1984, p. 134):

O costume de ver todo dia esta gente na sua degradação me habituava com a sua desgraça. Nunca, menino, tive pena deles. Achava muito natural que vivessem dormindo em chiqueiro, comendo um nada, trabalhando como

burros de carga. A minha compreensão da vida fazia-me ver nisto uma obra de Deus. Eles nasceram assim porque Deus quisera, e porque Deus quisera nós éramos brancos e mandávamos neles. Mandávamos também nos bois, nos burros, nos matos.

Nessa passagem é perceptível que o discurso do narrador ou autor implícito, através do menino, não seja um discurso socialista ou um discurso solidário com o trabalhador explorado. Pelo contrário, aproxima-se muito da visão do sociólogo Oliveira Viana, que acreditava na superioridade de brancos, na inferioridade de negros e indígenas e condenava a miscigenação: “Criados na plena liberdade dos campos acostumados a mandar e a ser obedecidos, esses grandes senhores não se podem afazer do servilismo.” (VIANA, 1973, p. 58-59).

As ideias do escritor paraibano e do antropólogo são muito próximas: “éramos brancos e mandávamos neles” e “Criado na plena liberdade dos campos acostumados a mandar”. Esses escritos projetam os fundamentos do arianismo que trata da desigualdade entre os homens e condena o cruzamento das raças. (CARNEIRO, 1994, p. 22). Essa visão é explícita na obra de Oliveira Viana. Gilberto Freyre, apesar de ser contra as teorias raciais e a favor do culturalismo, também apresenta a mesma abordagem em *Casa Grande & Senzala*: “O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos. A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres.” (FREYRE, 2003, p. 37).

Aspectos racistas também se apresentam através das classificações das pessoas pertencentes ao microcosmo do Engenho Santa Rosa: cabras do eito, meninos da casa grande, negras da cozinha e moleques de engenho, como se apresenta nesta passagem em Rego (1984, p. 133):

Também, para os cabras do eito não valia nada. João Rouco, respeitavam-no de verdade. Tratavam-no de “Seu” João, e para ele não vinham com brincadeiras. Nós mesmos, os meninos da casa-grande, as negras da cozinha, os moleques do engenho, púnhamos o velho João Rouco numa categoria diferente.

O narrador utiliza uma gradação para se referir às pessoas do engenho. Iniciando pelos meninos brancos e finalizando com os moleques, que geralmente eram negros.

Outras passagens do romance de Rego (1984, p. 56) mostram que havia uma perspectiva negativa pelo fato de ser negro:

Agora não era só com os moleques que me acharia. Meus dois primos, bem afoitos, sabiam nadar, montar a cavalo no osso, comiam tudo e nada lhes fazia mal. [...]

-Você está um negro, me disse Tia Maria. – Chegou tão alvo e nem parece gente branca. Isto faz mal. Os meninos de Emília já estão acostumados, você não. [...]

Mas os primos não paravam. De manhã íamos com os moleques lavar os cavalos, e aí passávamos horas inteiras dentro d'água.

Nesse trecho, ao mesmo tempo em que há uma descrição de um momento feliz da infância de Carlos, em que se divertia com os primos e as crianças, filhas dos empregados da fazenda, existem percepções negativas expostas através das palavras de Tia Maria, que chama a atenção de seu sobrinho, dizendo que ele estava “um negro”, como se isso fosse algo negativo, e que Carlinhos havia chegado tão “alvo”, como sendo algo positivo, e naquele momento nem parecia “gente branca”. Aqui ocorre uma clara divisão entre ser branco e ser negro. Por que não se deve parecer “um negro”? Por que é necessário ser branco?

Para o estudioso Wieviorka (2007), caracterizar um conjunto humano através de seus atributos naturais em associação às suas características intelectuais e morais, e a partir disso, executar práticas de inferiorização e exclusão, configura racismo. Esse processo ocorre com frequência nos escritos de Lins do Rego, por exemplo, quando meninos brancos são diferenciados de meninos negros, e quando o narrador aponta que tornar-se negro não é positivo: “Você está um negro”, pelo fato de a criança se expor ao sol. E isso vira uma preocupação para a tia. O simbolismo de ser negro acarreta uma negatividade para aquele período do pós-Abolição.

É interessante observar que a identificação de meninos como moleques, e a racialização das personagens sempre estarão ligadas aos negros no romance *Menino de Engenho*, pois trabalhadores brancos não são racializados, e seus filhos não são chamados de moleques. Rego retrata (1984, p. 82):

E numa casa de palha uma mulher branca, como de madapolão, sem uma gota de sangue na cara, com um menino pequeno engatinhando no chão quente do terreiro e o outro de peito, nos braços: era a mulher de Chico Baixinho. Tinha parido há oito dias e o marido no mundo.

Apesar de pertencer à classe trabalhadora do engenho, os filhos de Chico Baixinho são chamados de meninos, e sua esposa é descrita como branca, mas não da mesma forma em que as mulheres negras são apontadas negras, pois a primeira recebe uma descrição por ser uma

parturiente, e assim está mais branca do que o habitual. Já as personagens negras são chamadas de negras como sinônimo de serviçais, resquício da escravidão. “As negras na cozinha falavam no martírio de Jesus com uma compaixão de dentro da alma, e diziam que se o padre na missa do sábado não achasse a Aleluia, o mundo se acabaria de uma vez.” (REGO, 1984, p. 85). Essas mulheres não recebiam por seu trabalho, eram praticamente escravas, como destaca Rego (1984, p. 99):

Restava ainda a senzala dos tempos do cativo. Uns vinte quartos com o mesmo alpendre na frente. As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a “rua”, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo de velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As suas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos.

Neste trecho, além de ser possível observar o tratamento dado às mulheres trabalhadoras da cozinha do engenho, sempre chamadas de negras, existe um certo saudosismo da escravidão por parte do narrador. O enredo de *Menino de Engenho* tem por base a infância do autor José Lins do Rego, talvez essa nostalgia mostre justamente o fim do poder oligárquico e patriarcal das plantações de cana-de-açúcar do mundo a que pertencia José Lins e sua família: “O período, como resultado desses progressos, testemunhou o desaparecimento da velha aristocracia do açúcar e a ascensão de uma nova classe dominante, mais capitalista do que patriarcal em suas metas.” (BROOKSHAW, 1983, p. 115). Esse aspecto dialoga com Gilberto Freyre que apresenta o saudosismo da escravidão em *Casa Grande & Senzala*, Freyre (2003, p. 107) tenta mostrar as possíveis vantagens dessa ordem:

A alimentação do negro nos engenhos brasileiros podia não ser nenhum primor de culinária; mas faltar nunca faltava. E sua abundância de milho, toucinho e feijão recomenda-a como regime apropriado ao duro esforço exigido do escravo agrícola.

Por sua vez, Bueno explica que o romance *Menino de Engenho* possui uma “natureza da fusão de velharia e novidade”. Sobre o aspecto “velharia” seria a projeção de um ideal de vida no engenho, sem muitos conflitos, já a “novidade” tratava da percepção de que o espaço rural é o paraíso, entretanto, o paraíso perdido, pois em nenhum momento existe para ele uma projeção de futuro.

Por outro lado, *Menino de Engenho* não possui uma narrativa da decadência, pelo contrário, aborda a prosperidade do engenho Santa Rosa, que produz muito durante a gestão de José Paulino. A decadência ocorrerá em outro romance, *Banguê*.

O narrador de *Menino de Engenho* dá a percepção de um mundo perdido, mas lembrado com saudosismo, justamente para saber que se está diante de uma “crônica de saudades”. (BUENO, 2015). Embora sejam obras com propostas e tempos diferentes, *O Ateneu* e *Menino de Engenho* apresentam semelhanças, pois ambas iniciam a narrativa com a perda da proteção materna. No primeiro caso, a perda não será definitiva, visto que Sérgio passa boa parte do tempo no Ateneu, desta forma, sua experiência se dá com um mundo externo à sua família. Já Carlos vivencia por outro processo, o da perda definitiva da mãe, pois esta foi assassinada pelo cônjuge. Desta forma, Carlos perde o vínculo com sua família de origem e vive com sua família externa, formada pelo avô, tias, tio e agregados.

Além da perda de Carlos ser definitiva, é precoce, tendo em vista que a morte da mãe ocorre quando o narrador tinha apenas 4 anos de idade, e isso o marca profundamente, de maneira que sua vida psicológica será definida a partir deste trauma. (BUENO, 2015). O teórico Bueno ainda descreve que em várias passagens do romance constará essa perda, e isso é um exemplo da convivência com as duas tias de temperamentos opostos, a tia Sinhazinha, considerada demônio, e a tia Maria, vista como anjo. Há uma passagem em que tia Sinhazinha bate em Carlinhos, e uma das empregadas da casa, Luísa, diz ao menino que tia Sinhazinha o maltratou, porque ele não tinha mãe. Já o episódio que marca a relação com tia Maria é um momento de perda, quando a tia, que era muito gentil com ele, casou-se e foi morar em outra fazenda. Carlinhos relata o momento como se ele perdesse uma segunda mãe. O sentimento de perda em *Menino de Engenho* regerá quase toda a narrativa: “O engenho, visto em seu apogeu, tem o sabor das coisas perdidas para sempre, como para sempre se foi a melancólica infância do narrador.” (BUENO, 2015, p. 144).

Para Bueno, não há uma atitude restauradora na narrativa de *Menino de Engenho*, e isso acaba permitindo uma idealização da vida patriarcal, e por vezes explicita aspectos que são negativos para a continuidade desse enaltecimento. Esses aspectos negativos serão apontados neste trabalho como algo que é exatamente o racismo normalizado nos romances analisados de José Lins do Rego.

Além da nostalgia, o romance contém a normalização da submissão de um povo ao flagelo da escravidão, configurando a manifestação de racismo, que para Bethencourt trata-se

de “preconceito em relação à ascendência étnica combinado com ação discriminatória.” (BETHENCOURT, 2018, p. 21). O preconceito está presente na obra em vários momentos, como no descrito acima, que trata as mulheres negras de forma racializada ou até mesmo compara seus comportamentos à “passividade de bons animais domésticos.” Com esta abordagem, afirma-se que o racismo está inserido na estrutura de nossa sociedade, por isso aparece tão normalizado na escrita de Lins do Rego. Como afirma Lilia Schwarcz (2001), o racismo está presente desde o início da história brasileira, mas é pouco oficial. Essa forma racista é observada na representação das personagens em *Zé Lins*, principalmente quando o foco apontar as personagens femininas.

## 5.2 Continuidade do Racismo no Romance *Doidinho*

O romance *Doidinho* (1933) aborda a história de Carlos de Melo no internato. É a continuação de *Menino de Engenho*, portanto, é a segunda obra do Ciclo da Cana-de-açúcar. *Menino de Engenho* acaba com a partida de Carlinhos da Fazenda Santa Rosa, rumo à cidade para iniciar seus estudos formais. *Doidinho* começa com a chegada de Carlinhos no Instituto Nossa Senhora do Carmo que, segundo Villaça (2002), é o mesmo nome do colégio frequentado pelo escritor José Lins do Rego. O nome do romance é o apelido que Carlos recebe ao chegar no internato, pois era impaciente, fazia tudo às pressas, chorava de repente e tinha seus momentos de introspecção.

A narrativa, por muitas vezes, dialoga com o *Ateneu* (1888), de Raul Pompeia, por possuir algumas referências daquela obra, tais como, ser um romance de internato, ter personagens que se assemelham, como Aurélio, a criança doente que morre abandonada pela família, que corresponde a Franco, que é um menino doente que morre no colégio. Desta forma, para Villaça (2002), ambos os romances possuem pontos de contato, mas não são idênticos, por percorrerem caminhos diferentes, como por exemplo, *Doidinho* não assume um ar caricatural e nem possui sarcasmo como em *O Ateneu*.

A história é contada em primeira pessoa, seu narrador é o Carlos. Apesar dos fatos ocorrerem no colégio, na cidade de Itabaiana - Paraíba, muitas vezes a memória do engenho Santa Rosa virá à tona. Entre as saudades das brincadeiras com os “moleques” e a ausência do avô, do Tio Juca, da Tia Maria e das empregadas da casa, haverá a memória das primeiras relações sexuais com as meninas e mulheres negras. Inclusive, a dicotomia pureza e pecado também está presente no enredo, pois no internato existe a figura da negra pecadora e da branca



pura. A primeira, representada por Paula, negra e serviçal do colégio, e a segunda é a menina Maria Luísa, branca e aluna externa da instituição.

Neste subcapítulo escolheu-se usar a estratégia de investigação aplicada ao romance *Menino de Engenho*, visto que as representações das personagens, principalmente as femininas, são semelhantes nos dois romances. No entanto, há um número menor de personagens negras em *Doidinho*, além disso, essas personagens se encontram na cidade. Poucas vezes há uma abordagem a partir do engenho, pois o espaço frequentado pelo protagonista é o internato. Mesmo ali neste espaço ocorre a figura do moleque. Este continua sendo o negro, e o branco é chamado de menino. Como se pode ver na seguinte passagem, em Rego (2002, p. 43):

Passava gente com cestas voltando da feira. E um moleque gritou para Aurélio:  
 - Olha o Papa-Figo!  
 [...] Agarrei uma tampa de vidro de tinteiro e sacudi no atrevido. Pegou na cabeça, e o sangue desceu. [...]  
 - Um menino do colégio quebrou a cabeça do criado do doutor Bidu.

A pessoa atingida por Carlos era uma serviçal de um homem chamado doutor Bidu, logo, se tratava de uma criança negra, por isso chamada de moleque, tanto pelo narrador, quanto pelo próprio dr. Bidu: “Contou-me agora mesmo uma pessoa que vinha com o moleque, que o safado insultara as crianças.” (REGO, 2002, p. 44). O patrão do menino negro pede ao diretor da escola que não puna Carlinhos, pois acredita que seu criado mereceu a agressão. O romance acaba apresentando um dado, mesmo que não haja intenção de denúncia: na cidade ou no campo, os meninos negros começavam a trabalhar cedo, como o criado do doutor Bidu. Apesar da informação, não há uma reflexão em torno da situação do menino, até porque ele é visto por seu empregador como merecedor de agressões, como um escravizado indolente e digno de punição.

A racialização é uma marca na construção das personagens negras de José Lins do Rego e este processo mantém o prestígio de alguns grupos através do prejuízo de outros, neste caso, o prestígio é dos brancos. A relação é baseada na classificação dos sujeitos através de sua branquitude e negritude, no caso supracitado, o menino branco estuda e não merece punição; e o negro trabalha e pode ser agredido. Esse processo também está presente na construção das personagens femininas negras. Por exemplo, com a personagem Paula: “Na cozinha a negra Paula também se queixava do moleque: - Vive chamando nome a todo mundo. Foi bem-feito.”

(REGO, 2002, p. 45). Também: “E a negra Paula, fora ela quem contara ao diretor que eu não queria comer.” (REGO, 2002, p. 48). Observa-se que a palavra negra consta como uma qualificação, para marcar que esta mulher é uma serviçal, pois conforme está registrado no *Dicionário da Escravidão*, de Scisínio (1997), o verbete negra é: “adj. S.f. – 1. Diz-se de ou mulher de cor preta. 2. (pej.) Escrava, cativa. 3. (p. ext.) Mulher que trabalha muito.” (p. 260).

Não só esta personagem é mencionada como negra, mas outras também, inclusive classificadas como um grupo: “As negras dos engenhos caminhavam léguas atrás dos missionários, e vinham contando horrores dos capuchinos de barbas grandes.” (REGO, 2002, p. 68). A racialização concretiza-se através da menção da palavra negra, que também pode ser uma atribuição de seu lugar na sociedade, lugar da trabalhadora explorada, da antiga ordem social, a escravidão.

A racialização está presente na memória de Carlinhos: “E aos poucos, como uma dor que viesse picando devagarinho, a saudade do Santa Rosa me invadiu a alma inteira. O meu avô, os moleques, os campos, as negras, o gado, tudo parecia perdido, muito longe, de um mundo a que não podia mais voltar.” (REGO, 2002, p. 36). A marca está na referência às crianças negras (moleques) e nas trabalhadoras da cozinha (negras). Enquanto as crianças brancas são chamadas de meninos: “[...] O frade botava os olhos azuis para nós todos, e só falava para o colégio. Jesus amava os meninos porque eles eram a virgindade da vida.” (REGO, 2002, p. 69). E neste trecho os meninos estão relacionados à pureza.

A cor branca, nos romances de José Lins, geralmente está relacionada à pureza, por exemplo, o amor de Carlinhos pela prima Maria Clara em *Menino de Engenho* é considerado puro, entretanto, em *Doidinho*, a prima vem à sua memória, mas desta vez representando o desejo, para tanto ela amorena-se, como consta em Rego (2002, p. 73):

Maria Clara, ainda a beijara debaixo dos cajueiros cheirosos do engenho. Um beijo só, que me deixou o coração batendo. Conversava com ela nos passeios, sentia que havia carne morena na minha prima. Com Maria Luísa tudo era bem diferente. Nunca lhe dissera uma palavra, nunca a ouvira chamar pelo meu nome. Amor de anjo, se os anjos amassem.

Mulheres negras são as verdadeiras responsáveis pela alta lubricidade de Carlinhos, que sempre relembrará de suas relações na fazenda Santa Rosa. Havia também o incentivo dos moleques em suas ações consideradas “porcarias”, conforme consta em Rego (2002, p. 76-77):

Os pensamentos lúbricos, estes não me cansavam. [...] Diabo que não vinha fedendo a enxofre, mas acariciando-me os sentidos com afagos de rapariga. Da negra Luísa, da Zefa Cajá, do quarto dos carros, dos moleques de engenho em todo este meu mundo de longe, o diabo dos meus silêncios de prisioneiro se aproveitava. E o sexo inchava como uma papa-vento. [...]. Entretanto olhava para Maria Luísa sem estes ímpetos de animal.

Maria Luísa, menina branca do colégio, o faz esquecer dos pensamentos pecaminosos. Carlinhos sente um amor platônico pela colega de classe. Por outro lado, há uma moça negra que gosta de se relacionar com os meninos da escola, conforme consta em Rego (2002, p. 105):

A negra Paula tinha sempre um menino preferido para os seus agrados. Botava mais coisas no prato dele, na mesa. Na merenda havia para o seu eleito sempre uma novidade: um pedaço de pão com queijo, uma banana a mais. Namorava assim a negra. Era uma forte: repelia as impertinências de seu Coelho,

Paula passa a ter Carlinhos como seu preferido, conforme mostra a narrativa de Lins do Rego (2002, p. 106):

Comecei então a comer melhor. A negra Paula me elegera para o seu coração. Era agora o favorito daquela Catarina Segunda de tachos e panelas. E quando o diretor saía de tarde, me chamando, eu não queria ir. D. Emília ia com ele. E o amor ficava me ensinando a crescer, a ficar homem de verdade. A negra tinha o mal dentro. Uma, duas, três vezes, me levava para fora deste mundo, nos arrancos de sua vigorosa animalidade. Depois eu pegava a pensar que diria Deus de tanto pecado.

Luísa, Zefa Cajá, negra Paula, o diabo deu a vocês três uns poderes a que eu não sabia resistir. O mundo aonde vocês me levavam era um canto bem diferente da terra das minhas mágoas e dos meus desconsolos. [...]. Negras me ensinaram a amar, bem cedo vocês me instruíram no que havia de precário e de amargo o amor.

Paula passa a fazer parte do quadro de mulheres que levaram o menino Carlos para o caminho do pecado. Essas personagens possuem o estereótipo da mulher negra altamente sexualizada, como aquelas personagens do naturalismo (BROOKSHAWN, 1983), mas também as mulheres fáceis, que cediam aos desejos dos senhores de engenho (FREYRE, 2003). Tal personagem é a representação do pecado no período em que Carlinhos permaneceu no colégio: “Foram passados assim, entre Deus e o diabo, os dias da minha quaresma. Mais com o demônio, que se mostrava para mim nos dentes brancos e nas boas carnes da negra Paula.” (REGO, 2003, p. 107). Ela também antagonizava com a menina branca Maria Luísa, que representava a pureza, de acordo com Rego (2002, p. 125):

Maria Luísa apareceu naquele dia. Vinha para mim mais bonita, com um laço de fita azul no meio das tranças em novelos, mais gorda, mais queimada das férias. Sentara-se junto da banca do diretor. E eu comecei a andar atrás dos seus olhos. Viu-me de longe e sorriu. [...] O que me valiam todos os derrames da negra Paula ao pé daquele longínquo sinal de bem-querer? [...] O tempo criava asas. E quando abri os olhos, já começavam os externos a apertar a mão do diretor para a saída. Maria Luísa ia embora também. Passava por mim com um olhar terno, cheio de uma luz amortecida. Olhar que seria a minha janela aberta, de prisioneiro, por onde o mundo me mostrava as alegrias e as purezas que ainda se encontram pelos seus reinos.

Maria Luísa, branca, é o inverso de Paula, negra. A menina é o símbolo da infância e do amor puro, enquanto Paula é o símbolo do pecado, que leva o menino Carlos para o arrependimento. Na narrativa, como observa- em Rego (2002), Maria Luísa o provoca a aprender para parecer mais inteligente, e assim não ser castigado durante as atividades de matemática: “quantas vezes eu não me esforçava nas lições, enchendo a cabeça de regras e exceções, para não sofrer na sua presença a humilhação dos bolos! Aquele amor de anjo bom me ensinava o que nem a palmatória conseguia.” (REGO, 2002, p. 125.)

Paula não; esta ajuda a tirar toda sua energia e pureza. Eis aqui a mulher negra *versus* a menina branca. Essa é a dicotomia da inocência e do pecado que está também presente em *Menino de Engenho*. A prima Lili, menina branca, morre precocemente, como símbolo da pureza que não poderia permanecer em um lugar tão degradado (BROOKSHAWN, 1983), contrapondo-se às negras que levavam o menino a cometer “porcarias”, como Carlos se referia aos atos sexuais. Para o teórico estadunidense Brookshawn, esse processo é o mesmo presente na obra de Joaquim de Macedo, *As Vítimas-algozes* (1869), o contato do negro causa mal aos brancos.

Zefa Cajá figura como um fantasma nessa passagem, é provocadora de maus pensamentos, pois foi esta mulher negra que iniciou o menino sexualmente como se confirma em Rego (2003, p. 57):

E os maus pensamentos rondavam-me, como pássaros que procurassem ninho quente para pousar. Zefa Cajá andava por perto. E me esquecia de Coruja, do diretor, do livro de leitura, dos bolos.  
- A cama de Doidinho está tremendo- diziam no quarto.

Já o seu amor platônico por uma menina branca no colégio, Maria Luísa, não o faz pensar em sexo: “O meu amor era puro de outras coisas” (REGO, 2002, p. 126).

Além da pureza, suas paixões brancas são referência de beleza, no entanto, diz que as mulheres do cinema são mais bonitas e enfatiza a brancura das atrizes, como se vê em Rego (2002, p. 192):

As mulheres para mim eram revelações. As duas caras mais bonitas que eu tinha conhecido seriam as de Maria Luísa e Maria Clara. E d. Judite também. Mas que belezas quase ridículas na frente das mulheres do cinema! Lindas, andando diferente das outras [...]. Todas as que eu conheci eram feias junto delas. Então os meus sonhos se enriqueciam com as suas caras brancas, os seus olhares famintos.

Nunca é feita menção à beleza das mulheres negras, nem no próximo romance, *Banguê*, cujo enredo é sobre Carlos adulto.

Paula, mesmo não se relacionando mais com o adolescente, ainda ficava em sua memória como um “anjo mau da semana santa”, momento em que ambos se encontravam regularmente, mas desta vez ela trocou seu preferido por um inimigo: “João Cântico tinha ao lado dele a negra Paula, um elemento ali de primeira ordem para uma guerra. A negra me perseguia botando bananas podres no meu prato, carne com nervo. Aborrecera-se de mim, o meu anjo mau da semana santa.” (REGO, 2002, p. 194).

As mulheres negras, se não são amantes e depravadas, são sujas, sob a ótica do narrador na ocasião de sua primeira comunhão, período em que a Igreja próxima ao colégio recebeu várias pessoas das redondezas da cidade de Itabaiana: “Poucos homens, mais mulheres do povo, pobres, cheirando a falta de banho, negras com pituim<sup>15</sup>, a gente boa dos campos que deixava os filhos e as obrigações de casa para esse ajuste de contas com o Senhor.” (REGO, 2002, p. 85). São pessoas boas, porém, sem banho, e com destaque para as mulheres negras.

Outra mulher negra passa a trabalhar na cozinha do internato junto com Paula. Carlos se interessa por suas histórias, e fica surpreso pelo fato dos negros de Recife não mostrarem tanta simpatia pelos brancos, conforme registra-se em Rego (2002, p. 103):

O diabo da negra me arrastava para a cozinha e enquanto lavava os pratos ia batendo com a língua, contando os seus casos. Em tudo mostrava o seu ódio

---

<sup>15</sup> Segundo o lexicógrafo Aurélio Buarque (1986), pituim é a variação de pituí que significa: “1. Suor fétido dos pretos; bodum, inhaca, morrinha.” (p. 1342). Importante observar que não há uma indicação no dicionário de que a palavra é usada de forma pejorativa. Ela consta como substantivo masculino. Da mesma maneira ocorre na consulta pela internet: “substantivo masculino Catinga de preto, suor malcheiroso; bodum, pitium. Variação de pituí.” Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pituim/>.

aos brancos. Como era diferente das e negras do Santa Rosa- da vovó Galdina, da tia Generosa, para quem os seus brancos eram as melhores coisas do mundo! No Recife era assim: os negros botavam feitiço nos senhores, a bexiga matava as famílias ricas.

Sabe-se do nome da outra mulher negra, pois Paula diz ao expulsar Carlinhos da cozinha: “sinhá Francisca”. Entretanto, o narrador refere-se à Paula como “negra Paula”, marcando seu papel de serviçal: “- Vá lá pra fora, seu Carlinhos – dizia a negra Paula. – Deixe sinhá Francisca trabalhar.” (REGO, 2002, p. 103).

Negras e negros são colocados o tempo todo como serviçais, assim ficando em evidência um apego por parte do narrador ao período da escravidão. A personagem José é chamada de negro e trata o menino como senhor: “Era o negro José Ludovina. - Seu Carlinhos, como vai? Vim buscar o senhor.” (REGO, 2002, p. 146). Ludovina é descrito como negro do avô de Carlinhos: “Ao lado do negro do meu avô, senti-me honrado, cheio de mim. Onde chegava era conhecido”. (REGO, 2002, p. 147). Há um forte diálogo com Freyre (2003) nesta passagem, pois a ideia de saudosismo da escravidão se apresenta. É explícita a relação de subordinação de um homem negro ao adolescente branco.

Carlos é levado ao Santa Rosa para passar alguns dias de férias e sua chegada se torna um acontecimento, como se registra em Rego (2002, p. 150):

Em cada cabeça de estaca, uma cabeça de negro: Mané Severino, Ricardo, João da Joana, Mané Pirão. Era todo o meu povo me recebendo de braços abertos. [...]  
As negradas da cozinha me cumprimentavam a seu jeito:  
Está branco! Só quem saiu da cadeia. [...]  
Mas os moleques rondavam-me para me dar contas de suas novidades.  
Coitados! Em seis meses tinha-me elevado acima deles não sei quanto.

Todas as personagens apontadas são racializadas e tratadas sem individualidade, apesar de algumas serem nominadas, o que as caracterizam é “uma cabeça de negro”. As mulheres que trabalham na cozinha são classificadas como “negradas”. Já seus companheiros de infância são identificados como moleques, que estão em desvantagem intelectual em relação ao amigo branco, visto que esse foi à escola e eles continuaram seguindo a vida de trabalho no campo. Essa passagem parece apresentar um momento de denúncia, como indicou D’Andrea (1992) ao discutir a obra de Gilberto Freyre e sua relação com os romances regionalistas. Algumas obras regionalistas apresentam momentos de reflexão sobre a relação de exploração, mas acabam

justificando o comportamento da aristocracia açucareira em relação a seus trabalhadores.

Ainda sobre os aspectos da racialização, chama a atenção a presença de uma personagem, um rapaz negro que foi descrito sem estereótipo, mas que era tido como esquisito pelos trabalhadores da fazenda, como mostra José Lins do Rego (2002, p. 163):

No engenho existia um negro misterioso, filho do velho Amâncio. Os moradores contavam coisas esquisitas do moleque: nunca andara com uma mulher. Um escândalo para aqueles simples! [...] Tocava viola. Gostava de ouvi-lo batendo os dedos nas cordas[...]. Os outros mangavam dele:

-Nego besta, aquilo é uma pomba lesa!

Preto, bem preto, depois que ouvi os negros cantando *blues* nos cinemas, lembrei-me dele: era aquela mesma dor, a mesma nostalgia de olhar sem ruindade. Era um casto.

No meio daquela Sodoma da bagaceira, esquivava-se de correr, como os companheiros, atrás das molecas. Contavam histórias: que fizera uma mulher de pau para ele; dormia com a estátua de cavassu e fazia os seus amores com a obra de arte.

Não se sabe seu nome, somente que era filho do Amâncio, e considerado um negro estranho por não pensar em sexo, ao contrário, gostava de música como os negros do cinema, note-se, estadunidenses. No discurso do narrador subtende-se que os negros não são bons, já que este músico possuía um olhar nostálgico e sem “ruindade” e assim é diferente dos demais negros. Era casto, e isso se torna uma qualidade, já que é negro, assim se esperava que fosse altamente sexualizado.

Como já visto, a moral sexual é mencionada em todos os romances aqui analisados. Inclusive, o crítico Bueno (2015) aponta que o sexo em *Menino de Engenho* é tratado como imoral, sobretudo quando relacionado aos “moleques”, aos trabalhadores e às mulheres negras. Em *Doidinho* ocorrem várias abordagens, como a relação de Paula e Carlinhos, que é considerada pecaminosa, ainda mais por haver encontros frequentes durante a Semana Santa. Entretanto, a dinâmica é a mesma de *Menino de Engenho*: o pecado existe quando a relação sexual vem dos negros, mas quando esta parte dos descendentes de engenho, ela é obrigatória e símbolo de virilidade como se observa nesta passagem em Rego (2002, p. 162-163):

E os três dias da doença ainda mais me aproximavam do meu tio.

-Não leia estes livros, que fazem mal – me disse sem brigar; advertindo somente.

Doutra vez:

-Você está amarelo demais! Que diabo é isso? Abra o olho: este negócio ofende.

Eu sabia o que meu tio pretendia ferir, até onde ia sua malícia.

-Você precisa dar um passeio por fora.

Sabia também a extensão do seu conselho. Um passeio por fora, chegar terra para o pé da cana, era como eles se referiam à necessidade do coito para a saúde. Eles tinham este preconceito contra a castidade. Atribuíam à abstinência uma porção de males. Havia amarelos por isto, doidos por falta de mulher. Vinha um parente nosso, chamado Fernando, que sofria de ataques, um meio leseira.

-Aquele bicho precisa é vadiar um pouco – dizia tio Juca.

Quando a prática sexual se refere a um branco, ela é denominada de forma não agressiva, o tio, por exemplo, usa um termo com sentido figurado para se referir ao ato: “você precisa dar um passeio por fora”. Também é mencionada como coito. Além disso, as relações sexuais, neste contexto, são consideradas como meios curativos (a pessoa deixa de ficar amarela - sinal de doença) e que também evita a loucura. O narrador dá como exemplo um parente que sofre de “leseira”, por não se relacionar com mulheres. E apesar de ser nomeado de porcaria, quando se refere às pessoas negras, o rapaz músico, filho do Amâncio, não é considerado normal por não ser visto com mulheres, entretanto, pela falta de sexo, é considerado pelo narrador, um ser sem maldades.

### 5.3 A Prática do Racismo e o Diálogo com Gilberto Freyre em *Banguê*

O romance *Banguê* (1934) é o terceiro do Ciclo da Cana-de-Açúcar e o último com o narrador e protagonista Carlos de Melo. O enredo é a volta desta personagem ao Engenho Santa Rosa, após se formar em Direito. Interessante perceber que ele possui um ar de vencido. É a representação do filho do dono de engenho que estuda na cidade e não consegue levar adiante a produção nas terras da família que é proprietária desde tempos imemoriais. Neste caso, o senhor de engenho é o avô José Paulino, que representa a decadência do engenho, pois está velho, próximo à morte. Seu engenho também caminha para o fim, tendo em vista que seu descendente não será capaz de mantê-lo.

Segundo Camilo (2004), o narrador de *Banguê*, em alguns momentos da narrativa, denuncia as adversidades provocadas pela sua classe, mas também suaviza e justifica os abusos da aristocracia açucareira, valorizando o mito da “nobreza hereditária”. E isso é perceptível quando o romance dialoga com *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre e com Oliveira Viana. Este é citado no enredo, como se vê adiante. Camilo (2004) acrescenta a esta posição do narrador uma preocupação memorialística, desta forma, mantém um compromisso de classe do



próprio autor, descendente de senhor de engenho.

Apesar da narrativa retratar um período decadente, a intenção é impedir a morte desta ordem social e econômica. Quanto a sua técnica narrativa em primeira pessoa e memorialística, *Banguê* se posiciona atrelado aos dois primeiros romances do ciclo: *Menino de Engenho* e *Doidinho*. Além das manifestações de racismo, já encontradas nas obras apresentadas nesta tese, há em *Banguê* uma revisitação às teorias raciais e influências de Gilberto Freyre. Carlos continua como narrador, mas desta vez conta a história do homem recém-formado em Direito e neto de senhor de engenho que decide retornar ao Santa Rosa. O lugar já não parece o mesmo, porém a nostalgia do período colonial continua e é mais forte, pois a decadência da produção canavieira é iminente. E essa iminência se configura com a morte dos mais velhos daquele lugar.

Junto ao fim do engenho, o romance traça o caminho do protagonista, que não é o de prosperidade, e sim o do fracassado. Este tipo de protagonista ficou em evidência na geração de 30, entretanto, já vinha se desenhando desde o século XIX com Machado de Assis, em *Dom Casmurro* (1899), e no início do século XX, com os escritos de Lima Barreto: “A hipótese de Mário de Andrade é a de que o fracasso domina o romance de 30 e define sua visão da nacionalidade.” (BUENO, 2015, p. 75).

Existe uma tensão no retorno de Carlos adulto ao engenho Santa Rosa. Após muitos anos vivenciados na cidade, o protagonista depara-se com uma crise existencial: ser herdeiro de senhor de engenho, o que significa continuar a atividade do avô e ser bacharel, o que também significa exercer a formação universitária. No entanto, Carlos não ajudará o avô com a fazenda, tampouco o substituirá após sua morte, e nem voltará para a cidade para exercer sua formação. Ao contrário, ficará na fazenda, pensando sobre suas raízes na aristocracia açucareira, cogitando escrever sobre isso, a partir das leituras de Eça de Queirós, e a essa reflexão acrescenta-se a análise do crítico Camilo (2004, p. 182):

A formação acadêmica e seus ideais livrescos tornaram-no um inapto para a vida do campo, um fracassado na tentativa de substituir o avô. Na verdade, um fracassado na vida. É possível reconhecer aqui, novamente, ecos do mesmo Gilberto Freyre, que dois anos depois de *Sobrados e Mucambos*, dedicaria todo um capítulo do livro à formação bacharelesca como uma das principais responsáveis pela decadência do patriarcado rural. E é justamente isso que o romance de Lins do Rego busca ilustrar.

Carlos, o bacharel e senhor de engenho fracassado possui contradições na forma de se

relacionar com os empregados. Revolta-se com os tratamentos dados à menina negra, que sua tia Sinhazinha cria, mas não faz nada para mudar a situação da criança. Em outro momento, ainda quando o avô estava vivo, imagina que ao se tornar senhor de engenho, daria um tratamento melhor aos empregados. Pelo contrário, torna-se um tirano ao assumir as terras do avô, após sua morte. Em um determinado momento, manda um funcionário ao tronco por ser suspeito de roubar lenha, só não concretiza o castigo, pois a esposa se desespera enquanto vê seu marido exposto. Além disso, sua relação com as mulheres pobres da região piora. Objetifica-as, como se estas fizessem parte de sua propriedade, a ponto de estuprar a esposa de Zé Guedes, e tentar abusar da filha de Pinheiro. Também tem um filho bastardo com Maria Chica, mas não o assume, perpetuando o comportamento dos homens da família, como seu avô Paulino e seu tio Joca, senhores de engenhos que terão filhos com várias mulheres pobres da região, sem dar assistência nenhuma às mães e às crianças que perpetuarão a pobreza. Carlos demonstra bem a figura do fracassado, explorada por Mário de Andrade em seu texto “A Elegia de Abril” (1941).

Bueno considera um acerto de Mário de Andrade ao afirmar a predominância do fracassado no romance de 30, principalmente por usar como caso iniciador os romances de José Lins do Rego. Carlos de Melo, o protagonista de três dos romances do “Ciclo da Cana-de-Açúcar” é um exemplo de fracassado, sobretudo, no romance *Banguê*. Mesmo sem a presença de Carlos existe a figura do fracassado em o *Moleque Ricardo*, pois este, protagonista que tem experiências malogradas em Recife como operário, acaba preso; no romance *Usina*, morre. Graciliano também apresenta uma porção de protagonistas fadados ao fracasso, como Paulo Honório em *São Bernardo* (1934), Fabiano em *Vidas Secas* (1938) e Luís Silva em *Angústia* (1936).

O vô Paulino, em *Banguê*, simboliza a decadência da sociedade patriarcal por ele representada nos três romances. É nesta narrativa que os aspectos da senilidade se apresentam, como se prenunciassem o fim do engenho Santa Rosa. Tal propriedade, de qualquer modo, torna-se posse de terceiros, porque Carlos, quando o avô falecer, não conseguirá manter sua administração. Carlos também se encontra num elo entre a tradição e a modernidade. Ele não consegue modernizar o engenho do avô, e as novas tecnologias utilizadas já estão presentes nas usinas, inclusive ameaçam a sua propriedade.

De certa forma, as usinas aparecem como algo sem sentimentos e sem contato com os trabalhadores.

Elas se afastam do banguê do Coronel Paulino, onde havia um certo paternalismo, inclusive com a cessão de terras para aqueles que quisessem cultivar algodão, ter sua criação de gado ou pegar lenha. Desta maneira, o que ocorre no romance é uma visão nostálgica do narrador, de cunho tradicionalista, advindo do grupo regionalista nordestino, que tinha como guia o sociólogo Gilberto Freyre. O estudioso pernambucano considerava a velha ordem patriarcal como algo humanizador, já que segundo ele trabalhadores escravizados e senhores de engenho tinham uma relação muito amistosa, e isso mostra uma oposição entre o trabalhador e o usineiro. (CAMILO, 2004).

Segundo Camilo (2004), José Lins do Rego, pertencente a uma família tradicional, proprietária rural da região, acabava passando para a literatura sua impressão de herdeiro juntamente com as ideias de Gilberto Freyre. Esse aspecto da influência do sociólogo na obra do romancista foi abordado em capítulo anterior.

Diante da afirmativa do fracasso, Bueno aponta dois elementos importantes a partir da constatação de Mário de Andrade: qual é a natureza do fracasso que rodeia o romance de 30, e qual é a sua articulação com a ideia de identidade nacional. Bueno defende a não generalização do fracasso, pois se trata de uma avaliação negativa do presente e pode ser considerado como espírito pós-utópico.

O primeiro elemento colocado por Mário de Andrade relaciona-se à crença de que um Brasil atrasado acabou impactando na produção do romance de 30. Segundo Bueno, houve uma interpretação injusta da realidade brasileira projetada na ficção, desta forma aumentando a compleição do atraso. “O herói, ao invés de promover ações para transformar essa realidade negativa, servia para incorporar algum aspecto do atraso.” (BUENO, 2015, p. 78). O fato do fracasso estar em evidência nos anos 30, acaba impactando na forma da narrativa. No século XIX, no movimento realista, priorizava-se o narrador em terceira pessoa, já no romance de 30, o narrador está na primeira pessoa. Este tipo de narração confere mais veracidade para o enredo, visto que este geralmente será apresentado como um depoimento do fracassado.

No segundo ponto proposto por Mário de Andrade, há a visão da nacionalidade no romance de 30. De acordo com Bueno, esta visão carece de projetos totalizadores, pois no movimento de 22, havia articulação entre a arte e a procura da identidade nacional. Esses aspectos eram destacados nos manifestos, tentava-se alinhar o passado e o presente do Brasil. Já os romances de 30 não apresentam uma visão unificadora de Brasil, pelo contrário, as produções literárias neste período são fragmentadas.

Cada romancista se encarregou de um presente específico. “É esse um dos maiores problemas para o estudo do romance de 30.” (BUENO, 2015, p. 79).

As obras atendiam às exigências imediatas, e assim, poucas foram consideradas pelos críticos como integrantes do cânone literário. Por outro lado, a figura do fracassado, sempre em evidência no romance de 30, contribuirá com a implementação das figuras marginais na literatura brasileira, que até aquele momento, eram pouco exploradas. Nessas figuras marginalizadas há o pobre, como em *Os Ratos* (1935), de Dionélio Machado, e também alguns personagens não-brancos, mas geralmente de forma estereotipada, como se observa em Jorge Amado e em José Lins do Rego.

Apesar da literatura de 30 possuir um caráter social, não existe proposta ou preocupação em mudar a realidade das populações não-brancas, como registra Brookshaw (1983, p. 96):

A reabilitação feita pelos Modernistas do elemento não-europeu no Brasil foi essencialmente artística. Eles não estavam interessados na situação adversa da população negra em massa que formava o substrato social, ou nas tribos indígenas em face de futuras explorações ou extermínio. Um movimento reivindicatório em favor dos negros somente poderia vir dos próprios negros, como na realidade aconteceu durante os anos 30, mas, como será visto, anunciando um sistema de valores muito diferente daquele pretendido pelos Modernistas brancos. O negro, como o ameríndio, foi explorado como um símbolo de interesse pela vida e pela liberdade artística, que a *intelligentsia* branca no Brasil, como sua contraparte em outros países ocidentais, exaltava em sua luta contra o intelectualismo de sua própria cultura e contra os valores sociais gerais da burguesia dominante. Na medida em que o negro tinha um papel no Brasil, era através de seu espólio invisível, o qual não poderia combinar com a estética física e branca do autor.

O próprio narrador escreve que não se preocupa com as condições dos trabalhadores do eito. Ele, em um determinado momento, até pensou em ser diferente do avô, mas isso era simplesmente para chamar a atenção de Maria Alice, por quem estava apaixonado. O que Carlos pensava de fato sobre mudanças sociais foi descrito em Rego (1972, p. 113):

Não via isto. Maria Alice me aconselhava a tratar dos homens de eito, da vida dos servos. Sentia a miséria deles, mas, me criara bem junto dos pobres para ter força bastante para me revoltar. Me acostumara com os João Rouco, os Zé Passarinho, as Maria Pitu.

Não faria livro nenhum. Puro pedantismo pensar nestas coisas. O que eu devia pensar a todo ponto em fazer, era me aproximar dos meus, ver se dava para o que minha gente vinha dando, deixar de andar com pena de trabalhadores, e abandonar esta vida de sibarita, de banhos de rio, de safadezas com Adelaide.

Em *Banguê*, os personagens negros, trabalhadores, crianças e mulheres não são destaques. Geralmente aparecem de forma racializada como nesta passagem: “No curral, os moleques tratavam do gado. Os de agora, não os conhecia mais; porém, eram os mesmos na porcaria e na penúria.” (REGO, 1972, p. 38). Nota-se que as crianças não-brancas continuam a ser tratadas da mesma forma, e são precoces, pois já têm contato com o sexo, chamado aqui de “porcaria”.

Há a generalização das mulheres negras, como em *Menino de Engenho*, no qual não são tratadas por seu nome, são somente apontadas como negras, que como já descrito, significa o mesmo que serviçal: “E este silêncio só se quebrava com a chinela da negra que botava os pratos na mesa, para o chá.” (REGO, 1972, p. 39), ou ainda: “- Só quero ver como vai passar este povo do Pilar quando o velho morrer - diziam as negras.” (REGO, 1972, p. 41). Ou quando o narrador diz que a amada foi ao rio com as trabalhadoras da casa: “Saíra com as negras para o poço da Ramada. (REGO, 1972, p. 54). Em outro momento, ele encontra a mulher por quem está apaixonado acompanhada por uma trabalhadora negra: “Encontrava-a a caminho do banho de rio, com uma negra ao seu lado.” (p. 58). Antes da citação, o narrador menciona o nome da amada branca, Maria Alice, mas nunca identifica a pessoa negra a seu lado. Sobre as empregadas da casa, por não cuidarem da horta da Tia Sinhazinha, ausente da fazenda por alguns dias, e também sobre o namoro de Carlos com Maria Alice declara: “Quando chegasse, as negras comeriam fogo na sua unha. [...]. Um dia uma negra qualquer pegaria aos beijos, em conversas.” (REGO, 1972, p. 77).

Ou ainda, havia uma nostalgia do período da escravidão como consta nesta passagem, cujo narrador compara o engenho Santa Rosa a uma fazenda chefiada por uma mulher e, portanto, esta paga seus funcionários: “No Santa Rosa as negras foram ficando a trabalhar pelo que comiam e vestiam, como antes de 88. Comiam bem. Os filhos se criavam na fartura e era tudo para elas.” (REGO, 1972, p. 109).

Em meio aos personagens não identificados e estereotipados haverá um em destaque, um homem negro que tenta mudar seu destino, Zé Marreira. Ele planta cana no Santa Rosa e começa a prosperar. Inclusive acaba produzindo mais açúcar do que o próprio engenho, mas enquanto não oferece perigo ao narrador, não se fala de sua cor, como se registra em Rego (1972, p. 128-129):

Zé Marreira, lavrador, se queixava de prejuízos. Perdera cana no campo. Zé Marreira era rico. Ali, junto da propriedade do meu avô, aprendera com ele.

Fora cambiteiro, andara montado em cargas de aguardente em viagens longas, até os confins do sertão. Comprou gado, fez planta de cana. E há anos vendia o seu açúcar em Itabaiana. Era um potentado. Se existissem três assim, no Santa Rosa, não precisaria o senhor de engenho trabalhar.

A confiança ainda se mantém enquanto é um pequeno proprietário: “A cara do moleque fazia a gente confiar nele. A fala branda, e um riso de criado. De quem ainda não aprendera a ser senhor. Um homem daquele não podia fazer receio a ninguém.” (REGO, 1972, p. 144).

O narrador começa a chamar Zé Marreira de negro quando se sente ameaçado por ele, conforme se verifica em Rego (1972, p. 138):

Nicolau não gostava do moleque. Só o chamava de negro e me insinuava para agir contra o parceiro [...]  
E espalhavam notícias da casa do lavrador. Lá só se comia bolacha marca Maria e manteiga do estrangeiro. Diziam que as filhas dele só se acordavam com o sol alto. As negrinhas tinham até uma empregada para lavar os pés e que a velha andava de chapéu no trem.  
[...] O negro passava o dia no calcanhar dos trabalhadores.

A palavra negro neste trecho trata-se, provavelmente, de um sinônimo para escravo. Isto é perceptível nos outros romances, como em *Menino de Engenho*, no qual as mulheres que trabalham na cozinha são chamadas de negras, como se houvesse uma relação com o período da escravidão. Aqui, mais uma vez, a racialização marca o tratamento dado às personagens negras. Essa abordagem serve para exibir uma relação de poder através da raça, e esse aspecto está presente em todos os romances arrolados neste estudo. Essa relação se apresenta em *Casa Grande & Senzala*, quando o sociólogo retrata a convivência dos filhos dos senhores de engenho com os escravos, e utiliza como exemplo a literatura citando Machado de Assis, na cena em que o menino Brás Cubas anda nas costas de um escravo, como se registra em Freyre (2003, p. 453-454):

E há um trecho do romance de Machado de Assis em que o fino observador da sociedade brasileira do tempo do Império retrata-nos o tipo do menino sadista; da criança pervertida pelas condições sociais de sua formação entre escravos inermes; entre criaturas dóceis aos seus caprichos. Não há brasileiro de classe mais elevada, mesmo nascido e criado depois de oficialmente abolida a escravidão, que não se sinta aparentado do menino Brás Cubas na malvadeza e no gosto de judiar com *negro*. Aquele mórbido deleite em ser mau com os *inferiores* e com animais é bem nosso: é de todo menino brasileiro atingido pela influência do sistema escravocrata. (grifo nosso)

Além de descrever esse mau comportamento do menino da casa-grande, usa como exemplo um grande nome da literatura brasileira, Freyre associa a palavra negro como sinônimo de escravo e classifica-o como inferior: “deleite em ser mau com os inferiores e com os animais”. Ainda são colocados lado a lado, os homens negros e os animais.

Essa percepção de inferioridade é utilizada também pelo narrador de *Banguê* em várias passagens do romance, como na descrição de Zé Marreira, que foi moleque do engenho Santa Rosa, casou-se, teve filhas e vestia-se bem. Mas essa situação ficou fora do lugar para o narrador, que não aceitava a ascensão de um homem negro, como se observa em Rego (1972, p. 145):

O cavalo dele melhor do que o meu, a sela com argolinhas por todos os lados. Contou-me histórias da Paraíba, de política, da queda do Dr. Epitácio. Na porta de casa me convidou para saltar, tomar café, um cálice de vinho. Não aceitei. Que moleque atrevido! Aquele moleque terminava me desgraçando.

Para mostrar sua contrariedade chamava Zé Marreira sempre de moleque, uma forma depreciativa para crianças negras, mas neste caso, referindo-se a um homem: “Zé Marreira tomava conta do meu engenho. Não podia pensar em nenhuma felicidade que não me viesse o moleque, o riso safado do moleque.” (REGO, 1972, p. 150).

O narrador não se conforma com o comportamento de Zé Marreira, e a todo momento demonstra que seu lugar, de homem negro, não é o de senhor de engenho, mas sim, o de subalterno, o que deve trabalhar pesado. Porém, ao contrário, o homem negro parece superar o protagonista, descendente de senhor de engenho, como consta em Rego (1972, p. 154):

Aonde aquele moleque aprendera aquilo, aquelas maneiras de grande? Pegara no cabo de enxada como trabalhador alugado, subira em cima de cargas de aguardente, contrabandeando cachaça de Pernambuco, passou para lavrador, levando anos ali no Santa Rosa, moendo cana. Nunca lhe botaram uma carta de á-bê-cê nas mãos. Hoje, Capitão Zé Marreira, fazendo frente ao neto do homem que o mandava para o eito.

Brookshawn (1983, p. 118) também comenta sobre a posição deste personagem negro:

Em outras palavras, a ascensão de Marreira perturba a ordem natural das coisas, uma ordem que, ao formar as bases de preferência brasileira pela paz e harmonia, pressupõe que o negro é naturalmente inferior e, de maneira ideal, consciente de sua inferioridade.

A melhor ilustração do conceito da inferioridade do negro como parte da Natureza está no primeiro romance de José Lins do Rego, *Menino de Engenho*.

De fato, Marreira foi o único personagem negro a tornar-se proprietário de terra nos três romances estudados nesta tese, e essa configuração trouxe muitas intrigas e confusões. Isso ocorre até mesmo na convivência daqueles que trabalhavam no Santa Rosa, propriedade de Carlos, o narrador, e entre aqueles que trabalhavam no Santa Fé, cujo proprietário era o emergente Marreira, como consta em Rego (1972, p. 175-176):

Estabelece-se rivalidade entre os povos dos dois engenhos. Brigavam nas feiras. E os deliques com a gente do Santa Fé viravam sempre no senhor de engenho:

- Não trabalho em bagaceira de negro.

E vinham os versos:

*Branco Deus o fêz  
Mulato Deus pintou  
Caboclo bufa de porco  
Negro o diabo cagou.*

*Branco dorme na sala,  
Mulato no corredô,  
Caboclo na cozinha  
Negro no cagadô  
[...]*

A disputa não era relacionada ao trabalho, mas sim ao fato do proprietário de uma das fazendas ser negro. Isso se afirma através dos versos racistas reproduzidos no romance. A visão de inferioridade e superioridade estava impregnada não somente em *Banguê*, mas também em Gilberto Freyre. Este pregava o culturalismo no lugar das ciências raciais, entretanto, muitas vezes se contradizia.

Em muitos momentos, o narrador traz a ideia de escravidão em torno das personagens negras, quando, por exemplo, se julga superior a Marreira, por ser neto de senhor de engenho. Considera que o personagem negro deveria ser subserviente por ser negro, ou seja, descendente de escravo: “Antigamente, Marreira ainda me tirava o chapéu, no sangue dele corria resto da escravidão. Eu era sempre o neto do Coronel Zé Paulino.” (REGO, 1972, p. 165).

Carlos de Melo lamenta o fato da fazenda vizinha ter se tornado propriedade de um negro, seria aceitável, segundo o narrador, que pertencesse a alguma usina, algo muito negativo



àquela altura, entretanto, pior destino é pertencer a um negro, como está descrito em Rego (1972, p. 170-171):

O Santa Fé tivera um destino pior que os outros. Nem ao menos caíra nas guerras de ferro da usina. O pobre ia ser de Marreira. O quarto do Seu Lula, o chão que o Seu Lula pisava, a casa dos avós de Seu Lula teriam aquele dono, um moleque, um camumbembe. Um pé rapado qualquer andaria por aqueles corredores. E os retratos de Marreira e da mulher, dependurados nos mesmos lugares onde estiveram por tantos anos os avós de Seu Lula.

Ainda há a impressão de outros personagens em relação à posição de Marreira: “Falou-se de Marreira. Tia Nenem achava o maior desaforo deste mundo se aguentar um cabra daquele como vizinho”. Tio Joca completa: “- Por mim, este negro já tinha levado um ensino.” (REGO, 1972, p. 195).

Em contraposição ao tratamento dado à personagem negra, há uma outra personagem branca chamada João Miguel. Segundo o narrador, os brancos devem ser melhor tratados: “Descarreguei uma decompostura medonha em cima de João Miguel. [...]. Arrependi-me imediatamente da grosseria. João Miguel não era cabra, tinha olho azul, trabalhava comigo porque queria. Então fui com jeito. [...]” (REGO, 1972, p. 143). Havia outro diferencial nesta personagem, além do fato de ser branca, sabia ler: “João Miguel era branco, sabia ler e tinha com ele sempre as histórias de Antonio Silvino, lendo para os outros.” (REGO, 1972, p. 38).

Há outro trabalhador branco que é elogiado pelo narrador por causa da cor de seus cabelos, barba e pele, sendo comparado até mesmo a Jesus, como é possível observar nesta passagem em Rego (1972, p. 158):

Um dia, chegou-se um morador para me falar. Não era de oito, pagava foro. Chamavam de João Russo, porque era branco, de cabelos louros e barbas ruivas. Se não fossem os pés no chão e as mãos grossas da enxada, se diria que se tratava de gente de importância. Uma cabeça de Cristo, nas oleogravuras. E que fala de seda!

Há a figura do negro fiel através da personagem Nicolau, uma espécie de guarda-costas e assistente de Carlos: “Nicolau agora era um cachorro a meus pés. Tinha pena do bom negro, de tanta dedicação perdida. Naqueles meus restos de governo deixava que desse as últimas ordens. Mandava tudo para ele. E caprichava, fazendo o melhor que podia.” (REGO, 1972, p. 193). Ele representava o negro no lugar estabelecido e aceito pelos descendentes da aristocracia

açucareira. Nicolau tem um fim trágico por conta de sua posição na fazenda: “Pobre negro que se sacrificou por um senhor, indigno de seu sangue derramado!” (REGO, 1972, p. 195). O narrador explica o porquê do fim trágico de seu funcionário, que era tratado como escravo fiel: “Nicolau ficava mal visto por causa da cobrança rigorosa do foro. O negro, querendo me servir a contento, se estragara.” (REGO, 1972, p. 196).

Essa perspectiva do escravo fiel está presente também em *Casa Grande & Senzala*, como Freyre aponta (2003, p. 322):

Sentiu o português com o seu grande senso colonizador, que para completá-lo o esforço de fundar agricultura nos trópicos – só o negro. O operário africano. Mas o operário africano disciplinado na sua energia intermitente pelos rigores da escravidão.

Portanto, a personagem Nicolau está próxima desse ideário de Freyre.

Assim, a racialização da população negra manteve-se, tanto quando se refere a Marreira, quanto a Nicolau, mas também aos figurantes do romance, como observado em: “A velha Sinhazinha pela cozinha, na conversa com as *negras*, e o meu avô na rede da saleta, dormitando.” ou ainda “A *negra* que me limpava o quarto fazia este serviço como quem estivesse com medo de alguma coisa.” (REGO, 1972, p. 13, grifo nosso). Essa forma de se referir às personagens negras trabalhadoras é a mesma que ocorre em *Menino de Engenho*. E como já mencionado, a palavra “negra” equivale à escrava ou a serviçal.

A expressão “moleque” se mantém e serve para o mesmo uso, é a referência para as crianças não-brancas e filhas dos trabalhadores. Entretanto, as crianças do período de Carlos naturalmente cresceram como ele, e assim o narrador registra o encontro em Rego (1972, p. 13):

Os moleques que haviam sido os meus companheiros, Manuel Severino, João de Joana andavam iguais aos outros. Passavam por mim como estranhos. Um dia chamei um deles para conversar. Tinha se casado, três filhos, morava na Areia e vinha para o eito. Falava comigo desconfiado, de cabeça baixa.

Existe no romance referência a Oliveira Viana, estudioso que contribuiu com as teorias raciais no Brasil, no início do século XX. A menção ocorre através de uma carta de Mário, amigo de Carlos. Aquele cobra um livro sobre a família do narrador, que fantasiou bastante sobre sua origem. Apesar do avô José Paulino possuir muitas terras, a casa grande não tem

riqueza, não é confortável e nem bonita, mas por meio da carta percebe-se que o amigo está convencido de que existe uma casa grande do tempo senhorial, conforme se observa em Rego (1972, p. 26-27):

Apareceu um livro de um sujeito do Sul sobre as populações meridionais. Se você quiser, eu lhe mando. Você, Carlos, é que podia escrever sobre os nossos homens do Norte. Aqueles seus ensaios sobre os senhores de engenho bem que revelaram capacidade para isto. Corre por aqui também uma versão: a de que você está preparando um livro sobre o seu avô, nada menos do que toda a história da cana-de açúcar na Paraíba. Estou doido para lê-lo. Será verdade? O assunto é o mais sugestivo. Aliás você terá todas as facilidades. Pelo que se falava na Academia, o seu avô é o grande tipo de senhor de engenho. A vida aí, no Santa Rosa, ainda deve ser a grande vida senhorial dos velhos tempos: homens dignos, mulheres recolhidas e santas e a vassalagem cheirando a escravidão.

O narratário sabe que se trata de uma mentira, pois o narrador a todo momento descreve a verdadeira situação da fazenda que está em decadência, e dele próprio, que é um fracassado. Por outro lado, a mensagem de valorização está muito ligada ao resgate da memória aristocrática proposta por Gilberto Freyre no Nordeste, e por Oliveira Viana, no Sul. O primeiro, atribui o poder de outrora ao senhor de engenho, conforme mencionado no estudo sobre *Menino de Engenho*: “A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres.” (FREYRE, 2003, p. 37). O segundo estudioso aborda em seu livro *Populações Meridionais do Brasil* (1973), o desenvolvimento do Sul e Sudeste do país através da influência dos latifundiários, tratados como magnatas rurais que se posicionavam como chefes de uma legião de trabalhadores, mucamas, negros, feitores etc. Esses aristocratas possuem “herança do sangue peninsular”. (VIANA, 1973, p. 58-59).

Tal diálogo entre os dois sociólogos e José Lins do Rego é explícito em *Banguê* em mais este trecho da carta: “*Você, Carlos, é um homem de sorte. Pode olhar para trás e ver avós brancos, os homens que fizeram a grandeza da sua família a cavar a terra, a mandar em negros.*” (REGO, 1972, p. 28).

Ainda no final da carta, o amigo de Carlos declara espanto sobre seu possível envolvimento com uma criança negra de 11 anos: “*P.S.- Mande-me contar a história da negra. Não acredito. Logo você, que vivia falando em pureza de raça. Mande-me contar esta história com todos os ‘ff e rr’.*” (REGO, 1972, p. 28). O espanto não se deu por se tratar de uma criança e sim pelo fato da possível vítima ser negra, a ponto do amigo declarar que Carlos seguia as

ideias das teorias raciais. Entretanto, o narratário saberá que o protagonista, mesmo acreditando na “pureza de raça”, se envolverá com várias mulheres negras ou mestiças, da mesma forma que os senhores de escravos faziam.

A história que aparece na carta é relacionada à Josefa, criança negra criada por Tia Sinhazinha, na fazenda Santa Rosa. Sua história lembra muito o conto de Machado: “O Caso da Vara” (1891). Em Machado, a personagem Damião indigna-se com a situação de Lucrecia, menina negra explorada e castigada por sua madrinha Sinhá Rita. Damião pensa em interferir nas crueldades de Rita contra a pobre criança, mas ele teme perder a proteção da madrinha, pois fugiu do seminário, de acordo com a passagem em Machado (1992, p. 582):

Sr. Damião, dê-me aquela vara, faz favor?

Damião ficou frio. . . Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha Jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele, atrasara o trabalho...

– Dê-me a vara, Sr. Damião!

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor...

– Me acuda, meu sinhô moço!

Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido; mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou na vara e entregou-a a Sinhá Rita.

Damião, ao invés de proteger a criança, conforme havia cogitado anteriormente, entrega a vara para a Sinhá Rita castigar a pobre menina, que tudo indica ser uma escrava, já que a história está ambientada em 1850. Ao contrário, em *Banguê*, o fato ocorre no começo do século XX, momento em que não há mais escravidão no Brasil, mas o engenho é um local de nostalgia da ordem extinta. Josefa é criada por Tia Sinhazinha que maltrata muito a menina, segundo descreve o narrador em Rego (1972, p. 36):

Josefa espantava as moscas, com uma espécie de bandeirola de papel, nas horas de comida [...]. Trepava-se num banquinho e por cima da cabeça da gente afugentava para longe as moscas nojentas. Não tinha chegado ainda e a dona, na cabeceira da mesa, remexia-se com raiva na cadeira:

-Negra safada. Deixe estar ela.

[...]Depois Josefa chegou. Já vinha com os olhos alagados e sacudindo o espanador com dois fios de lágrimas descendo pelas faces pretas. [...] E o velho Zé Paulino nem dava por toda aquela miséria.

Josefa também tinha 11 anos de idade, como Lucrecia de Machado. A diferença entre ambas era o tempo, um pertence ao século XX, a outra ao XIX, porém, vivenciam situações bem semelhantes.

O que se percebe nesta passagem é uma crítica aos maus-tratos contra Josefa, entretanto, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre a vida fracassada do protagonista, que é saudoso do período da aristocracia açucareira, e que está infeliz com sua atual situação, ligada ao fim do engenho. Enquanto o amigo Mário cobra o passado, através do possível livro de Carlos, o narrador vivencia um presente repulsivo, no qual é incapaz de defender uma criança que sofre maus-tratos, como consta em Lins do Rego (1972, p. 37):

Abandonei o talher e recolhi-me ao meu quarto com um nó na garganta. Um ódio violento me revoltava contra todos. Contra a velha, o meu avô, a minha passividade. E Mário Santos me escrevendo para publicar livros. Que aristocracia rural que coisa nenhuma! Eram todos uns selvagens de marca. Estava ali Josefa apanhando como se fosse de ferro com onze anos, dada de presente como uma cutia, um tatu. Fosse para o inferno com esta história de livro.

Carlos carrega a raiva contra os seus e também contra a sua passividade, e não faz nada para mudar a situação da criança, como apontado em outro trecho do autor (1972, p. 18):

A dona exemplava a menina, como dizia. Tinha ímpetos de correr em seu auxílio, de arrancá-la das mãos cruéis, de topar de vez com a velha. Cadê coragem para isto? Ouvia os gritos:  
-Cale-se, diabo, cale-se, diabo.  
E o choro engolido rebentava em soluços estrangulados.  
Depois, ela chegava ao meu quarto. Vinha com os olhos ainda orvalhados, a fala mais terna ainda, como um cachorrinho com o rabo entre as pernas fugindo de um pontapé impiedoso. Procurava logo sarar aquelas feridas expostas:  
-Toma um biscoito, Josefa.  
[...]  
Deixava meu jornal para olhar para ela, nos minutos de felicidade. Fazia boneca com minha roupa suja, [...]. E quando fazia de mãe, a voz se brandava mais:  
-Não chore, meu filhinho, não chore, mamãe tá qui.  
Virava o rosto para o outro lado para esconder a minha emoção.

Por fim, Tia Sinhazinha espanca a criança para que essa confesse um possível abuso por parte de Carlos, entretanto, esse fato não aconteceu. Carlos escuta a surra, o choro e os lamentos da menina, o que lhe provocou um grito e em seguida um desmaio. Ele passa a ser visto como

um fraco e um possível abusador, ao menos é o que sugere o próprio narrador. No decorrer do romance, o protagonista é bem mais prejudicial aos seus subordinados do que o avô e a tia Sinhazinha, principalmente com as mulheres.

A continuidade do racismo neste romance está presente em como as personagens são representadas, diferenciadas por sua raça e pela visão *plongée* do narrador, como é possível observar nesta passagem: “Em tudo me revelava com esta deplorável fraqueza de caráter. Em tudo. No trato com os *inferiores*, com os iguais, com os mais fortes, com os homens e as mulheres.” (REGO, 1972, p. 189, grifo nosso). A visão das teorias raciais ainda está no vocabulário, assim como em Freyre (2003), além do saudosismo da escravidão.

O romance apresenta, como afirmou D’Andrea (1992), denúncias sobre o mau comportamento da aristocracia açucareira, todavia, ao mesmo tempo, traz nostalgia e justifica tais comportamentos, por exemplo, como normaliza o abuso e o estupro, aspectos que serão estudados no próximo subcapítulo.

#### 5.4 Personagens Femininas na Obra de José Lins do Rego

Neste estudo, aparecem reflexões sobre algumas personagens femininas dos romances analisados, entretanto, neste subcapítulo, a ideia é explorar um pouco mais suas representações, a começar pela dicotomia: inocência e pecado, apontada por David Brookshaw. A inocência está presente nas primas brancas, crianças da cidade, como Lili, em *Menino de Engenho*, segundo Brookshaw (1983, p. 120):

a pálida menina que morre ainda muito jovem. A presença dela como símbolo de fragilidade e pureza, bom demais para aquele ambiente, contrasta vivamente com a ‘sombra da negra do pecado’, sob a qual estão Carlos e Luísa.

E Maria Clara, simbolizando a pureza até em seu nome, de acordo com o trecho narrativo de Lins do Rego (1984, p. 141):

Um dia ela me chamou para ver uma coisa: a canalha do curral estava em amor livre, num canto da cerca. Tirei a minha namorada dali. Aquilo era porcaria para seus olhos limpinhos. E o meu amor crescia, dilatava o meu verde coração de menino.

Lili, que aparece no início do romance *Menino de engenho* e morre precocemente, denuncia a impureza que envolveria Carlinhos mais tarde. E quase no fim do romance aparece a prima Maria Clara, seu amor infantil. Entretanto, Carlinhos, a essa altura, já estava corrompido moralmente, pois andava com os “moleques da bagaceira”, e escutava suas histórias sexuais. Mas no decorrer do enredo, percebe-se que as responsáveis pela “perdição do órfão” são as meninas e mulheres negras, que o guiavam para o caminho do vício do sexo, como Luísa, que tem suas ações descritas em Rego (1984, p. 148):

A negra Luísa fizera-se de comparsa das minhas depravações antecipadas. Ao contrário das outras, que nos respeitavam seriamente, ela seria uma espécie de anjo mau da minha infância. Ia me botar pra dormir, e enquanto ficávamos sozinhos no quarto, arrastava-me a coisas ignóbeis. [...] A moleca me iniciava, naquele verdor de idade, nas suas concupiscências de mulata incendiada de luxúria. Nem sei contar o que ela fazia comigo. Levava-me para os banhos da beira do rio, sujando a minha castidade de criança com os seus arrebatamentos de besta. A sombra negra do pecado se juntava aos meus desesperos de menino contrariado, para mais me isolar da alegria imensa que gritava por toda parte.

A dicotomia inocência *versus* pecado mantém-se em *Doidinho*. Conforme já registrado no subcapítulo “Continuidade do racismo no romance *Doidinho*”, no qual se encontra a análise das personagens Paula e Maria Luísa. Aquela era uma empregada do colégio em Itabaiana, chamado Instituto Nossa Senhora do Carmo, onde Carlos foi estudar aos 12 anos. Maria Luísa era aluna, entretanto, não morava como Carlos no colégio, pois as meninas eram alunas externas. Paula é uma substituta das meninas e mulheres negras da fazenda Santa Rosa e dá continuidade à lubricidade do menino branco, enquanto Maria Luísa é a representação da pureza, como as primas brancas de sua infância: Maria Clara e Lili.

A dicotomia também encontra-se em *Banguê* em vários períodos da narrativa, por exemplo, quando se aborda uma personagem branca e quando se aborda a personagem negra. Há uma passagem em que uma prostituta, amante de Carlos, está se recuperando no hospital, por ter tentado suicídio, ao ser abandonada, como se vê a seguir em Rego (1972, p. 29):

Naquela sala comprida do hospital, com outras doentes gemendo, via Laura como uma mártir, uma sacrificada por mim. Os olhos verdes cercados de olheiras profundas, pálida, sem tinta no rosto, dava-me assim a impressão perfeita da maternidade.

Há três aspectos que formam uma imagem de pureza dessa personagem: a primeira é a

tentativa de suicídio por amor; a segunda, seu nome, Laura, que remete à Laura dos sonetos petrarquianos e, em terceiro, o ar maternal que lhe dá a aparência doentia.

Em contraposição, há as mulheres negras da fazenda, todas disponíveis e coisificadas por Carlos, como Maria Chica e que o narrador descreve (1972, p. 45):

No outro dia acordei com vontade de andar léguas. Maria Chica veio tirar a roupa do meu quarto e outra vez me fez para ela. Peguei-a de jeito. E vi vibrar como uma pluma aquelas formas duras, os quilos de carne escura da mulata gostosa.

Há mais descrição na relação com a empregada negra do que com a prostituta branca. A primeira possui “formas duras” e “quilos de carne dura da mulata gostosa”, como se fosse um produto. A segunda é prostituta, mas é branca, assim, está numa posição de redenção: num hospital e com ar de parturiente. Seu corpo é sem erotização, até por conta do ambiente onde se encontra Laura, mas Maria Chica não, tem todas as características erotizadas e comparadas a produtos de consumo.

Maria Chica também será oposição à outra personagem, Maria Alice, mulher branca vinda da cidade. A primeira é descrita como uma cabocla, lavadeira, que pega as roupas sujas de Carlos em seu quarto, desta maneira, a relação inicia de forma rápida. Carlos, certo dia, sente-se disposto a ter uma relação sexual, Maria Chica entra em seu quarto e assim se dá o primeiro encontro, conforme descrito em Rego (1972, p. 44):

E, pela primeira vez no Santa Rosa, me chegou uma vontade danada de andar com mulher. Mas onde encontraria? Onde descobrir uma carne que me apetecesse, por aquelas bandas? Pensei em Maria Chica, lavadeira. Morava no outro lado do rio, uma mulata de peitos duros e de braços bem rijos. Vinha a meu quarto buscar roupas sujas. E um dia peguei-lhe nas pernas. Riu-se:  
- Deixe de besteira, Seu Dotô.

Já com Maria Alice, o encontro se dá de forma mais demorada; Carlos se apaixonará pela mulher culta. Não é somente seu corpo que chama a atenção. Ela não é objetificada, é um ser pensante, com opinião e muitas leituras. Bem diferente da “cabocla” de fala simples, que chama Carlos de “Dotô”, como se observa na transcrição retirada de José Lins (1972, p. 55):

Falávamos de coisas tão altas, de temperamentos arrebatados pela arte, de homens que dariam a vida por uma sonata. Ela conhecia a vida inteira de



Beethoven e se exaltava na conversa quando se referia a estas elevações da natureza humana. Procurava acompanhá-la nos seus entusiasmos, porém ela tudo melhor do que eu. [...]

Eram estes os seus assuntos. Ficava calado, escutando-lhe a voz, com as narrativas deliciosas que dava das coisas.

A dicotomia aqui presente é do corpo e da mente. A mulher não-branca é somente corpo, a mulher branca tem sua capacidade de pensar valorizada. Isto não quer dizer que a figura de Maria Alice não provocasse desejo em Carlos, mas essas observações são feitas de forma lenta no decorrer do romance, como destaca Rego (1972, p. 50):

Falava com facilidade, numa voz doce. [...]. E que dentes e que boca mostrava nas suas risadas!

Reparava nela, naquela beleza que não precisava de tática para vencer os outros. O marido trouxera-a ao engenho à procura de bons ares. E, no entanto, tudo que uma boa saúde podia exhibir ela tinha: cor, alegria, carne. Era os nervos a sua doença.

A mulher branca é considerada superior ao protagonista quando se observa esta passagem do autor (1972, p. 57):

Não sabia o que era, mas começava a sentir por aquela mulher uma coisa diferente. Sentia também que a sua beleza era grande demais para mim e que sua inteligência era mais forte e que ela tinha mais gosto do que eu. Quando abri os olhos estava apaixonado por Maria Alice.

Por isso, seu sentimento não se resumia somente ao desejo. Havia algo a mais se instalando no peito de Carlos, amava os pensamentos e o corpo daquela mulher casada. Mais adiante, apesar de comprometida, Maria Alice irá corresponder aos sentimentos de Carlos, entretanto, não será descrita como adúltera, ela casou-se sem amor, e isso justifica sua falha, como registrado em Rego (1972, p. 70):

Foi me contando a sua vida. Talvez eu pensasse que ela fosse fingida, uma hipócrita, cheia de recatos artificiais. Nunca havia amado a ninguém. Casara não soubera como. A mãe queria e o rapaz era bom, apaixonado. E viviam assim há dois anos. Não era feliz e não era infeliz.[...]. Ficara enfasiada da Paraíba.

Os médicos aconselharam ao marido a vida de campo. E me conhecera e estava me querendo bem. Era melhor parar com aquilo. Iria embora. E que eu ficasse e fizesse tudo para esquecer-la. Chegavam lágrimas aos seus olhos.

Em contrapartida, Maria Chica era só corpo. O leitor não consegue acessar seus sentimentos. Carlos, o narrador, escreve sobre os pensamentos de Maria Alice. Já sobre Maria Chica, sabe-se que ia com frequência para a rede de Carlos e que ficará grávida. A impressão sobre a personagem não-branca é sempre negativa, segundo o trecho em Rego (1972, p. 54-55):

Maria Chica voltou outra vez no meu quarto e deitou-se comigo na rede. Tive medo da hóspede. Se me visse assim, com aquela cabocla do engenho, me emporcalhando? Com a porta fechada ninguém nos veria e a moça estava por fora, no banho. Saíra com as negras para o poço da Ramada.) E tremeram os punhos da minha rede. Se visse aquilo, que nojo não teria Maria Alice de mim?

O sexo com Maria Chica era classificado como emporcalhamento, já com Maria Alice não havia descrição do ato: “Era minha aquela mulher que sabia mais coisas do que eu, que era mais culta, que era tudo mais que todas as outras mulheres do mundo.” (REGO, 1972, p. 71). Além disso, a relação sexual entre Carlos e Maria Alice era precedida por diálogo, muito diferente das relações entre o protagonista e as mulheres do engenho, “Mas as nossas conversas viravam sempre em amor. Estávamos vivendo ali como dois casados em lua de mel. De manhã, passeio pelos recantos agradáveis do engenho; à tarde passeio, conversas, e à noite, amor.” (REGO, 1972, p. 73).

As mulheres não-brancas são representadas em *Banguê* como objetos. Provavelmente, o escritor constrói a narrativa a partir de sua mundividência pautada na visão do saudosismo do período da escravidão. Os três romances trazem esse discurso quando as personagens negras são apenas chamadas de negras, que são sinônimo de escravas, e não possuem nenhum atrativo, pois geralmente são as trabalhadoras da cozinha, mais idosas. Ou possuem atrativos físicos, por serem jovens, mas não belas, visto que em nenhum momento há essa observação por parte do narrador. Este aspecto remete ao período da escravidão, no qual a mulher é vista como um instrumento de trabalho ou uma fêmea para ser abusada sexualmente, conforme explica Davis (2016, p. 25):

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e de outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas.

A representação das personagens femininas deste romance remete também à obra *Casa Grande & Senzala*, pois, ao retratar um Brasil colonial, o livro traz a nostalgia do passado escravocrata, assim, abordando as relações sexuais entre homens brancos e mulheres não-brancas como algo mais fisiológico. Assim, o sociólogo registra que o homem branco europeu se “confraterniza” com as mulheres desses grupos por falta de mulheres brancas na Colônia: “Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de “superiores” com “inferiores” e no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas [...]” (FREYRE, 2003, p. 33).

A ideia de “inferioridade” e “superioridade” está bem presente nesta dicotomia das personagens Maria Chica e Maria Alice. A primeira recebe o tratamento considerado próprio à mulher negra, objetificada e animalizada do período da escravidão. Enquanto a mulher branca é tratada como indivíduo, digno de amor e cheia de beleza: “Se Maria Alice viesse a saber que o Dr. Carlos, como ela me chamava, mantinha uma amante de pés no chão, com a boca fedendo a cachimbo.” (REGO, 1972, p. 55).

A figura da “mulata incendiada de luxúria” está presente em José Lins do Rego, tal qual nos romances naturalistas. Como Rita Baiana de *O Cortiço*, responsável pela degradação do trabalhador português Jerônimo, que se abrigou e se tornou preguiçoso e violento. Queirós Jr. (1975) aponta que as personagens mulatas existentes nas obras analisadas por ele (desde os poemas de Gregório de Matos a romances de Jorge Amado) ocupam papéis secundários na narrativa, entretanto, são responsáveis pelos desfechos das histórias e acabam afetando a vida do protagonista ou de outras personagens importantes. Isso ocorre em *Menino de Engenho*, pois Carlos conhece o sexo de forma precoce através das personagens Luísa e Zefa Cajá. E essas experiências o marcarão profundamente. Tanto que no final do romance o narrador se autointitula: “Menino perdido, menino de engenho”, que Brookshaw interpreta como “uma variação do velho tema abolicionista de Joaquim Manuel de Macedo: o contato com os negros resulta na perdição dos brancos.” (BROOKSHAW, 1983, p.120). Nesse caso, quem são as principais responsáveis pela perdição do menino branco são as mulheres mestiças ou negras.

Teófilo Queiroz Jr (1975) escreve que as mulheres mestiças, sobretudo as mulatas, possuem uma influência significativa na vida sexual dos homens e meninos brancos nas obras de Lins e de Freyre. Entretanto, essa posição, segundo o teórico, não é justificada (1975, p. 102-103):

Somos levados a essa conclusão, considerando as análises feitas por Gilberto Freyre, por exemplo, sobre a influência da presença e da disponibilidade de negras e mulatas escravas na lubricidade de adultos e jovens brancos. Ora, se se retém apenas o fato, que o sociólogo narra, mas não se retém as causas desses fatos, coisa também revelada por Gilberto Freyre, o que termina ocorrendo é que a contribuição do cientista social se perde, exatamente no que tem de mais esclarecedor e objetivo - o estudo das causas e condições do fenômeno; e isso parece-nos ter sido o que aconteceu, entre outros, com José Lins do Rego, romancista direta e proclamadamente influenciado pelo sociólogo de *Casa Grande & Senzala* e que tira certo partido, em *O Menino de Engenho*, de situações como as acima referidas, enfrentadas por negras e mulatas, sem conduzir a narrativa a qualquer denúncia do processo responsável pelas ocorrências.

Esta justificativa que Teófilo gostaria de ter está presente nos escritos de sociólogas atuais e negras como bell hooks, Lélia Gonzales, Angela Davis e do crítico Brookshaw. hooks (2019) trata da representação da mulher negra no âmbito social. A estudiosa afirma que a mulher negra passa por uma desvalorização contínua de sua mulheridade negra, como aponta (2019, p. 93):

A designação de todas as mulheres negras como depravadas, imorais e sexualmente desinibidas surgiu no sistema de escravidão. Mulheres e homens brancos justificaram a exploração sexual de mulheres negras escravizadas, argumentando que elas iniciaram o envolvimento sexual com homens. Desse pensamento, emergiu o estereótipo de mulheres negras como selvagens sexuais e, em termos sexistas, uma selvagem sexual, não humana, animal não é estuprada.”

Essa mesma visão apontada por bell hooks sobre as mulheres negras está presente na literatura brasileira. Há uma objetificação dessa mulher não-branca, seja ela indígena, negra, cabocla, mestiça de forma geral. Sua exploração será justificada por essa mundividência construída no período da escravidão, como registra a autora. E aqui no Brasil é tratada de forma normalizada, por isso tantas vezes repetida em nossa literatura e nos estudos sociais de Gilberto Freyre no período de 30. Em *Banguê*, por exemplo, há uma cena de estupro que é tratada de forma normalizada, como registra em Rego (1972, p. 90):

Cheguei-me para perto. Estava meio nua. Quando me viu junto, procurou correr, mas ficou dentro d'água, escondendo-se de mim. Reconheci a mulher de Zé Guedes. Tive vontade nela. Chamei-a. E se escondia dentro d'água. Não pude me conter e fui a ela, com desespero.

O estupro passa despercebido, é naturalizado, pois a violência foi praticada pelo senhor de engenho contra uma mulher pobre, negra e casada com um trabalhador da fazenda: “José Guedes pegou no estribo para eu descer. Tinha comido a mulher dele de noite.” (REGO, 1972, p. 92).

Já Brookshaw (1983) aborda justamente este estereótipo da mulher negra ou mestiça como libertina, depravada e libidinosa no aspecto literário. Para o estudioso, esse ideal surge na literatura brasileira no período do Naturalismo no século XIX, e segue até o Modernismo no século XX. Mas advém desse processo histórico, como já destacado por bell hooks. Essa visão reflete na produção literária de José Lins do Rego, influenciado por Gilberto Freyre, que traz essa representação da mulher negra depravada. Esse tratamento dado por Lins do Rego a suas personagens negras não é muito diferente do empregado na sociedade brasileira hodierna. Segundo Lélia Gonzales (1984), existem três noções para a mulher negra brasileira: “mulata, doméstica e mãe preta”. À primeira noção, nos dias de hoje acrescenta-se a profissão, além da mulher lasciva, pois a mulata é a representação do Carnaval. Entretanto, a doméstica, para Gonzales, “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega a sua família e a dos outros nas costas.” (GONZALES, 1984, p. 230). Já a mãe preta, para os brancos, como nas obras de Gilberto Freyre, aparece como uma figura de ternura e amor até certo ponto. Lélia Gonzales recorre à psicanálise, principalmente a Lacan (1979), que considera que “a verdade surge da equivocação”. Assim, Gonzales conclui que a mãe preta é a verdadeira mãe, pois é a que cria, dá carinho e alimenta, mas também é o objeto de desejo escondido; enquanto a mãe branca é a outra, “só serve prá parir os filhos do senhor.” (GONZALES, 1984, p. 235).

Angela Davis (2016) também contribui com sua reflexão sobre a mulher negra em nossa sociedade. Ela discorre sobre o tratamento dado àquela no período da escravidão e que perdurará por muito tempo, tanto que se vê esse reflexo na mundividência de José Lins do Rego. No período da escravidão, a mulher negra era vista como instrumento de trabalho. As escravas trabalhavam em casa ou no eito, não havia divisão de funções. Mulheres e homens negros eram tratados iguais. Por isso que no movimento feminista havia e ainda há divergência quando se trata dos aspectos raciais, pois as mulheres negras devem lutar para serem reconhecidas como mulheres. A mulher negra era e ainda é coisificada ou invisível na sociedade ocidental, ou deve ser a super-mulher porque é negra e carrega o estereótipo de suportar tudo, pois é forte, como a serviçal Generosa vista em Rego (1984, p. 103, grifo nosso):

A velha Generosa cozinhava para a casa-grande. Ninguém mexia num cacareco da cozinha a não ser ela. E viessem se meter nos seus serviços, que tomavam gritos, fosse mesmo gente da sala. *Tinha não sei quantos filhos e netos. Negra alta e com braços de homem, tirava uma tacha de doce do fogo, sem pedir ajuda a ninguém. Só falava gritando*, mas nós tínhamos tudo o que queríamos dela. A negra Generosa era boa como os seus doces e as suas canjicas. Era só pedir as coisas no seu ouvido, e ela nos dar, sem ligar importância às impertinências da velha Sinhazinha.

Quanto à invisibilidade da mulher negra na obra de José Lins do Rego é construída, como já mencionado, na não identificação de algumas personagens citadas através da racialização. E esse modo de tratamento recai nas mulheres e nas crianças. As mulheres são identificadas somente como negras e as crianças negras são identificadas como moleques: “Deixava os moleques e os primos para um canto. Mas meus canários não cantavam. [...] As negras me ameaçavam: - Judiar com passarinhos bota as pessoas pro inferno, menino.” (REGO, 1984, p. 113). Ou ainda, a empregada tratada como escrava, que não possui nome e é chamada de negra: “O quarto do meu Tio Juca vivia trancado de chave o dia inteiro. Ali só entrava a negra que lhe fazia limpeza e mudava as roupas da cama.” (REGO, 1984, p. 127).

Todo esse aspecto histórico é transmitido para a literatura, assim o crítico Brookshaw (1983) considera que as personagens femininas negras de José Lins do Rego são representadas como as mulheres negras do Naturalismo, destacadas por sua lascívia, aproximando-se de animais. Enquanto que as personagens femininas brancas são associadas à bondade e à pureza, como Rego (1984, p. 139) registra nessa passagem:

Para mim, a visita viera me aperrear o coração de menino. Maria Clara, mais velha do que eu, andava comigo pela horta. Menina da cidade, encontrara um bedéquer amoroso para mostrar-lhe os recantos do Santa Rosa. [...]. Maria Clara, com aqueles seus cabelos em cachos e uns olhos grandes e redondos, me fizera esquecer o carneiro e os passeios solitários. Brincávamos juntos, comíamos juntos, que todo mundo reparava nesse pegadio constante. Ela me contava as histórias de suas viagens de mar, pintava-me o vapor, os camarotes, o tombadilho e o mar.

Com Maria Clara, o narrador Carlinhos mantém o comportamento esperado, ou seja, o de uma criança. Brincam, fazem passeios pela fazenda, alimentam-se juntos e contam histórias. Maria Clara é inteligente, possui experiências de viagens, além disso, desperta em seu namorado sentimentos puros e infantis. Já as meninas e as mulheres negras o corrompem, como nessa passagem do romance de Rego (1984, p. 161):

Tinha uns doze anos quando conheci uma mulher, como homem. Andava atrás dela, beirando a sua tapera de palha, numa ânsia misturada de medo e de vergonha. Zefa Cajá era a grande mundana dos cabras do eito. Não me queria.

- Vai se criar, menino enxerido.

Mas eu ficava por perto, conversando com ela, olhando para a mulata com vontade mesmo de fazer coisa ruim. Ficou comigo uma porção de vezes.

Levava as coisas do engenho para ela - pedaços de carne, queijo roubado do armário; dava-lhe o dinheiro que o meu avô deixava por cima das mesas. Ela me acariciava com uma voracidade animal de amor: dizia que eu tinha gosto de leite na boca e me queria comer como uma fruta de vez. Andava magro.

- Este menino está com vício.

Era mesmo um vício visguento aquele dos afagos de Zefa Cajá. Saía do café para a casa dela, ia depois do almoço e depois do jantar. Foram dizer ao meu avô:

- O menino não sai da casa da *rapariga*.

Essa visão, segundo Brookshaw, é da “sensualidade natural das mulheres negras que, na opinião dos Naturalistas do século passado [século XIX], aproximavam-se mais do animal do que do humano no tocante à lascívia:” (BROOKSHAW, 1983, p. 119). Visão não só dos naturalistas, mas também de muitos sociólogos, como Gilberto Freyre.

A mulher negra, muitas vezes, como já mencionado neste trabalho, é coisificada, sexualizada e também invisibilizada. Há mais exemplos de coisificação e sexualização no romance de Rego (1972, p. 110-111), como nesta passagem:

Estava andando agora com uma mulata bem moça, que viera das garras do Sinhozinho do Santo Antônio. [...]

Encontrava-se como na beira do Água Torta. A água fria do rio nos ajudava. Saía de lá de pernas bamba.

Ela se chamava Adelaide e antes que criasse barriga como Maria Chica deixei-a.

Adelaide, mestiça, só serve para aliviar os ímpetos sexuais de Carlos. E este ainda tem o cuidado de não ficar muito tempo se relacionando com esta mulher, para não ter um filho mestiço.

Além de sexualizada e coisificada, a mulher não-branca é invisibilizada, muitas personagens não possuem nomes, como apontado neste estudo, são chamadas de negras, ou seja, são somente serviçais. Entretanto, nas memórias de momentos íntimos com mulheres, Carlos menciona somente lembranças com as brancas. Quando ele descreve as relações com as negras, o que se destaca é o ato e a necessidade fisiológica, mas os momentos de ternura e

aconhego só são mencionados quando há os nomes das brancas, como Rego descreve (1972, p. 171):

A filha de Pinheiro estava parada numa moita, não sei para quê. Pedi-me para parar o cavalo. O pai morria de fome e mandara buscar dois mil-réis. Naquela manhã bonita, os olhos dela eram verdes. Bem bonita, bem boa de se pegar, aquele diabo. E ficar com ela para mim. Precisava de trato. Bem que servia para esquentar a minha cama, acordando de madrugada com as pernas dela por cima das minhas. No frio gostoso da madrugada era bom acorda-se com uma mulher pegada na gente. Laura, Maria Alice, todas tinham aquele calor, o bom calor de mulher que nos agasalha melhor que o dos lençóis. Pinheiro me oferecia a bichinha. Desse-lhe banhos, um sabonete cheiroso e seria um achado para os meus retiros, as minhas noites insípidas. Os olhos eram verdes. E que feições de branca. Se viesse comigo, em pouco tempo ficaria uma mulher ótima.

A filha de Pinheiro não é branca, tem feições de branca. Poderia fazer o papel de Laura e Maria Alice, esquentar a cama. Repare-se que essa mulher é coisificada e também não recebe nome, mas por parecer branca, poderia, quem sabe, tornar-se uma amante fixa de Carlos, diferente das várias negras com quem manteve relações consensuais ou não.

Segundo Peregrino (2020), existe um processo de ampliação e continuação da escravidão no início do século XX, e essa abordagem está presente nas narrativas que destacam as mulheres pobres, sendo essas negras, brancas e mestiças. Nas obras literárias, essas mulheres aparecem abusadas por homens de diversas classes sociais, principalmente pelos latifundiários. Geralmente, seu destino é a prostituição. No caso dos romances estudados nesta tese, não há a certeza de que essas mulheres se tornaram prostitutas, por exemplo, a filha de Pinheiro fugiu com um rapaz por quem se apaixonou, as demais mulheres continuaram na fazenda, como Maria Chica que acabou tendo um filho de Carlos. O desfecho da história sugere que a personagem permaneceu na fazenda após a saída de Carlos e de sua família: “Amanhã estariam donos novos no Santa Rosa e ele cresceria igual aos filhos de Maria Pitu, gramando no eito.” (REGO, 1972, p. 191). Ou seja, o filho de Carlos ficaria com a mãe na fazenda e viraria um serviçal como qualquer outro, portanto, com um destino pré-determinado e sem chances de mudanças.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, foram feitas algumas considerações sobre o racismo, a fim de analisar, nas obras de José Lins do Rego, como esse processo se manifestou na criação de suas personagens e de como foi e é normalizado o seu discurso. O racismo apresenta-se de várias formas ao longo da história, como na atribuição de traços físicos e culturais de determinados grupos étnicos. Assim, os negros, indígenas e mestiços brasileiros são postos em contraposição à população branca de origem europeia. Esta última recebe, até os dias de hoje e mesmo com a pauta racial em discussão, mais representatividade na sociedade e é colocada como exemplo de civilidade, cultura, beleza e educação. Esses aspectos estão presentes nos três romances estudados nesta tese.

Como foi visto nas análises apresentadas ao longo do trabalho, não só o *zeitgeist* foi responsável pelos discursos racistas do romancista paraibano. Suas leituras, suas amizades, sobretudo, com Gilberto Freyre, e sua história, contribuíram para a construção dos enredos, personagens e discursos de seus romances, pois o racismo manifesta-se de várias formas desde os primórdios, como foi visto no capítulo um deste trabalho.

Acrescenta-se aos aspectos já estudados a noção de que o racismo é estrutural, visto que os negros estão excluídos da maioria das organizações sociais e políticas. As estruturas oficiais privilegiam os sujeitos brancos e deixam os racializados fora da configuração dominante. O racismo é institucional, pois não é um fenômeno apenas ideológico; existem desigualdades nas operações cotidianas, como nas agendas educativas, na justiça criminal, no mercado de trabalho. Ele é cotidiano, está no vocabulário, nos discursos, imagens, ações e olhares.

O negro é sempre colocado como o “outro”: o intruso, o selvagem, o perigoso, o indesejado, o exótico. Quando é colocado como o outro, instaura-se, imediatamente, o racismo. Pelo fato de ser cotidiano, pois não é um evento único e discreto, é um padrão contínuo de abuso, se repete em vários momentos da vida do indivíduo. (KILOMBA, 2020).

No discurso inserido nos romances do escritor paraibano, está o “outro” quando, apesar do narrador ser autodiegético, e isso possibilitar a proximidade deste com as demais personagens, sempre estará afastado em seu discurso, na forma em que se refere aos personagens negros: “a negra”, serviçal sem nome. O narrador a vê como a “outra”. Os “moleques”, seus companheiros de infância, são os “outros”, pois não têm nomes, são delinquentes, erotizados e sem instrução. As mulheres com quem o narrador mantém relações sexuais também são as “outras”, não há conversas entre o protagonista e as personagens não brancas. Elas são sexualizadas, pervertidas, desviam a criança em *Menino de Engenho*, o

adolescente em *Doidinho*, e prejudicam o adulto em *Banguê*. O “outro” também é o filho gerado em Maria Chica, que dará continuidade ao subtrabalhador, pois é o mestiço que será o moleque e depois o cabra. Mas isso é normalizado, a vida do narrador/protagonista, mesmo considerado o “fracassado” na literatura, segundo Bueno (2015), é um diplomado que vai para a cidade ao fim do romance *Banguê*, já o filho mestiço tem um futuro traçado: será um moleque e depois um cabra.

Após noventa anos da edição de *Menino de Engenho*, este trabalho propôs uma revisitação ao romance e a outros dois, *Doidinho* e *Banguê*, que fazem parte do mesmo ciclo, o da Cana-de-Açúcar.

Como apresentado nos estudos sobre o racismo no final do século XIX, com as teorias raciais, e nas primeiras décadas do século XX, com a democracia racial, ele estava muito presente na sociedade brasileira. E seus discursos estavam ativos em ensaios e também na literatura. Mas, naquele momento, a sua manifestação não era reconhecida.

Com o passar dos anos, aconteceram algumas análises de documentos históricos, de ensaios sociológicos e até mesmo literários, e começou-se a questionar sobre como os povos não brancos eram vistos e tratados em nossa sociedade. Entretanto, apesar de existentes, ainda há ínfimas análises relacionadas às questões raciais. Prova disso é que ainda na TV, no cinema, no teatro, na *internet*, enfim, na mídia, de forma geral, existem personagens negras ou indígenas que são estereotipadas por seus criadores, as quais, às vezes, sofrem com os mesmos preconceitos que aqui já foram elencados. Por outro lado, pequenos avanços são trazidos à grande massa, tendo em vista que na TV aberta e na *internet*, têm havido algumas discussões sobre o tema racismo e isso faz com que haja o letramento racial.

Há exemplos de alguns personagens no audiovisual, como na minissérie *As Brasileiras*, de 2012, que retratava os vários tipos de mulheres, as quais representavam regiões ou estados do Brasil. No total foram vinte e dois episódios. Nos que apresentavam mulheres bem-sucedidas, emocional ou profissionalmente, as atrizes eram brancas. Quando o episódio retratava uma mulher com temperamento violento, a atriz era mestiça, como no episódio “A Justiceira de Olinda”, cuja protagonista, que fazia justiça com as próprias mãos, era representada pela atriz Juliana Paes, uma mulher morena. Já no episódio “A Selvagem de Santarém”, a protagonista era uma indígena, habitante da “tribo” das lendárias Amazonas, mulheres guerreiras e que praticavam a antropofagia. As demais personagens que retratam pessoas brancas e de várias partes do Brasil são personagens verossímeis. A que representa a indígena está próxima ao mítico, possui caráter inverossímil, pertence a uma civilização

indígena lendária com sua história contada, principalmente no período colonial, onde se projetou a existência de uma etnia de mulheres guerreiras que não tinham um dos seios para melhor combaterem os seus inimigos. Em suas aldeias não havia presença masculina. Na minissérie, as Amazonas têm os dois seios e sua principal marca é comer carne dos homens que encontrassem pelo caminho.

Enquanto as mulheres indígenas estão no plano histórico ou mítico, as negras são representadas em papéis subalternos como empregadas domésticas em várias telenovelas, são figurantes, não têm voz. Ou ainda se mantêm a representação da mulher hiper sexualizada, que “desvirgina” o filho do patrão branco, como na telenovela *Mulheres Apaixonadas* (2003). Nesta, Zilda, empregada doméstica negra, é a todo tempo assediada por Carlinhos, filho dos patrões. Ela acaba cedendo às investidas do adolescente. Inclusive, o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Jundiaí e Região (São Paulo) entrou com um pedido cautelar, para que a cena de sexo não fosse ao ar, mas o pedido foi negado, pois a juíza que julgou o caso não viu nenhum dano contra a categoria profissional. Ou ainda, é o estereótipo da negra feia, sem educação e golpista, como a personagem Adelaide, de um programa de humor chamado *Zorra Total*, da Rede Globo, mesma emissora dos demais audiovisuais citados neste trabalho. Adelaide é interpretada por um ator, que tem o rosto pintado de marrom, com o nariz aumentado artificialmente, e com boca desmesurada e falta de dentes. Usa roupas esfarrapadas e o cabelo por pentear. É escandalosa, não sabe se expressar, é uma pedinte, mas possui bens incompatíveis com sua situação financeira, como celular, *tablet* ou outros aparelhos eletrônicos. Tem vários filhos, ridicularizados como ela, e é casada com um homem alcólatra.

Observa-se que mesmo com avanços das discussões sobre racismo e antirracismo, com o aumento de intelectuais e estudiosos negros, a visão hegemônica mantém-se. Como já dito, passaram-se noventa anos da publicação do primeiro romance de José Lins do Rego, e ainda se romantiza suas personagens e normalizam-se os papéis subalternos das personagens negras.

Assim, críticos como Bueno, o próprio escritor Lins do Rego, e muitas vezes o leitor normalizam o discurso racista, pois não se pode negar que o racismo está inserido em nossa sociedade de forma estrutural com manifestações na política, na economia e nas instituições de forma geral.

Por outro lado, felizmente, autoras e autores negros brasileiros constroem personagens também negras com aspectos verossímeis: são pessoas que trabalham, pensam, amam, estudam, criam, foram e ainda são atuantes na história nacional. Escritoras e escritores como Maria

Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, Cuti, Luís Fulano de Tal, Allan da Rosa, Heloisa Pires Lima, Paulo Lins, Lia Vieira, Esmeralda Ribeiro e tantas outras e outros.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/SERVI%C3%87O%20DE%20PROTE%C3%87%C3%83O%20AOS%20C3%8DNDIOS.pdf>. Acesso em: 21/10/2021.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra e Paz**. Casa Grande & Senzala e a Obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ASSIS, Machado de. “O Caso da Vara”. Literafro, MG, 1899. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/11-textos-dos-autores/795-machado-de-assis-o-caso-da-vara>. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa**, 1992, vol. II, p. 577-582. Acesso em: 17 mar. 2021.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda Negra, Medo Branco**. O negro no imaginário das elites do século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e de Estética**. A teoria do romance. 4. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BARBOSA, João Alexandre. A crítica em Série. In: VERÍSSIMO, José. **Estudos de Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976. (Biblioteca de Estudos Brasileiros, v. VI)
- BARBOSA, Neusa. Documentário recupera trajetória de José Lins do Rego. **Estadão**, São Paulo, 7 dez. 2013. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,documentario-recupera-trajetoria-de-jose-lins-do-rego,95519>. Acesso em: 16 set. 2021.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. (org). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014 (Coleção Psicologia Social).
- BERND, Zilá. **Racismo e Anti-Racismo**. São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica)
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: Das Cruzadas ao século XX**. Tradução: Luís Oliveira Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOVE, Lorenza Coppola. Racismo: como a ciência desmantelou a teoria de que existem diferentes raças humanas. **BBC News Brasil**, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53325050>. Acesso em 13 out. 2021.

BROOKSHAW, David. **Raça & Cor na Literatura Brasileira**. Tradução: Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

BUENO, Luís. **Uma História do Romance de 30**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Campinas: Editora Unicamp, 2015.

BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. Trad. Sebastião Nascimento. **Novos Estudos 90**, Jul/2011. p. 131.

CAMILO, Vagner. Um Banguê na Fronteira de Wessex e da Beira (Lins do Rego, leitor de Hardy e Eça). **REVISTA USP**, São Paulo, n. 63, p. 175-185, setembro/novembro, 2004.

CANDIDO, Antonio. Um Romancista em Decadência. In: \_\_\_\_\_ **Brigada Ligeira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011, p. 57-62.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. Um Livro Perene. In: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Racismo na História do Brasil. Mito e Realidade**. São Paulo: Ática, 1994. Coleção História em Movimento.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Preconceito Racial**. Portugal e Brasil-Colônia. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate/ coordenadora Vera Lúcia Benedito)

CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão Racial Brasileira. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. (org). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014 (Coleção Psicologia Social)

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. Tradução: Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.

CASTELLO, José Aderaldo. José Lins do Rego: **Modernismo e Regionalismo**. São Paulo: EDART, 1961. (Coleção Visão do Brasil. Vol.4)

CASTELLO, José Aderaldo. Origens e Significado de Menino de Engenho. In: REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 33. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 29-39.

COATES, Ta-Nehisi. Prefácio. In: MORRISON, Toni. **A origem dos outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura**. Tradução Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 7- 19.

COUTINHO, Edilberto. **O Romance do Açúcar**. José Lins do Rego. Vida e Obra. Rio de Janeiro: J. Olympio: INL, 1980.

CUTI, (Luiz Silva). **Literatura Negro-Brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010 (coleção consciência em debate/ coordenada por Vera Lúcia Benedito).

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Tradução de Cláudio Willer. Ilustração de Marcelo D'Saete. São Paulo: Veneta, 2020.

CUTI; FERNANDES, Maria das Dores. (orgs). **Consciência Negra do Brasil: Os principais livros**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CUTI. **A Consciência do Impacto nas Obras de Cruz e Souza e de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

D'ANDREA, Moema Selma. **A Tradição Re(des)coberta: Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista**, Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 75. *Apud*: CAMILO, Vagner. Um Banguê na Fronteira de Wessex e da Beira (Lins do Rego, leitor de Hardy e Eça). **REVISTA USP**, São Paulo, n. 63, p. 175-185, setembro/novembro, 2004

DANTAS, Cauby. **Gilberto Freyre e José Lins do Rego: diálogos do senhor da casa-grande com o menino de engenho [online]**. Campina Grande: EDUEPB, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016 (recurso digital) - Formato: Epub.

FERNANDES, Florestan. Prefácio à Edição Brasileira. In: NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Processo de um Racismo Mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed.; 31. Imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FIGUEIREDO JR., Nestor Pinto de. **Pela Mão de Gilberto Freyre ao Menino de Engenho**. João Pessoa: Ideia/ Edições FUNESC, 2000

FONSECA, Edson Nery. Biobibliografia. In: Freyre, Gilberto. **Tempo Morto e Outros Tempos**. Trechos de um Diário de Adolescência e Primeira Mocidade. 1915-1930. 2. ed. São Paulo: Global, 2006. p. 343-377.

FORSTER, E.M. **Aspectos do Romance**. Tradução: Maria Helena Martins. Porto Alegre: Globo, 1969.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 7. ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75.

FREYRE, Gilberto. **Tempo Morto e Outros Tempos**. Trechos de um Diário de Adolescência e Primeira Mocidade. 1915-1930. 2. ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto (1900-1987). **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Tradução: Olívio Montenegro. Org. Omar Ribeiro Thomas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FREYRE, Gilberto. Prefácio a *Poemas Negros*. In: BUENO, Alexei (org.). **Jorge de Lima: poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. Volume I

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e Outros Perfis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987a.

FREYRE, Gilberto. Recordando José Lins do Rego. In: FREYRE, Gilberto. **Vida, forma e cor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1987b.

FREYRE, Gilberto. **Região e Tradição**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1941

GERVÁSIO, Eduardo. A Lenda das Amazonas no Brasil Colonial: O Discurso Conquistador e Masculino Do Europeu. **Anais do SILEL**. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em: [http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2009\\_gt\\_1t06\\_artigo\\_3.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2009_gt_1t06_artigo_3.pdf). Acesso em 19/07/22

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GOBINEAU, Arthur de. (1853-1855) **Essai sur l'inégalité des races humaines**. Paris : Editions Pierre Belfond, 1967. (Edition électronique- 2004- Québec. Canadá)

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

História dos chapéus femininos. Disponível em: <https://veganapati.pt/history-womens-hats>. Acesso em 21/07/2022. Artigo não assinado.

HOLLANDA; MATOS. Conversas de lotação: política, cidade e cotidiano nas crônicas cariocas de José Lins do Rego (1944-1956). **Revista Topoi**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 43, p. 238-265, jan./abr. 2020. Disponível em: [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org). Acesso em: 18 set. 2021.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres Negras e Feminismo. Tradução: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era do Capital**. 1848-1875. Tradução Luciano Costa Neto. 23. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

IANNI, Octávio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.



JACCOUD, Luciana. “Racismo E República: O Debate Sobre o Branqueamento e a Discriminação Racial No Brasil”. In: THEODORO, Mário (org.) **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil – 120 Anos Após a Abolição**, Brasília: Ipea, 2008.

Justiça nega pedido de domésticas contra "Mulheres Apaixonadas". **Folha Online**. São Paulo, 22 set. 2003, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u37115.shtml>. Acesso em 18 out. 21.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro**. (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

LAFETÁ, João Luiz. **1930: A Crítica e o Modernismo**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades/ Ed. 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico)

LEVINE, R. M. The First Afro-Brazilian Congress: Opportunities for the Study of Race in the Brazilian Northeast. IN: *Race*, 2 Oct. 1973, p. 185-93. Apud. BROOKSHAW, David. **Raça e Cor na Literatura Brasileira**. Tradução Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. p.104.

LOUSADA, Wilson. Breve notícia-vida de José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. **Banguê**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. X-XV.

MARTINS, Eduardo. **José Lins do Rego**. O Homem e a Obra. João Pessoa: “A União” Cia. Editora/ Estado da Paraíba. Secretaria da Educação e Cultura. Diretoria Geral de Cultura, 1980.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018

MEDEIROS, Manuel Batista. **O Norte**, 18/09/1957. In: MARTINS, Eduardo. **José Lins do Rego**. O Homem e a Obra. João Pessoa: “A União” Cia. Editora/ Estado da Paraíba. Secretaria da Educação e Cultura. Diretoria Geral de Cultura, 1980, p. 33-36.

MENESES, Diogo de Melo. **Gilberto Freyre**. Recife: Massangana, 1991.

MILLIET, Sérgio. Prefácio, IN: FERREIRA, Ascenso. **Poemas (1922-1953)**, Recife: J. Nery da Fonseca & Cia. Ltda., 1955, p.9.

MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira**. volume III: desvairismo e tendências contemporâneas. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cultrix, 2019.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de Termos Literários**. 12. ed. ver., ampl. e atual. São Paulo: Cultrix, 2013.

MONTENEGRO, Olívio. José Lins do Rego. In: REGO, José Lins do. **Banguê**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. X-XV.

- MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições: 2007.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- MORRISON, Toni. **A origem dos outros**: Seis ensaios sobre racismo e literatura. Tradução: Fernanda Abreu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** 2 ed. São Paulo: Dandara, 2021.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. (Palavras Negras)
- MUNANGA, Kabengele. Prefácio, *In*: MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições: 2007, p. 15-16
- MUNANGA, Kabengele. “Prefácio”. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida S. (Org). **Psicologia Social do Racismo: Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2014 (Coleção Psicologia Social), p. 9-11.
- MUNANGA, Kabengele. (Org) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Processo de um Racismo Mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016
- Negros e pardos ocupam só 10% dos cargos de chefia, diz pesquisa. **Portal Geledés**, 21/11/2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-e-pardos-ocupam-so-10-dos-cargos-de-chefia-diz-pesquisa/>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- NOGUEIRA, Aracy. Preconceito Racial de marca e preconceito racial de origem. *In*: **Tanto Preto quanto branco**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- ORTÉLIO, Abraão (1570). Teatrum Orbis Terrarum. **Revista Online Hypeness**. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/03/abraham-ortelius-a-historia-do-inventor-do-primeiro-atlas-mundial/>. Acesso em: 01 mar. 2021.
- PAIXÃO, Marcelo. **A Lenda da Modernidade Encantada**: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. Curitiba, PR: CRV, 2014.
- PEREGRINO, Miriane da Costa. A rua da lama: gênero, raça e violência no romance de 30. **Revista Terceira Margem**, v.24, n.42, p. 152-172, 2020.
- PEREIRA, Edimilson de Almeida; GOMES, Núbia Pereira de Magalhães. **Ardis da imagem**: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

Pituim. *In: Dicionário Online*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pituim/>. Acesso em: 22 set. 2021

QUEIROZ JR. Téofo. **Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira**. São Paulo: Ática, 1975. (Ensaio, 19)

RABASSA, Gregory. **O Negro na Ficção Brasileira**. Meio Século de História Literária. Tradução: Ana Maria Martins. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. 39. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002.

REGO, José Lins do. **Menino de Engenho**. 33. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

REGO, José Lins do. **Banguê**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1972.

REGO, José Lins do. Ciclo da Cana-de-Açúcar. *In: REGO, José Lins do. Usina*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956. p.13-14.

REGO, José Lins do. **Usina**, 4. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

REGO, José Lins do. **Bota de Sete Léguas**. Rio de Janeiro: A Noite, 1952

REGO, José Lins do. Gordos e magros. *In: REGO, José Lins do. Ensaio*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

REGO, José Lins do. **Fogo Morto**. São Paulo: Kick Editora- O Estado de São Paulo, s/d.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017 (Feminismo Plurais).

RODRIGUES, Raymundo Nina, (1862-1906). **As Raças Humanas e Responsabilidade Penal no Brasil**. (*online*). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. (SciELO Books)

RODRIGUES, Raymundo Nina, (1862-1906). **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

ROMERO, Sílvio Romero. **História da Literatura Brasileira**. 1902. PDF

SALLA, Thiago Mio. Literatura, política e legitimação institucional: o romance de 1930 e o modernismo de 1922 segundo a retórica estadonovista. **Teresa revista de Literatura Brasileira**, São Paulo, 16, p. 117-134, 2015.

SANTOS, Gevanilda. **Relações Raciais e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009 (Consciência em debate/ coordenada por Vera Lúcia Benedito)

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é Racismo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos)

SANTOS, Nivalter Aires dos. Elementos para crítica à tese de invenção do Nordeste. **REVES** - Revista Relações Sociais, vol. 02, N. 03, p.447-459, 2019.

SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. **Dicionário da Escravidão**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1997

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil- 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto Nem Branco, Muito Pelo Contrário**. Cor e Raça na Sociabilidade Brasileira. São Paulo: Claroenigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.

SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Antônio Carlos Arruda. “Questões e racismo na história do Brasil”. *In*: MUNANGA, Kabengele. (org) **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**. São Paulo: EDUSP, Estação Ciência, 1996. p. 121-132.

SILVA, Martiniano J. **Racismo à Brasileira: Raízes Históricas: Um novo Nível de Reflexão sobre a História Social do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1995.

SKOLAUDE, Mateus Silva. Identidade nacional e Historicidade: O 1º Congresso Afro-Brasileiro de 1934. *In*: **Encontro Estadual de História ANPUH/RS**, 12., 2014, São Leopoldo. (Anais). ANPUH/RS, 2014. P. 1- 16. Disponível em: [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/30/1404752235\\_ARQUIVO\\_Texto-MateusSilvaSkolaude.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/30/1404752235_ARQUIVO_Texto-MateusSilvaSkolaude.pdf). Acesso em: 16 mar. 2021.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro** ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990

SPENCER, Herbert. **Do Progresso, Sua Lei e Sua Causa**. Tradução: Eduardo Salgueiro. Ebooks Brasil, 2002.

STADEN, Hans (1524-1576). **Duas Viagens ao Brasil: primeiros sobre o Brasil**. Tradução: Angel Bojadsen. Porto Alegre: L&PM, 2009.

THOMAZ, Osmar Ribeiro. Introdução, *In*: FREYRE, Gilberto (1900-1987). **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. Tradução: Olívio Montenegro. Org. Omar Ribeiro Thomaz. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VENTURA, Roberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Publifolha, 2000 (Folha explica).

VESPÚCIO, Américo (1454-1512). **Novo Mundo**. Cartas de Viagens e Descobertas. Tradução de Luiz Renato Martins. Porto Alegre: L&PM, 1984. p.71.

VIANA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973. V.1, Série Estudos Sobre o Brasil e a América Latina.

VILLAÇA, Antônio Carlos. Doidinho. *In*: REGO, José Lins do. **Doidinho**. 39. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, p. 17-25.

WESTIN, Ricardo. Fazendeiros tentaram impedir aprovação da Lei do Ventre Livre. Agência Senado. ARQUIVO S - Edição 82, Sociedade de 10/09/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/fazendeiros-tentaram-impedir-aprovacao-da-lei-do-ventre-livre>. Acesso em 6 ago. 2022 às 21h46.

WIEVIORKA, Michel. **O Racismo**. Uma Introdução. Tradução: Fany Kon. São Paulo: Perspectiva, 2007 (Debates)